

CAPÍTULO IV

Memória e “civilização”: o exemplo dos mortos ilustres

E deste “fingimento”, simultaneamente simulador da vida e dissimulador da prova ontológica da morte (o cadáver), se foi impondo um novo além: a memória dos indivíduos e dos grupos.

Fernando Catroga

A morte “pedagógica” e a “civilização” do sul baiano

Os primeiros capítulos deste trabalho evidenciam como a região sul-baiana, no final do século XIX, estava transformada pelo crescimento da população e pelo desenvolvimento da lavoura do cacau, que acabaram por redesenhar os seus aspectos sociais e culturais. O investimento dos principais municípios do Sul da Bahia em uma imagem de uma região “civilizada”, nos moldes dos grandes centros culturais do país e do exterior, era cada vez mais evidente. Os modelos sociais europeus e fluminense eram seguidos como exemplo de civilidade. O entusiasmo pela adoção de modelos culturais como as cidades de Paris e Rio de Janeiro se fazia presente tanto na gestão pública quanto na iniciativa privada desde a última década do século XIX. A década de 1920, porém, é uma baliza que demarca, em termos da intensidade, as transformações impostas pelo desejo de “civilizar” o sul baiano.

Neste contexto, a importância social do culto dos mortos motivou os setores políticos a fazerem um forte investimento no campo tanatológico e nos suportes de recordação. A organização de funerais-espetáculo deve ser compreendida em relação a um empenho dos grupos a que pertenceu o morto -- partido, família e/ou associação -- em ostentar

publicamente o exemplo do seu devotamento individual ao coletivo. Em face da possibilidade de uma outra eternidade, a memória apresentou-se como um atenuante para a dissolução dos vestígios da existência individual. Podemos afirmar que a perspectiva da morte física ser superada pela sobrevivência social na lembrança dos vivos motivou a prática de consagração dos mortos, enquadrando-a em uma finalidade de cunho pedagógico e laico.

Elementos culturais europeus do período serviram de paradigma para a construção do moderno conceito de cidadania no Ocidente. No período compreendido entre 1870 e 1914, estabelecido por Hobsbawn como a fase de consolidação do Estado-nação no Ocidente, surgem os modelos de homens públicos apoiados em um discurso voltado para o sentido de coletividade e da coisa pública.⁴⁰ Evidentemente, esses modelos foram reelaborados de acordo com as especificidades locais, percebidas nas comemorações fúnebres, onde as camadas abastadas da população investiam maciçamente no aprimoramento do seu próprio *ethos*, expresso no poder material trazido pelo cacau e na adoção do ideário modernizante, o que incluía um controle maior do poder público sobre o comportamento social.

As idéias higienistas européias, principalmente francesas, foram responsáveis pelas reformas funerárias que estavam no bojo das mudanças que pretendiam trazer a civilização à recente nação brasileira. Entre as principais medidas estava a transferência dos enterramentos no interior dos núcleos urbanos para os cemitérios públicos extramuros. Além do ambiente mais higiênico, o cemitério oitocentista deveria ter uma função educativa, tornando-se um modelo de comportamento cívico. Nele, os túmulos monumentais celebrariam os cidadãos exemplares e rememorariam suas virtudes perante a sociedade na qual estava inserido.

Leis municipais passaram a proibir determinados costumes como o transporte e inumação de cadáveres de adultos e de crianças em caixões abertos. Providência determinada “a bem da saúde pública e de acordo com os preceitos da higiene”, como registra o *Jornal de Ilhéus*, órgão oficial do município. No entanto, ainda em fins da década de 1910, o costume permanecia quanto aos enterros de crianças, os “anjos”. Mesmo nos períodos de surtos epidêmicos, a lei era comumente ignorada pela população, “consentindo que fiquem destampados os caixões contendo os restos mortais de crianças, filhos ou não, que são transportados assim para o cemitério, percorrendo quase sempre diversas ruas da cidade.” O contato com os mortos “vítimas de moléstias contagiosas,” ou que se achavam “em decomposição adiantada” era considerado anti-higiênico pelos poderes públicos e feria os

⁴⁰ HOBBSAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

preceitos legais. A gazeta alertava que, mesmo no período agudo da *influenza*, “temos visto se sepultarem crianças em caixões sem tampa”, e estimulava os fiscais do município a punirem severamente os infratores da lei.⁴¹

O poder público desejava modificar o antigo costume de expor cadáveres em espaços abertos aos olhos da população. A visão de pessoas mortas deveria estar restrita ao espaço privado. Tornavam-se inaceitáveis as cenas de caixões descobertos em procissão pelas ruas de uma cidade “civilizada”. *O Jornal* aludiu ao desconforto causado pela visão de um cadáver nas vias públicas, pois “ninguém gosta de olhar para pessoas mortas, há nisso um natural e um grande constrangimento, senão repugnância invencível.” Ainda segundo o periódico, o desejo de estar junto ao cadáver, “só é inato aos parentes, às pessoas que têm laços de afinidade ou mesmo de amizade íntima.” A sociedade, em geral, “respeita a memória dos que passam; presta as devidas homenagens aos cadáveres, acompanhando-os à sua última morada, ouvindo missas em repouso de suas almas, descobrindo-se à sua passagem” mas, em regra, “foge de ver defuntos, evita o seu contato e censura o costume de transportarem para o cemitério os cadáveres dos anjos em caixões abertos.” Era preciso acabar de uma vez com esse “mau costume” tão prejudicial “à saúde e à civilização.”⁴²

Os surtos constantes de febres e outras doenças contagiosas tiveram influência decisiva no desaparecimento do costume de expor os mortos. Em 1918, o contágio da gripe espanhola, que “vai penetrando em todos os lares, quer do pobre, quer do rico”, deu ensejo ao endurecimento da fiscalização sanitária e ao aumento da influência da “classe médica da terra” que, “sacrificando suas comodidades, não se tem poupado à luta.” Para dimensionar os efeitos da tragédia, a imprensa afirmava que, nas cidades e no interior, “não há uma única habitação que já não tenha recebido a angustiosa visita.” Em muitas casas “o terrível *morbus* tem prostrado todos os habitantes, não deixando um só de pé para acudir os derrubados, que são socorridos pela amizade de algum vizinho ou pela caridade do próximo.”⁴³ A dramaticidade da notícia parece tentar convencer os leitores da necessidade imediata de superação de determinados costumes nocivos à saúde pública

Desde agosto de 1918, os casos de *influenza* haviam se alastrado pela Europa. No mês seguinte, um navio, o *Demerara*, aportou no Rio de Janeiro depois de passar por Lisboa, Recife e Salvador, espalhando rapidamente a doença. O número de enfermos e mortos cresceu

⁴¹ CEDOC. *Jornal de Ilhéus*, “Em caixões descobertos”, 3/2/1918, n. 328, p. 1.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Id. Ibid. A peste*, n.328, 27/10/1918, p. 2.

vertiginosamente em poucos dias e em várias cidades, primeiro as portuárias, em seguida no país inteiro.⁴⁴ No sul da Bahia o flagelo teve uma maior intensidade entre os meses de outubro e dezembro e “em breve se aplacaria o mal que tendo entrado em todas as casas, já deveria estar farto de tanta derrubada que fez.”⁴⁵

Assim como nos centros urbanos, a doença grassou no interior dos municípios, atingindo centenas de pessoas em Ilhéus e Itabuna. A maior incidência de casos fatais ocorreu nos bairros populares carentes de infra-estrutura sanitária. A morte ou a doença da maior parte dos empregados paralisou as atividades do comércio. O embarque e desembarque dos vapores e lanchas “fazia-se com vagar e com demora.” Os pescadores deixaram de sair para o mar para pescar, desaparecendo o peixe do mercado. A carne de boi também escasseou. Por preço algum “se encontra [vam] galinhas para os doentes” e o leite “só tem chegado para os abastados e arrançados.” Inúmeras fazendas ficaram sem trabalhadores suficientes para colher o cacau, acarretando grandes prejuízos à lavoura.⁴⁶

Os jornais da época consideram, além da falta de infra-estrutura sanitária, a violência como causa principal de um grande número de óbitos no sul da Bahia. Como vimos anteriormente, a morte “selvagem” caracterizou o período das lutas armadas motivadas pela posse de terras e disputas eleitorais das duas primeiras décadas do século XX, época das invasões de centenas de jagunços “vindos de Conquista, de Condeúba, de Areia, de Jequié e de Belmonte.”⁴⁷ Eram comuns as chacinas como a da vila de Olivença ou a da fazenda pertencente a Manoel Andrade, onde em poucos dias tombaram vinte e duas pessoas, entre as quais o “inditoso” Berilo Deiró, fazendeiro e político, cujo assassinato “revestiu-se de um requinte de perversidade nunca vista na história dos grandes crimes de Ilhéus.”⁴⁸

A morte de Deiró foi marcada pelo seu “martírio”, explorado politicamente pelos seus correligionários. Os seus olhos foram arrancados a faca, e “depois de cego e banhado em sangue, o fizeram andar debaixo do facão, caindo aqui e acolá, entre vaias e gargalhadas dos bandidos que sem grande demora o castraram e o mataram a faca.” A imprensa temia a repercussão que esse tipo de morte teria para a imagem da região cacauceira, questionando “quando os parentes souberem do modo porque foste assassinado, o que dirão?” Que a zona

⁴⁴ BERTUCCI, L. M. **Influenza**, a medicina enferma. Campinas, SP: UNICAMP, 2004, pp. 95-8.

⁴⁵ CEDOC. *Jornal de Ilhéus*. “A influenza”, nn. 329 e 331, 10/11/1918 e 24/11/1918.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Id, Ibid. “Empastelamento”, n.47, 1/6/1913, p. 2.

⁴⁸ Id. Ibid. “As benemerências do mangabeirismo”, n. 350, 6/4/1919, p. 2.

do cacau era “uma terra inabitável, um covil de assassinos e bandidos”, o que muito concorria “para a má fama de que goza esse torrão.” Contudo, a morte de Deiró não teria sido em vão. Por ter sido trucidado defendendo os ideais do partido, foi transformado em uma espécie de mártir do grupo político. “Berilo não morreu, imortalizou-se.”⁴⁹

A morte “selvagem” produziu outros “mártires”, cujos assassinatos eram lembrados, mesmo décadas depois, como forma de rejeição aos antigos costumes e manutenção da lembrança de um acontecimento particularmente significativo para o grupo familiar e político. Um artigo de *A Luta*, do ano de 1906, lembrava que “há vinte e um anos a negradada(sic) política, dirigida por vultos sinistros” mandou assassinar, na ponte do Itariri, “por truculentos facínoras,” o capitão João Carlos Hohlenwerger, um dos ilheenses “mais distintos e queridos, pela lealdade intransigente de seu caráter, de sua bravura, do prestígio crescente de sua popularidade e esforço acurado do seu labor.” De acordo com a matéria, os assassinos “se puseram na espreita, aguardando-o nos disfarces das tocaias.” Com o capitão pereceram “seus bravos companheiros”; apenas um jovem escravo foi poupado. O artigo do *A Luta*, provocado pelo “morticínio hediondo ainda perdura na alma ilheense”, era a “expressão da dor” e por sobre os túmulos das vítimas “avivamos, na frente nefanda do bárbaro mandante, o estigma do crime que jamais se apagará.”⁵⁰

Assim como o de Berilo Deiró, o assassinato do capitão Hohlenwerger têm conotações simbólicas no que se refere aos requintes da crueldade do ato criminoso: Hohlenwerger teve a barba e olhos arrancados e as mãos decepadas. A barba serviria aos executores como prova do assassinato ao mandante. Os corpos foram crivados por dezenas de descargas antes do esquartejamento dos seus membros. De forma semelhante foram assassinados sete indivíduos na chacina de Olivença, em 1905. Essa forma de desfiguração trazia uma mensagem de ódio explicitada nas características dos ferimentos. Crimes como estes eram explorados como retratos de uma fase passada que deveria ser superada pela introdução de novos costumes. Caberia aos administradores e autoridades públicas, assim como aos órgãos de imprensa, difundirem novos valores ao conjunto da sociedade, com base no exemplo dos seus mais “ilustres” e “civilizados” cidadãos.

As características marcantes da personalidade “ilustre” são alinhavadas por referência a construções póstumas. Funerais, discursos à beira-túmulo e os necrológios são algumas das

⁴⁹ Id. Ibid. “O maior dos suplícios”, n. 342, 9/2/1919, p. 2.

⁵⁰ AFEBC. *A Luta*, “Morticínio do Itariri”, n. 225, 10/11/1906, p. 2.

formas de preservar viva a memória individual e de transformar o “homem-pessoa”, com todos os erros e deslizes éticos, no “homem-instituição”, indivíduo sem máculas e exemplo idealizado de valores morais e cívicos. As homenagens póstumas reelaboravam a imagem pública do indivíduo no “templo da memória”, evidenciando a importância que a modernidade ocidental tem dado à imortalidade dos indivíduos.⁵¹ Os textos fúnebres destacavam as virtudes e silenciavam os defeitos do morto, em um processo depurativo que o distinguia. Apagavam-se todas as imperfeições pessoais e realçavam-se todas as qualidades do caráter. Prática essa que utiliza o “esquecimento” para poder construir a exemplaridade do que se deve recordar. Este trabalho idealizador associava-se às contribuições que o morto havia dado para a sociedade em que estava integrado. O conteúdo do texto relembra e purificava, de modo a fixar na personalidade a imagem a ser incorporada para a posteridade.

A nova dimensão das práticas fúnebres levou a que os funerais terminassem constituindo uma verdadeira consagração cívica. Aos tradicionais aspectos religiosos misturaram-se intenções laicas de ostentação das virtudes do homenageado. Nesse sentido, o necrológio e o anúncio fúnebre são essencialmente didáticos, pois exortavam os vivos a dar continuidade ao exemplo dos mortos e enfatizavam o dever das gerações futuras de conservar e perpetuar a memória das figuras-referência.⁵²

Os anúncios possuem um caráter mais informativo dos dados relativos às datas e horários dos enterros e missas, e de agradecimentos pela participação nesses rituais. Eram pagos pela família ou pela associação a que o morto pertencia. Conforme Fuchs, a base da coesão familiar ou grupal é abalada sempre que a morte de um membro importante acontece. O anúncio público da morte é uma das formas de externar socialmente o sofrimento vivenciado pelo grupo social com a perda de um dos seus membros. Os anúncios fúnebres contribuem para que a propagação da morte do “ente querido” permita que ocorram manifestações privadas e públicas de solidariedade, que terminam por preservar laços de coesão.⁵³

Os necrológios, por sua vez, compreender a construção da imagem ideal de sociedade, mediante a celebração da memória dos principais cidadãos, assegurando-lhes a imortalidade entre os vivos. Se, por um lado, enunciam um complexo jogo de composição e recomposição

⁵¹ ABREU, A. **A fabricação do imortal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 67.

⁵² BONNET, J-C. “Les morts illustres”. In: Nora, P. **Les lieux de mémoire II: La Nation**. Paris: Gallimard, 1986, pp. 220-9.

⁵³ FUCHS, W. **Le immagini della morte nella società moderna**. Turim: Einaudi, 1973, p. 29.

das elites, por outro lado permitem avaliar como a imprensa, na primeira metade do século passado, atuou como canal de construção de uma história específica para a região produtora de cacau da Bahia. Os necrológios dos mortos “ilustres” eram localizados na primeira página dos jornais, enquanto os anúncios fúnebres localizavam-se na “seção social”, ao lado dos nascimentos, casamentos, batizados e aniversários das famílias mais influentes.

Os textos procuravam difundir uma visão de mundo e nortear a vida individual mediante a construção de discursos integradores e coletivos, desta forma conferindo à morte uma nova significação social. Era o momento no qual, silenciados os defeitos, glorificavam-se as virtudes individuais de caráter laico. Os necrológios eram bastante seletivos quanto ao tamanho e quantidade de adjetivações positivas. Poucos alcançavam o privilégio da publicação de textos edificantes sobre si. A vitória sobre a morte física dependia, conforme foi observado, do peso social das obras e do *status* adquirido em vida. Enquanto a lealdade aos preceitos religiosos assegurava a salvação eterna da alma, o lugar social determinava quem legava à posteridade a lembrança da sua existência.

Para alguns poucos indivíduos, que representavam determinados setores sociais, a morte não era a finitude ou o aniquilamento, mas a consagração. Invariavelmente, os necrológios culminavam em autênticas defesas dos fundamentos sociais a que o morto havia se devotado. Os textos também consolidavam uma versão oficial sobre a trajetória pública e privada do morto ilustre, para melhor integrar a sua imagem à da sociedade a que pertenceu. Os necrológios não pretendiam ser meros elogios. Eles buscavam exaltar as qualidades do morto que deviam servir como exemplo de conduta social. Isso faz com que os discursos fúnebres tornem-se textos parciais em essência, pois se propunham a contribuir para a transição dos “grandes homens” do terreno da vida para o da memória, formando um “panteão” de referência regional.

É possível avaliar a posição socioeconômica da família do morto considerando-se o custo da disposição espacial da informação nas páginas dos jornais. A morte entre as famílias mais importantes era anunciada em mais de uma edição. A centimetragem dos anúncios e necrológios conferia status ao grupo social do morto e atestava a sua influência. Ao mesmo tempo, o caráter impessoal e formular da sua apresentação quando se tratava de mortos comuns constitui evidência das formas de separar e distinguir. Estes últimos são anúncios nos

quais mudam apenas os nomes dos familiares, das instituições e do morto, publicados nos espaços reservados às comunicações gratuitas.⁵⁴

Os anúncios das mortes de fazendeiros, comerciantes e políticos representam maioria absoluta. As tabelas abaixo evidenciam esse fenômeno. Foram contabilizados os anúncios fúnebres da imprensa de Ilhéus e de Itabuna, em dois períodos distintos situados entre as décadas de 1900 e 1910, e as décadas de 1920 e 1930, para observação de possíveis variações. A Tabela 10 refere-se aos falecimentos de indivíduos do sexo masculino, em que categorias listadas como ocupação abrangem diversas profissões. A de operário aglutina os chamados “artistas”: carpinas, pedreiros e alfaiates. Os advogados, médicos e engenheiros estão concentrados na categoria profissional liberal. Os comerciários, tabeliães e empregados públicos estão aglutinados na categoria denominada funcionário. Entre os “jagunços”, foram classificados os assassinos profissionais que atuavam na região e cuja referência aparece somente na primeira datação.

Tabela 10- Ocupação dos mortos do sexo masculino indicada em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeiro	28 (27,2%)	68 (45,9%)	96	38,2
Comerciante	17 (16,5%)	26 (17,6%)	43	17,1
Político	12 (11,7%)	19 (12,8%)	31	12,4
Operário	06 (5,8%)	15 (10,1%)	21	8,4
Funcionário	08 (7,8%)	10 (6,8%)	18	7,2
“Jagunço”	16 (15,5%)	-	16	6,4
Profissional Liberal	03 (2,9%)	06 (6,8%)	09	3,6
Trabalhador Rural	09 (8,7%)	-	09	3,6
Militar	04 (3,9%)	01 (0,7%)	05	2,0
Marítimos	-	03 (2,0%)	03	1,1
Total	103	148	251	100

Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade estadual de Santa Cruz – CEDOC-UDESC.

A Tabela 11 refere-se aos dados relativos aos falecimentos de pessoas do sexo feminino. As categorias “fazendeira” e “negociante” englobam mulheres que realmente exerciam estas atividades, assim como as que são unicamente referidas como parentes -- esposas, filhas, irmãs ou mães de fazendeiros e negociantes. A ocupação denominada

⁵⁴ WITTER, J. S. “Os anúncios fúnebres (1920-1940). In: MARTINS, J. de S. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983, pp. 85-8.

“doméstica” engloba as mulheres cujo ofício relacionava-se com atividades “do lar”. Os dados sobre o sexo masculino perfazem um total de 251 referências à atividade ocupada, enquanto os dados sobre o sexo feminino somam 85, um número bem inferior ao dos anúncios de morte de homens. Os dados referentes ao município de Ilhéus apresentam um número muito maior de anúncios fúnebres coletados devido a quantidade superior de jornais e edições. Os dados relativos ao município de Itabuna somente foram coletados a partir de 1917, quando foi inaugurado o jornal *A Época*, cujo acervo é o mais antigo disponível para a pesquisa, assim como apresentaram grandes claros na sua periodização. Portanto, os dados de ambos os municípios serão apresentados em bloco com o objetivo de estabelecermos uma idéia aproximada de conjunto.

Tabela 11- Ocupação dos mortos do sexo feminino em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeira	20 (60,6%)	38 (73,2%)	58	68,2
Comerciante	08 (24,2%)	05 (9,6%)	13	15,4
“Doméstica”	05 (15,2%)	05 (9,6%)	10	11,8
Professora	-	02 (3,8%)	02	2,3
Indigente	-	02 (3,8%)	02	2,3
Total	33	52	85	100

Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC.

Os textos da imprensa regional eram espaços privilegiados para o enaltecimento de grupos familiares “tradicionais”, valorizadas pela antigüidade, especialmente no cultivo do cacau. Em seus necrológicos, os “decanos” dessas famílias eram apresentados como representantes legítimos da sociedade regional e como elo da afetividade e consangüinidade entre a parentela. O elogio fúnebre articulava a história pessoal aos valores mais prezados pela sociedade. O objetivo maior era, como já foi dito, traçar os contornos do homem público, criar um indivíduo incomum que sintetizasse a coletividade. Os parâmetros que deveriam guiar o cidadão -- o espírito cívico, a valorização do trabalho e a visão progressista de sociedade, -- eram articulados em torno de figuras exemplares. Contraditoriamente, estes indivíduos diferenciados, a par de evocarem o espírito coletivo, expressam individualmente o poder oligárquico na sociedade brasileira. A propalada modernidade não era acessível a todos. Em verdade, pode-se afirmar que os oligarcas do cacau não eram homens modernos e muito

menos públicos, pois representavam os interesses limitados de determinados grupos privilegiados.

O declínio do sagrado e a ascensão do individualismo

Como já foi observado, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX ocorreu uma mudança significativa no comportamento diante da morte. O imaginário cristão continuava a fornecer padrões de expectativas e atitudes na organização dos funerais, porém a sociedade contemporânea estava voltada para as questões imanes e tinha uma visão mais secularizada dos rituais fúnebres. As transformações culturais da época provocaram mudanças no campo tanatológico. Gradativamente, os investimentos materiais dos funerais ganharam uma outra dimensão social. Os funerais e jazigos foram transformados em suntuosos suportes para a memória individual e familiar. Em poucas décadas, os cemitérios públicos dos principais núcleos urbanos e os cortejos fúnebres passaram a figurar entre os mais importantes espaços simbólicos do poder político e econômico.⁵⁵

O processo de “civilização” da região impunha novos hábitos, que terminaram por estabelecer distinções entre a elite do cacau e o restante da população, em sua maioria miserável e iletrada. Efetivamente, perpetuou-se com nova roupagem o uso da morte no reforço das relações de poder existentes no contexto social. A dimensão ritualística dos funerais se manifestava de forma teatralizada em diversos espaços cênicos privados e públicos: o velório, nas residências particulares; o cortejo, nas artérias urbanas; a inumação, nos cemitérios públicos; as missas e encomendações, nas igrejas; e o luto, nas vestes e no comportamento.

Essa “encenação” implicava não somente a presença de oficiantes e adeptos, mas de um conjunto de comportamentos organizado para produzir maior eficácia no reforço a consensos e sociabilidades. Nos rituais fúnebres, os laços de solidariedade eram renovados e reforçados em volta da presença do morto. Parentes mais próximos e afastados se

⁵⁵ CATROGA, F. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra: Minerva Editora, 1999, p. 296.

reencontram e se reconheciam como oriundos de um mesmo descendente; amigos e correligionários presentes indicavam os círculos sociais e políticos a que pertencia o morto, assim como reforçavam a rede de interesses que os uniam.

O processo pelo qual o culto dos mortos passou a centrar-se na consagração do indivíduo e na gestão afetiva e familiar da memória, mediante a ostentação dos funerais e as visitas ao cemitério, dando um caráter mais laico aos funerais, pode ser percebido no declínio do prestígio das procissões religiosas organizadas pelas antigas irmandades locais, tradicionais gestoras dos rituais fúnebres. Em meados da década de 1920, o *Correio de Ilhéus* registrou o seu pesar pelo fato de que “de alguns anos a essa parte” as festas religiosas, “outrora imponentes e que refletiam os sentimentos de fé católica da população,” estavam dia por dia, “declinando o seu brilho passado”. A tradicional procissão do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos, apesar de contar com a presença do próprio bispo diocesano, passou a ter uma “concorrência de fiéis muito inferior a dos anos anteriores”, notando-se que a “elite da cidade”, com raras exceções, não compareceu.⁵⁶

Ao que parece a população urbana ia abandonando velhos costumes, sendo a “gente do interior” a que mais concorria à procissão. O jornal observa que em termos passados, eram “raríssimas” as pessoas que não compareciam à missa e à procissão dos Passos: “A Matriz, mesmo há trinta ou quarenta anos passados, no tempo em que a população regulava a quadragésima parte da de hoje, ficava completamente cheia, sendo preciso chegar cedo para adquirir um lugar no vasto templo.” Segundo o *Correio* o declínio da festa e da sua patrocinadora era particularmente visível no momento em que foi escrita a matéria: “Ontem a catedral tinha grandes claros. A capela-mor e a parte da nave onde se achava colocada a imagem veneranda do Senhor Bom Jesus dos Passos, estavam vazias.” A irmandade do Senhor dos Passos, “pode-se dizer que não compareceu, porque alguns dos que estavam enfiados em capas roxas, não são irmãos”. Sequer compareceu o provedor, cargo que “já há alguns anos não existe nessa irmandade que está precisando de uma reforma geral, até nas capas que estão se tornando imprestáveis.”⁵⁷

Tradicionalmente os fazendeiros mais abastados financiavam as festas e procissões das irmandades, além de ofertarem custosos adornos às imagens mais veneradas. Ao anunciar o falecimento do doutor Fausto Galo, antigo proprietário “de fazenda de cacauzeiros, engenho

⁵⁶ CEDOC. *Correio de Ilhéus*. “Procissão dos Passos”, n. 715, 25/1/1926, p. 2.

⁵⁷ Idem.

de açúcar e escravatura”, o *Correio* recordou que, ainda no início da década de 1920, existiam as “ricas túnicas bordadas a ouro, oferecidas pelo ilustre extinto há mais de 30 anos ao Senhor dos Passos e a Nossa Senhora que apareciam sempre na procissão de encontro nesta cidade.”⁵⁸

A imprensa local publicava textos nostálgicos em relação ao prestígio social dessas entidades filantrópicas: “Quem não se lembrará da pompa, da imponência e do brilho com que eram comemorados os dias de Passos?” Os irmãos, “da outrora respeitada irmandade”, teriam sido substituídos por pessoas “sem representação, senão desclassificadas, que envergam agora a opa há anos passados disputada pelas pessoas mais representativas da terra.” Era muito forte o interesse que se despertava “em todos os círculos sociais desde a cidade até o rincão mais distante deste município a notícia da vinda de um padre notável para pregar o sermão do encontro”. Os templos se enchiam literalmente, “a cidade em peso, acrescida da população do interior, acompanhava à comovente procissão.”

Igualmente festejado era o dia consagrado ao “glorioso” São Sebastião, “sob os auspícios de uma irmandade ereta há muitos anos nesta cidade”, cujo esplendor também desapareceu. Das festas dedicadas ao santo restavam apenas “os vestígios de uma capela em ruínas e de ano em ano, por amor à tradição, um tríduo e uma missa, quase pela madrugada.” Muitos desses rituais eram mantidos pelas mulheres, o setor da população mais assiduamente praticante dos rituais religiosos. Um grupo de senhoras pertencente à elite econômica procurava “manter o fogo sagrado das grandes festas de Nossa Senhora da Vitória, que esta é a única que o povo de Ilhéus acarinha.”⁵⁹ Essa atitude visava prolongar e reproduzir o ideário religioso e cultural vigente, cabendo às mulheres o papel principal na conservação das tradições religiosas deixadas pelas gerações que as antecederam. Assim, os vivos não anulariam a herança cultural que identifica e filia.

As novas atitudes diante da morte, por seu turno, buscavam consolidar e perpetuar a memória individual e familiar como base para a construção da trajetória histórica “oficial” da sociedade cacaueira. Ao falecer, em 1929, o coronel Pedro Gaston Lavigne foi retratado como uma “respeitável figura de uma das mais tradicionais famílias de Ilhéus e destacado elemento da sociedade local”. Proprietário de terras e grande cacauicultor no interior do município, onde sempre residiu, o coronel Lavigne foi em vida um “cidadão benquisto e acatado” e, como “a figura mais velha da sua família”, mereceu a consideração e a estima de todos, “já

⁵⁸ Id, Ibid. “Doutor Fortunato Galo”, n. 101, 28/1/1922, p. 2.

⁵⁹ Id. Ibid. “Festas religiosas”, n. 851, 5/2/1927, p.1.

pelo seu conceito pessoal, já porque representava para os seus inúmeros parentes todas as tradições da geração a que pertencera”. A notícia do falecimento do “velho conterrâneo” causou “doloroso pesar”, verificado pelo número “extraordinário de visitantes” da câmara ardente e de pessoas que acompanharam o féretro ao cemitério.⁶⁰

O major Félix Mariano Cardoso e Silva, “abastado fazendeiro e capitalista do mais elevado conceito,” foi um homem “prestimoso e muito acatado nas suas relações de amizade”, contando com verdadeiras dedicações entre os seus “muitos compadres e amigos”, que compunham a base das suas relações sociais. O seu necrológio enfatizou a questão do poder social pelo exercício contínuo de diversos cargos de nomeação do governo e de eleição popular, desde o regime monárquico. Para a gazeta que anunciou a sua morte, Cardoso e Silva “era um dos ilheenses de mais importância e distinção”. Havia no texto fúnebre a demonstração do interesse em elaborar uma imagem positiva do falecido. Anunciou-se que grande número de “dedicados amigos” do falecido, incluindo o redator-chefe da *Gazeta de Ilhéus* e outros próceres da sociedade local, acompanharam o cortejo até o cemitério que, “apesar da chuva”, pois a quantidade de “pessoas gradas” presentes a um enterro era uma medida social do prestígio político e/ou econômico do morto.⁶¹

Os membros das famílias mais “ilustres” que morriam “fora” tinham seus corpos trasladados para o município de origem. Os seus funerais deveriam ser realizados na terra em que haviam ajudado a fundar ou a desenvolver. Dona Antônia Alves Pinheiro, cuja família era considerada pioneira do município de Itabuna, veio a falecer na residência do seu genro, em Ilhéus. A “respeitosa senhora” era irmã do coronel Firmino Alves, grande fazendeiro tido como um dos pioneiros do plantio de cacau no antigo distrito de Tabocas. Os “desolados parentes e amigos” da matriarca mandaram uma comissão para transportar o cadáver, “em trem especial”, para sepultá-lo em solo itabunense. O enterro realizou-se “com grande acompanhamento” e contou, como cabia a pessoa da sua “qualidade”, com a presença da filarmônica Lyra dos Artistas que executou diversas marchas fúnebres.⁶² O enterro de Antonia Alves mobilizou grande parte da população itabunense, que homenageou não somente um indivíduo, mas o grupo familiar detentor do prestígio de fundador.

Ser enterrado entre os seus reforçava os laços identitários existentes entre os membros das grandes famílias, cujos funerais deveriam constituir expressões de prestígio e de

⁶⁰ CEDOC. *Diário da Tarde*, “Falecimento”, n.514, 20/11/1929, p. 1.

⁶¹ Id. *Gazeta de Ilhéus*, “Major Félix Cardoso”, n. 118, 26/6/1902, p. 1.

⁶² Id. *Correio de Ilhéus*, “Dona Antonia Alves”, n. 771, 13/6/1926, p. 2.

afinidades consangüíneas e políticas. Falecido na capital do estado, o coronel Gabino Kruschewsky teve o seu corpo embalsamado e transportado para Ilhéus, pois era vontade dos seus filhos e parentes que fosse sepultado no cemitério local. Logo que o vapor atracou, ocorreram inúmeras pessoas que acompanharam o corpo até a igreja de São Jorge, “estando aí suas dignas filhas, noras e outras parentes, que tiveram crises nervosas ao avistar o caixão que envolvia o corpo.” Ao gênero feminino cabia o papel de exprimir mais enfaticamente a dor da perda. Depois da encomendação solene do cadáver na catedral, o corpo foi conduzido ao cemitério com grande acompanhamento de “representantes de todas as classes sociais”. Inúmeras capelas enviadas deixavam implícitas, nas mensagens que as acompanhavam, um tipo de relação de clientelismo, como a gratidão por favores prestados aos parentes e amigos.⁶³

Os anúncios fúnebres também abriam espaço para os membros mais destacados das colônias de estrangeiros radicados nos municípios da região. O enterro de Jean Griessen, jovem natural de Berna, que trabalhava no escritório comercial de Hugo Kaufmann & Cia., realizou-se com o acompanhamento dos seus conterrâneos e pessoas ligadas ao comércio de cacau. À beira do túmulo, Robert Durand, identificado como gerente da firma exportadora Wildeberger & Comp., “orou em voz alta ouvido religiosamente por todos os presentes, especialmente a colônia suíça, presente ao ato.”⁶⁴ A morte de Jorge Zaidan, negociante e proprietário em Água Preta e “o mais antigo membro da colônia síria daquela povoação”, foi alvo de manifestações desusadas. Esteve presente “ao tocante ato” a banda musical 1º- de Maio, que executou várias peças fúnebres “em homenagem à memória do seu antigo sócio”. O comércio de Água Preta, de que era “figura de destaque,” cerrou as portas à hora do cortejo fúnebre. Essa era uma das formas mais eloqüentes da população local expressar o reconhecimento da importância do morto e do seu grupo social.⁶⁵

As minorias sociais e políticas pouco são referidas nas fontes hemerográficas. Quanto mais frágil o grupo, menores são os espaços ocupados nos necrológios e anúncios fúnebres. As notícias sobre a morte de trabalhadores, pequenos proprietários e indigentes, que evidentemente constituíam uma quantidade maior de mortos, ocupavam uma centimetragem bem reduzida em relação aos setores mais abastados. Também falecimentos de pessoas pertencentes a grupos rivais do órgão de imprensa eram notificados em poucas linhas e muitas

⁶³ Id. Ibid. “Coronel Gabino Kruschewsky”, n. 646, 12/9/1925, p. 1.

⁶⁴ Id. *Diário da Tarde*, “Falecimentos”, n. 298, 20/2/1929, p. 3.

⁶⁵ Id. Ibid., “Falecimentos”, n. 982, 3/7/1931, p. 3.

vezes sem a individualização da notícia.⁶⁶ Mesmo aos principais líderes rivais era dado um espaço bastante inferior ao que cabia aos correligionários muito menos influentes. Quase sempre inexitem referências positivas à vida do adversário, como no caso do coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara, opositor do grupo político ao qual pertencia a *Gazeta de Ilhéus*, onde se declarou apenas local de nascimento e filiação e evidenciou-se a sua condição de ex-proprietário de “grande número de escravos”, aspecto pouco valorizado em uma sociedade que se pretendia democrática, pela origem humilde dos seus pioneiros.⁶⁷

Assim, em torno dos andores ou dos caixões, trajando fraque, cartola e bengala no melhor estilo europeu, as aparições públicas dos coronéis, exportadores e bacharéis do cacau eram verdadeiros espetáculos. As próprias cidades foram se revestindo de novas significações tanatológicas. Os espaços cemiteriais, antes relegados ao esquecimento por parte do poder público, passaram por um intenso processo de valorização. Tanto como os palacetes neoclássicos, os túmulos monumentais e as patentes superiores demonstravam o prestígio individual e de grupo, as comemorações cívicas, religiosas e fúnebres também marcavam diferenças.

Os ritos de separação entre os vivos e os mortos

O processo de separação entre os vivos e os mortos envolvia a preparação do corpo, o velório, a missa de corpo presente, o cortejo, a inumação e o luto, que compõem um quadro de referências quanto a comportamentos e atitudes frente ao fenômeno físico da morte. Os rituais fúnebres tinham duas dimensões distintas e complementares. A primeira consistia nos procedimentos religiosos comuns à maioria dos funerais, excetuando-se os de indivíduos pertencentes a outra religião que não a católica apostólica romana, como no caso de cristãos maronitas, judeus e protestantes. A segunda possuía um caráter mais laico, predominantemente voltado para a ostentação de *status* social e a exaltação da personalidade do morto. Nesta última, o investimento material traduzia a importância do momento da morte para o estabelecimento de imagens positivas para o indivíduo e para o grupo familiar, político ou profissional dentro de um quadro de expectativas sociais.

⁶⁶ Id. *Gazeta de Ilhéus*, “Óbito”, n. 276, 24/12/1903, p. 2.

⁶⁷ Id. Ibid. “Coronel Ernesto Sá”, n. 284, 13/03/1904, p. 2.

Para atender a essa nova demanda, alguns negociantes começaram a organizar a infraestrutura visando dar suporte aos funerais da população. Em 1913 ocorreu a inauguração da casa mortuária de João Carlos Oliveira, “fornecedora de caixões fúnebres para adultos e anjos.” Oliveira “encarregava-se de armações fúnebres e festivas, dispondo de oficiais habilitados, garantindo perfeição nos seus trabalhos, podendo ser procurado a qualquer hora do dia e da noite em sua residência.”⁶⁸ A preparação do morto para os funerais geralmente estava a cargo da família ou de pessoas próximas com alguma experiência no assunto, pois não havia disponibilidade de profissionais como os disponíveis nas funerárias contemporâneas. O corpo era lavado, os cabelos e as unhas cortados, as melhores roupas eram limpas e vestidas com presteza para que o enrijecimento natural do cadáver não dificultasse a ação.

Tomadas as medidas necessárias quanto à higienização do corpo e à escolha do vestuário, tratava-se de adequar a residência para a cerimônia do velório, providenciar a sepultura para o enterramento e encomendar o caixão que receberia o corpo. Antes do aparecimento das mortuárias os caixões eram feitos sob encomenda por carpinteiros locais, que os fabricavam de acordo com as posses do morto. Assim como as vestes, a qualidade e o custo final do caixão serviam como definidores da condição financeira do morto. Aos abastados cabiam invólucros suntuosos ricamente adornados, num contraste gritante com a singeleza dos que serviam aos menos favorecidos, simples tabuados compactados sem nenhum requinte.

O sexo e a idade do morto influíam no uso da roupa fúnebre. As mortalhas apresentavam um claro simbolismo religioso que concedia ao morto uma espécie de sacralidade. Havia o costume de trajar as mulheres com mortalhas, que eram costuradas em casa. As mulheres adultas comumente vestiam mortalhas brancas, enquanto as crianças usavam o branco e o rosa. Os meninos usavam mortalhas azuis. Os homens eram invariavelmente enterrados vestidos de paletó de cor escura e gravata.⁶⁹ A qualidade das roupas definia o padrão econômico do indivíduo e da sua família, em uma clara referência ao seu lugar social. As roupas e objetos do morto tinham diferentes destinações. As roupas íntimas, as de cama e colchão eram muitas vezes jogadas fora ou queimadas, quando por morte devido às doenças contagiosas como a tuberculose e as febres, responsáveis por um grande número de mortes na região nas primeiras décadas do século.

⁶⁸ Id. *Jornal de Ilhéus*, “Anúncios”, n. 32, 16/2/1913, p. 2.

⁶⁹ RIBEIRO, Dione Pereira Rosa: depoimento [maio 2007]. Entrevistador: A. L. R. Ribeiro. 1 cassete sonoro.

Tomando como amostragem os anúncios fúnebres e os registros de óbitos relativos ao município de Ilhéus entre as décadas de 1900 e 1930, pode-se ter uma idéia aproximada das principais causas de morte no período delimitado. O primeiro intervalo de tempo (1900-1910) corresponde à fase final da ocupação da área do antigo município de Ilhéus, enquanto o segundo (1920-1930) corresponde a fase “áurea” da produção de cacau na primeira década do século XX. A Tabela 12 mostra as causas de morte retiradas de 205 anúncios fúnebres veiculados nos jornais *Gazeta de Ilhéus*, *A Luta*, *Jornal de Ilhéus*, *Correio de Ilhéus* e *Diário da Tarde*.

A Tabela 13 refere-se às causas de morte retiradas de 1012 registros de óbitos do cartório de pessoas naturais de Ilhéus. Os livros de registro de óbitos do cartório de pessoas naturais apresentam ausência de registros por anos seguidos, especialmente na década de 1900 e 1910. Infelizmente entre os anos não registrados está o de 1918, quando ocorreram a epidemia da gripe espanhola e o conflito armado do Sequeiro do Espinho. Ambos os acontecimentos deveriam representar um pico nas mortes por armas e doenças contagiosas.

Tabela 12- Causas de morte em anúncios fúnebres por décadas. Município de Ilhéus (1900-1910 / 1920-1930)

Causa	1900-1910	1920-1930	Total	%
Assassinato	61 (51,3%)	05 (5,8%)	66	32,2
Febres	11 (9,2%)	08 (9,3%)	19	9,3
<i>Influenza</i>	14 (11,8%)	-	14	6,8
Tuberculose	06 (5,0%)	05 (5,8%)	11	5,4
Coração	02 (1,7%)	08 (9,3%)	10	4,9
Congestão	03 (2,5%)	05 (5,8%)	08	3,9
Parto	05 (4,2%)	01 (1,2%)	06	2,9
Suicídio	02 (1,7%)	03 (3,5%)	05	2,4
Outras	15 (12,6%)	51 (59,3%)	66	32,2
Total	119	86	205	100

Fonte: Hemeroteca do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC/UESC (1910-1930).

Tabela 13- Causas de morte em registros de óbitos por décadas. Município de Ilhéus (1900-1910 / 1920-1930)

Causa	1900-1910	1920-1930	Total	%
Febres	186 (28,7%)	94 (25,8%)	280	27,7
Tuberculose	130 (20,1%)	66 (18,2%)	196	19,4
Coração	45 (6,9%)	78 (21,4%)	123	12,2
Assassinato	60 (9,3%)	32 (8,8%)	92	9,2
Congestão	45 (6,9%)	14 (3,8%)	59	5,7
Parto	17 (2,6%)	06 (1,7%)	23	2,3
Suicídio	01 (0,2%)	-	01	0,1
Outras	164 (25,3%)	74 (20,3%)	238	23,4
Total	648	364	1012	100

Fonte: Acervo do Cartório de Registro de Pessoas Naturais do Município de Ilhéus – Registros de óbitos (1910-1930)

As doenças contagiosas, como as febres e a tuberculose, são as principais causas de morte no município alcançando 47,1 % do total encontrado. Há, porém, um declínio na incidência dessas doenças nas décadas de 1920 e 1930 devido, provavelmente, à melhoria da infra-estrutura sanitária urbana e os avanços da ciência médica. Os assassinatos, que são a principal causa registrada nos jornais na primeira datação, também sofrem um declínio nas décadas posteriores quando há uma presença mais efetiva do aparelho estatal e redução das disputas armadas pela posse de terra. Poucos são os registros de mortes ocorridas no hospital da Santa Casa. A maioria da população ainda vinha a falecer em suas residências rurais ou urbanas. Permanecia o hábito do atendimento médico domiciliar e as visitas de parentes de amigos, a chamada “boa morte”.

Com a proximidade da morte o moribundo deveria receber, em seu leito, a extrema-unção e o perdão pelos pecados cometidos. De acordo com as normas religiosas, a comunhão deveria ser ministrada aos enfermos caso a sua condição física assim o permitisse. O mesmo deveria acontecer em relação à extrema-unção, último sacramento que o indivíduo receberia em vida. Esse ritual ocorria determinado pela proximidade presumível da morte. Em volta do leito de morte, localizado nas residências ou nos hospitais, um religioso ungia o moribundo com óleo sagrado e perdoava os pecados por ele cometidos. Na falta de religiosos, um grupo

formado exclusivamente por mulheres, as “ministras da eucaristia”, poderia realizar a extrema-unção como um ato de caridade.⁷⁰

Muitos não recebiam a extrema-unção devido à forma como ocorria o falecimento. Quando se morria assassinado ou repentinamente, o clero católico atendia aos apelos da família e ministrava postumamente os sacramentos. Os sacramentos, porém, eram terminantemente negados aos que atentavam contra a própria vida cometendo suicídio. A Igreja Católica oficializou a condenação durante o concílio de Arles, em 1452. O entendimento de que a vida seria o dom maior de Deus concedido aos homens transformou o suicídio num dos mais graves pecados que podiam ser cometidos por um cristão. Apesar da recusa do amparo religioso aos suicidas, estes não deixavam de receber as devidas homenagens laicas.

Os casos de suicídio de parentes de religiosos deixam transparecer um conflito de sentimentos, como ocorreu ao cônego Evaristo Bittencourt, “assaz consternado pelo doloroso acontecimento que veio pungir o seu coração”. Um seu irmão de nome Manoel, “moço, trabalhador, bem quisto, cercado de todo o conforto que lhe podia proporcionar aquele parente nobilíssimo”, pôs termo à própria existência. Mesmo sem a presença de religiosos um grande número de pessoas acompanhou o morto ao cemitério, e “nos semblantes de muitos a Dor imprimia o seu eloqüente cunho, traduzindo a comoção lutuenta(sic) que aquele quadro produzia.”⁷¹ Ao religioso era vetado acompanhar e ministrar os últimos sacramentos ao parente morto.

A totalidade dos anúncios fúnebres e necrológicos relativos a suicídios diz respeito a membros das camadas mais privilegiadas da população, as importantes famílias de fazendeiros e políticos da região. Isto leva a supor que o suicídio ocorria motivado mais por razões de fundo psicológico do que por questões financeiras. Por um amor não correspondido matou-se Milton Pessoa de Amorim, neto do coronel Antonio Pessoa, que assim perdeu “uma das mais jovens e legítimas esperanças”. Noticiou o *Correio de Ilhéus*, que a cidade “pranteia a morte súbita” de Milton Pessoa, “filho amantíssimo desta terra”, onde já aos vinte e um anos de idade “gozava de inconfundível prestígio, pela sua radiosa inteligência, pelas qualidades morais que lhe constituíam o caráter e pelos excelsos dotes de seu boníssimo coração”. Mocidade “em plena florescência, existência em flor”, Milton “vibrava com as mesmas

⁷⁰ PACHECO, Maria Albertina Gouveia Pacheco: depoimento [ago. 2007]. Entrevistador: Ribeiro, A. L. R. 2 cassetes sonoros.

⁷¹ CEDOC. *Gazeta de Ilhéus*, “Manoel de Góes Bittencourt, n. 27, 7/7/1901, p. 2.

vibrações da alma grandiosa de Ilhéus”.⁷² Há um claro intento de retirar qualquer tipo de mácula da imagem do descendente do principal chefe político regional. A gravidade do ato extremo foi relativizada pelo enaltecimento das virtudes pessoais e familiares do morto.

A “estupenda romaria” feita à casa do “jovem desventurado” valeu-lhe por “justa sagração”. Milton era “estimado por todos, grandes e pequenos, políticos ou não”. Circulado o “doloroso” acontecimento, “para mais de mil pessoas correram a vê-lo, pela última vez, na expressão martirizada, porém sublime” na câmara ardente armada no salão nobre do palacete Pessoa, onde o corpo foi velado. O sentimento de pesar “que a todos dominava” foi o “mais expressivo que já se verificou, em transe dessa natureza”. A quantidade de pessoas presentes ao funeral e a profusão de flores naturais depositadas sobre o túmulo eram “a mais eloqüente prova do quanto eram apreciadas as excelentes qualidades e quanto profundamente abalou o espírito público o seu prematuro desaparecimento.” O órgão de imprensa registra outro especial deferimento do *Diário da Tarde*, órgão da corrente política contrária que faz uma ampla cobertura dos funerais “vasada em termos distintos e eloqüentes”. A “memória do jovem desventurado saberá ser grata a quem, com sinceridade, traçou aquele artigo lapidar.”⁷³ Ao sepultamento compareceram representações de associações diversas e amigos, havendo à porta do cemitério “uma salva de três tiros em funeral por atiradores do Tiro de Guerra 500” de que Milton era associado.⁷⁴

Os textos da época expressam uma visão do suicídio como um ato desprovido de racionalidade. O suicídio seria um ato extremo, provocado pela perda da razão, fatalidade que atenuava o atentado contra os preceitos católicos. A loucura levaria ao ato suicida, como ocorreu ao jovem poeta sul-baiano Guttemberg Berbert de Castro. O “talentoso conterrâneo” contava apenas 22 anos de idade, quando pôs fim à própria vida “tragicamente, obedecendo aos impulsos do seu estado mental abatido por incurável doença, que há muito lhe roubara o perfeito juízo”, uma cegueira progressiva que o acompanhava desde criança.⁷⁵ Os jornais de Salvador, cidade referida como “Bahia”, traziam “sentidos necrológicos” de Guttemberg Castro, entre os quais o *Diário de Notícias* e o *Diário da Bahia*. O jornalista Henrique Cancio, argumenta que o desequilíbrio mental foi o responsável pelo suicídio de Castro, relativizando a culpa do poeta pelo grave atentado às leis de Deus e à razão humana: “Eu não compreendo, não aceito, não perdôo o suicídio. Há, porém, um suicídio que se perdoa, o dos

⁷² Id. *Correio de Ilhéus*, “Milton Pessoa”, n. 1089, 1/9/1928, p. 1.

⁷³ Id. Ibid. “Em plena juventude”, n. 1090, 4/9/1928, p.1.

⁷⁴ Id. *Diário da Tarde*, “Enterramentos”, n. 164, 4/9/1928, p. 2.

⁷⁵ Id. Ibid. “Guttemberg Berbert de Castro”, n. 138, 2/5/1922, p. 2.

feridos no cérebro. A luz apagou-se e a treva os arrasta ao túmulo. Foi por isso que morreu o pobre Guttemberg.”

O jornalista Cancio havia conhecido o poeta alguns anos antes de sua morte. Ao descrever a personalidade do morto, com base nesse encontro, traçou o perfil de uma pessoa equilibrada, porém melancólica: “a palavra lógica, precisa. Os olhos tristes e pouco iluminados. Naquele infortúnio havia uma grande alma torturada de poeta.” Em alguns dos sonetos ele deixava transparecer “os sofrimentos de sua alma”, entre eles *Supremo Anseio*, escrito três anos antes, no qual a idéia do suicídio já se faz presente. Nele podemos perceber que a idéia da morte como alternativa à cegueira foi contemplada por um longo tempo, à medida que a doença se agravava:

“Supremo Anseio

*Estes livros que vedes, meus senhores
Úmidos, sujos, velhos, bolorentos,
Sentem comigo os mesmos sofrimentos
Sofrem comigo as cruentas dores.*

*Vendo-os assim, entregues aos travores
De um desprezo sem fim, meus pensamentos
Espelho que reflete meus tormentos
Tornam-se logo cheios de negroses.*

*É que em minh’alma eu sinto, tristemente,
Que luzes não terei mais nos meus olhos
Para lê-los como os lia antigamente.*

*E assim pensando, deste modo, assim
Se a existência p’ra mim só tem abrolhos,
Só anseio chegar da vida ao fim.” (maio de 1919).⁷⁶*

Em outro soneto Guttemberg retrata o seu estado de espírito diante da doença e do fim dos projetos: “a infância minha idealizou outrora./ Hoje tudo mudou. Apenas mora/ Na minha alma repleta de amargura/ A esperança brutal de à cova escura/ A morte amiga me tanger agora.” Anos mais tarde o poeta alcançaria o seu “supremo anseio”. Um artigo de Pedro Calmon, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, traça o perfil do “vate baiano que fazia

⁷⁶ Id. Ibid, “Trechos”, n. 142, 11/5/1922, p. 2.

ilustre” na idade que em que o foram Castro Alves e Junqueira Freire. Calmon reforça a idéia da irracionalidade do suicídio. “Desde tenros anos sofria cruel enfermidade da vista. E à proporção que se lhe agigantava o espírito, menor ia sendo o raio visual das coisas cá do mundo.” Aos vinte e dois anos, quase cego, “o poeta reveste-se por fim da mentalidade revoltada.” Quando “mais negra é a nuvem implacável” que lhe toma a vista, “a mão febril do moço tateia o revólver.” E, pedindo “perdão a Deus e a benção aos pais”, sem que “lhe tremesse o pulso”, descarregou no meio do peito.⁷⁷

Aos que morriam de causas outras que não o suicídio, e que desta forma se qualificam para receber os sacramentos religiosos, o passo seguinte ao seu falecimento era a convocação da população em geral, por parte da família ou de associações, para acompanhar a sentinela e o enterro. As cerimônias públicas eram julgadas em sua importância pela quantidade e pela qualidade dos participantes. Para ter um efeito pedagógico sobre a população, os funerais eram organizados conscientemente para alcançar a maior dimensão coletiva e pública possível. São inúmeros os relatos dos grandes acompanhamentos aos mortos ilustres onde funcionários públicos, estudantes, associações de classe e músicos, compunham a multidão que pelas ruas acompanhava o cortejo rumo ao cemitério em homenagem a memória do morto.

Os relatos da imprensa destacam a imponência dos cortejos da elite econômica em um contraste gritante com a simplicidade dos enterros mais humildes das camadas populares. O desejo de ter toda exibição possível é comumente o argumento decisivo pelo qual se pede a presença popular pelos convites impressos nos jornais, informados por cartas ou telegramas. A família, os amigos e/ou correligionários publicavam nos jornais locais os agradecimentos pelo comparecimento aos funerais e os convites para as missas mandadas rezar pela alma do morto. Essa crença na força intercessora das orações advém dos escritos bíblicos. A Igreja Católica romana admite a possibilidade de os vivos intercederem pelos mortos mediante orações como descrito em Judas Macabeus (4:52-59), que manda realizar sacrifícios em honra dos que morreram.

O processo de divulgação e organização dos funerais era feito em grande parte pela família e pelas associações profissionais e maçônicas, estes últimos bastante valorizadas no início do século, muitas das quais assumiam as despesas com os funerais do seu representante. Abaixo um exemplo de anúncio fúnebre maçônico foi veiculado no *Correio de Ilhéus* e uma

⁷⁷ Artigo reproduzido pelo *Correio de Ilhéus* em 22/12/1925, n. 689, p. 1.

cruz com símbolos maçônicos (Figura 18), fazem referência a uma homenagem póstuma inteiramente laica:

AUG .. RESP.. E SUBL.. LOJ.. CAP.. Regeneração Sul Baiana SESS.. FUNEB.. (CONVITE) – De ordem do Resp.. Mestr.. convido a todos o ilr.. do Quad.. e MMAç.. RReg.. para uma sess.. Funeb.. em homenagem ao saudoso Ortélio Lauro de Moura 3.. membro que foi da nossa Aug.. Off.. a qual terá lugar em lugar e hora do costume. Or.. de Ilhéus, 19 de maio de 1925 (E.. V..). Alcino Dórea, Sec..⁷⁸



Figura 18 – ASCM: Cruz de mármore sobre coluna – década de 1920 [Foto do Autor]

Para os católicos, enquanto a extrema-unção era ministrada com o corpo ainda vivo, a encomendação dava-se com o corpo morto, cerimônia geralmente realizada nas residências ou nas igrejas, com ambos os espaços transformados em espaços da consagração individual. Havendo falecido fora da região, o corpo embalsamado do coronel Domingos Alexandre do

⁷⁸ CEDOC. *Correio de Ilhéus*, “Á Gl.. do Gr.. Arch.. do Univ.”., n. 597, 21/5/1925, p. 2.

Nascimento foi embarcado de navio até o porto de Ilhéus, “onde já se achavam representantes de várias classes sociais, parentes e amigos do extinto”, e dali transportado para a catedral diocesana, em cujo templo se realizaram “as exéquias oficiadas pelo padre Celso Monteiro, acolitado por dois sacerdotes da diocese”. No coro da igreja matriz um grupo de cantoras “entou hinos sacros e no átrio a Euterpe 3 de Maio executou diversas marchas fúnebres”, em homenagem ao falecido coronel.⁷⁹ Se a família assim o desejasse, mediante pagamento, a encomendação da alma também poderia ocorrer na residência em que se encontrava o corpo. O ritual de encomendação do corpo era a última despedida do ambiente familiar feita na saída do cortejo fúnebre rumo ao cemitério.

Os adultos “ilustres” eram encomendados e acompanhados por mais de um religioso até a sua sepultura, em casos mais raros o próprio bispo encomendava a alma. Como nos funerais do coronel José das Neves Brasil, que na “antevéspera do seu falecimento havia se confessado e recebido todos os sacramentos ministrados pelo bispo diocesano.” Durante a sua moléstia o coronel “foi visitado constantemente por pessoas da vizinhança e amigos de posição social. O senhor bispo dom Manuel visitou-o mais de uma vez. Quando exalou seu último suspiro estava cercado de parentes, amigos e protegidos.” O coronel Brasil registrou em testamento o desejo que seu corpo fosse inumado na capela de Nossa Senhora da Conceição, na fazenda de sua residência, desejo que foi cumprido, tendo o bispo ido celebrar a missa de corpo presente.⁸⁰ Um outro momento de intervenção religiosa pelo encaminhamento da alma dava-se após a inumação do corpo, quando era aspergida água benta sobre o túmulo. Esse ritual era considerado desnecessário no caso da morte de crianças, os “anjinhos”, que ainda não tinham pecado.

Os velórios eram feitos, em sua maioria, na residência em que ocorria o falecimento. O corpo era depositado no cômodo mais amplo da casa. Geralmente as salas das famílias mais ricas eram transformadas em câmaras ardentes. Castiçais eram usados para iluminar o ambiente com um grande consumo de velas. O corpo era “velado” pelas pessoas que iam se revezando nas rezas e nas palavras de consolo aos parentes mais próximos. Após o desenlace, a vela de cera virgem destinava-se a iluminar o caminho da alma. A luz era tida como uma dádiva dos vivos aos mortos, a forma pela qual os vivos controlariam e orientam a alma.

⁷⁹ Id. *Diário da Tarde*, “Falecimentos”, n. 322, 20/3/1929, p. 2.

⁸⁰ Id. *Correio de Ilhéus*, “Coronel José das Neves”, n. 947, 24/9/1927, p 1.

A dimensão social da morte fazia com que, durante o velório, o espaço privado da residência do morto fosse momentaneamente transformado em lugar público. Com a notícia da realização dos velórios as pessoas, por amizade, caridade cristã ou mesmo simples curiosidade, afluíam livremente ao interior das casas para rezar ou observar o morto. Essa apropriação pública momentânea caracterizava-se pela liberação do acesso aos cômodos da habitação em um fluxo constante, restrito apenas pelos limites do espaço físico. O acesso do público ao interior da câmara ardente era livre e, dependendo do prestígio social do morto, longas filas se formavam em torno do caixão para uma última despedida. A seguir, novas etapas do cerimonial eram conduzidas no sentido de promover a necessária ruptura entre os vivos e os mortos, preparando-os para uma nova existência no terreno simbólico da memória.

Cortejos, missas e luto: a passagem para a “eternidade”

O cortejo fúnebre pode ser compreendido como um ritual por meio do qual os vivos tentam superar a desagregação do universo social e o fenômeno físico da putrefação do corpo para manter os laços existentes entre os que compõem o grupo familiar ou político em um mútuo sentimento de pertença. A análise da morte como acontecimento-espetáculo pode fornecer um importante testemunho acerca do contexto cultural e das expectativas dos grupos sociais que a promoviam.

Os critérios que presidiam a ordenação interna dos velórios e cortejos fúnebres deixam muito pouco ao acaso. Os improvisos ocorrem mais frequentemente durante os discursos à beira-túmulo, quando um presente pede a palavra para homenagear o morto em seu próprio nome ou no da entidade que representa. Adornos, vestimentas, sinais de pesar estavam todos de acordo com a solenidade dos funerais. A todos era exigido o acompanhamento de uma etiqueta que regulava o gestual, o tom da fala e as atitudes públicas e privadas desde o velório até o período de luto.

Deve-se ter em conta os aspectos subjetivos que envolvem os efeitos de um cortejo conscientemente ordenado e hierarquizado sobre a população. A par de outras formas de divulgação, como necrológios, anúncios fúnebres ou discursos à beira-túmulo, os velórios e os cortejos -- ou seja, o componente mais corpóreo, movimentado e público do ritual --

representavam o ápice dos rituais fúnebres. E, como o objetivo maior consistia em mobilizar as camadas populares, e em criar identificação e fortalecer a consciência grupal, a fim de se atingir um espírito de coletividade, pode-se compará-los com as procissões religiosas.⁸¹

O itinerário era previamente traçado para que fosse feito o trajeto mais curto, ou mesmo o mais simbólico, contemplando determinados lugares freqüentados pelo morto em vida, numa espécie de última visita do corpo aos locais de referência familiar e profissional. Geralmente eram escolhidas as principais ruas que davam acesso ao campo-santo. Nelas seria possível que a população local apreciasse a passagem do esquife, murmurasse uma oração, admirasse a riqueza ou pobreza do cortejo, contabilizasse o número de pessoas que o acompanhavam, comentasse os fatos mais representativos da trajetória do morto.

Na cabeça do cortejo iam o caixão e as coroas de flores, carregados por membros da família, amigos e correligionários mais íntimos. Não raro as alças do caixão eram acirradamente disputadas. Logo atrás vinham as pessoas do círculo social do morto: colegas de ofício, correligionários, membros de associações religiosas e, muitas vezes, uma filarmônica. Os cortejos da elite econômica eram fechados pelos membros das camadas populares, que engrossavam o desfile fúnebre. Essa coreografia reproduzia, hierarquicamente, o ordenamento de outros cortejos cívicos e religiosos, nos quais a proximidade e o distanciamento quanto aos símbolos de referência denotam a condição social.

O cortejo fúnebre de membros das camadas mais abastadas podia servir como uma vitrine social, onde as demonstrações de proximidade com o morto eram especialmente relevantes. Essas verdadeiras procissões teatralizavam as redes de relações de poder expressas no cenário dominado pela morte. Neste sentido, o funeral cumpria uma série de preceitos com múltiplas funções, entre as quais demonstrar o sentimento pela perda do “ente querido” e expressar distinção. Também a variedade e qualidade das roupas utilizadas durante a fase do luto davam uma medida da condição social dos usuários.

Nos cortejos fúnebres os caixões substituíam os andores das procissões como ponto central da cerimônia, no percurso pelas principais ruas das cidades. De forma homóloga às missas aos santos católicos, as missas em memória dos mortos também eram ministradas em datas que periodicamente recordavam seu falecimento: o sétimo e trigésimo dias e os aniversários anuais. Assim como os santos, cada morto terá o dia de culto dedicado à sua

⁸¹ CATROGA, *O céu da memória*, p. 241.

memória, mesmo que a homenagem esteja mais restrita aos membros da sua família, se comparada aos rituais de enterramento.

Tradicionalmente a Igreja Católica estabeleceu o seu ritual em torno da eucaristia e da missa, incluídos os sufrágios: os pedidos e orações dos vivos pelas almas dos mortos. A tradição popular aliada à doutrina católica fez da missa o recurso mais eficiente de intercessão pela ascensão das almas ao paraíso. O tempo de purgação das almas poderia ser abreviado por meio de orações e missas dirigidas ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora e aos santos de devoção. A celebração do sétimo dia de morte é associada ao dia do descanso divino após os seis de criação do mundo. As comemorações do trigésimo dia e dos aniversários anuais de morte marcam a passagem do tempo e rememoram a existência individual e são renovados os sentimentos de pesar à família.

Na missa de corpo presente, realizada no interior dos templos, o caixão era colocado próximo ao altar, sobre uma base e coberto com tecidos negros. As exéquias tinham nas preces o seu ponto alto, as quais eram direcionadas aos santos e aos anjos para que recebessem a alma do falecido(a) e “a apresentassem face ao Altíssimo.” A absolvição era realizada junto ao corpo e rogava-se o atendimento das súplicas dos fiéis presentes. No cemitério, as preces suplicam aos anjos, condutores da alma que deverá ser acolhida pelos mártires no paraíso, e à Deus “que deveria abençoar o túmulo e enviar um anjo para guardá-lo.”⁸²

No cemitério, um ou mais oradores tratavam de fazer o elogio ao morto nos costumeiros discursos laudatórios. As qualidades mais apreciadas, via de regra, estavam exemplarmente ligadas aos valores burgueses: o amor à família, a honestidade na condução dos negócios, a fidelidade aos amigos ou ao partido, a generosidade com os pobres e a igreja. Os oradores eram, geralmente, pessoas que possuíam experiência no ofício de discursar para um grande número de pessoas. Após os discursos, a família e os amigos lançavam pequenas quantidades de terra sobre o caixão. Este ato finalizava as atividades do cortejo, era uma espécie de última despedida ao corpo do ente querido.

No início do século passado, as mulheres não acompanhavam os corpos aos cemitérios e só aos homens o uso investiu “de tão piedosa obrigação.” Segundo a *Gazeta de Ilhéus*, não “enraizou-se o costume” de acompanharem as mulheres o féretro, “o que era ainda mais

⁸² MARTINS, O. S. B. Hildebrando. **Pequeno ritual romano**. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1958, pp. 173-77.

natural se o morto fosse do seu sexo,” para evitar-se “cenas mais tocantes, como essas que presenciemos no momento em que o caixão era retirado de casa para seguir caminho para o cemitério.”⁸³ A participação de mulheres parecia estar restrita aos enterros de crianças do sexo feminino. Em 1903 Joaquim Eugênio de Carvalho, manifestou o seu “inolvidável agradecimento” a todas as pessoas que dignaram comparecer ao enterramento “da sua sempre lembrada filhinha,” bem assim “a gentileza que lhe dispensou as excelentíssimas famílias dos amigos mandarem as suas filhinhas carregar o corpo da inocente até a sua última morada.”⁸⁴ O enterro da “idolatrada filha” do juiz Júlio de Brito, com 13 anos de idade incompletos, foi acompanhado por “extraordinário número de crianças, senhorinhas e cavalheiros,” que deram uma prova “de quanto estimam os seus desolados genitores.”⁸⁵

A perda materna suscitava “as lágrimas de um filho, que se vê privado para sempre dos carinhos e conselhos de uma boa e santa mãe.” O desaparecimento das matriarcas “lança na tristeza e na dor centenas de lares, nos quais a sua influência benéfica, os seus conselhos são se faziam sentir.”⁸⁶ Ao falecer, a senhora Lucrecia Selmann Alves, “digna esposa” do coronel José Firmino Alves, foi adjetivada como um esposa “rica de virtudes, mãe de família exemplar, que deixa quatro filhas, também esposas e mães distintas e o carinhoso e dedicado companheiro de cerca de 50 anos.” E morreu “entre os seus, nos braços da unida e grande família”. A mulher, além de ser detentora de inúmeras virtudes servia de referencial para a parentela que se reuniu em torno do seu leito para assistir a sua morte.⁸⁷

Assim como os homens, as mulheres “ilustres” tinham uma ampla cobertura do seu falecimento ocupando as primeiras dos jornais. O *Correio de Ilhéus* “tarja de luto a sua coluna principal” para registrar o falecimento da senhora Isaura Pessoa Olivieri, “esposa mui digna, do nosso amigo dr. Durval Olivieri e dileta filha do nosso acatado diretor senador Antonio Pessoa.” Gravemente enferma já a algum tempo, “o anjo da morte adejava sobre o lar de d. Isaura, para dele quebrar, traiçoeiramente, um de seus esteios, um dos mais belos espécimes de esposa desvelada e de mãe carinhosa.”

Outra morta ilustre foi Josefa de Queiroz, “digna senhora que fora um dos bons elementos” da sociedade ilheense, que “rendeu-lhe em um movimento tão espontâneo quão

⁸³ CEDOC. *Gazeta de Ilhéus*, “Indiretas”, n. 119, 29/6/1902, p. 1.

⁸⁴ Id. Ibid. “Edith Carvalho”, n. 201, 30/4/1903, n. 201, p. 2.

⁸⁵ Id. *Jornal de Ilhéus*, “Falecimento”, n. 27, 12/01/1913, p. 2.

⁸⁶ AFEB. *A Luta*, “Pêsames”, n. 108, 19/12/1904, p. 2.

⁸⁷ CEDOC. *Correio de Ilhéus*, “Lucrecia Alves”, 13/3/1923, n. 267, p. 2.

significativo as homenagens a que fizera jus pelas distintas qualidades que lhe exornava o espírito eminentemente cristão e católico.”⁸⁸ Durante a longa moléstia que a vitimou “não faltaram nunca as incessantes visitas.” Daí o grande número de pessoas que teve o seu enterro e a disputa na condução do féretro: “mal uma pessoa pegava em uma das alças do caixão à outras e outra se apresentavam à substituição.” Horas antes do enterro o bispo rezou uma missa de corpo presente em sufrágio da sua alma. À entrada da catedral foi o caixão recebido por duas comissões das associações religiosas Apostolado do Sagrado Coração de Jesus e Sodalício de São José, “que o conduziram à Eça adrede preparada em torno da qual foi feita a encomendação solene” pelo padre Celso Monteiro, “acolitado por um coro de seminaristas sob a direção do cônego Clarindo Ribeiro, ilustre secretário da diocese.” Ao baixar o caixão à sepultura o reverendo vigário fez a “encomendação do momento”, após a qual foi entoado o cântico fúnebre *De profundis*, fazendo-se em seguida a inumação. Por outro, o anúncio das mortes de mulheres “do povo” traduziam em poucas linhas a desigualdade de espaço concedido, como o de “Josefa de tal, viúva do africano Adão,” que em apenas duas linhas tinha o anúncio do seu falecimento.⁸⁹

Quanto ao tempo dedicado ao luto havia a norma de se vestir de negro por um tempo determinado. Aqueles que não podiam comprar um novo guarda-roupa tingiam de preto as vestes usadas em torno do período de um ano. Usava-se o preto por seis meses, depois se aliviava o luto. Aí se usava o preto e o branco, depois azul-marinho, até voltar-se às roupas comuns. Havia o luto prolongado por toda a vida, no caso de viúvas mais tradicionais. Durante o luto havia restrições quanto à participação dos familiares em festas e comemorações seguindo, assim como o uso do negro, uma flexibilidade progressiva. Havia também uma distinção no luto quanto à faixa etária do morto, sendo o luto pela morte de crianças (“anjos” sem pecado) era mais curto do que o de adultos.

O período de luto variava de acordo com os costumes locais ou familiares, o grau de parentesco ou proximidade com o morto. O luto deveria ser usado durante seis meses por cônjuges, ascendentes e descendentes diretos; quatro meses para irmão, sogros, genro, nora e cunhados; dois meses em homenagem aos tios, irmãos por lado materno ou paterno, sobrinhos e primos; e quinze dias por parentes consanguineamente afastados. A legislação civil republicana não contemplava práticas relativas ao luto, diferentemente da colonial que dispunha sobre a matéria.

⁸⁸ Id. Ibid, “Dona Josefa Queiroz”, n. 794, 4/9/1926, p. 1.

⁸⁹ Id. *Gazeta de Ilhéus*, “Óbito”, n. 272, 31/1/1904, p. 2.

A família, portanto, constituía o núcleo central de gestão da crença na sobrevivência na memória, complementando a sobrevivência transcendente. Esse núcleo é o principal responsável pelas visitas ao cemitério, essencial ao culto dos mortos, visitas estas feitas não somente com a intenção de interceder por eles através das orações, como também reatualizar a sua presença na memória dos vivos. Essa comemoração, sem a presença de um mediador eclesiástico, ganhou importância a partir do século XIX, principalmente nas datas do aniversário de falecimento e Dia de Finados.⁹⁰ Os seus momentos mais expressivos ocorriam quando do deslocamento de membros da família, individualmente ou em pequenos grupos, às sepulturas dos parentes para sua limpeza, para a colocação de flores e para orações e lembranças silenciosas. Esta comemoração se dava sem estardalhaço e ocorria mais no âmbito familiar. Apesar de seu caráter público, a visita ao cemitério era basicamente um ato levado a termo pela parentela, visando reforçar a sua coesão pelo culto às suas figuras de referência.

Menos comuns, mas não raras, eram as visitas programadas por amigos, correligionários, colegas de trabalho ou de associativismo e entidades públicas às sepulturas de pioneiros ou cidadãos-símbolos, algumas das quais por eles custeadas. Esse tipo de visita demonstra a função social e pedagógica que a sociedade atribuía à memória dos mortos. O ato coletivo de caráter mais abrangente buscava imitar a raiz familiar da liturgia, contudo introduzia modificações decorrentes de atitudes que não estavam no âmbito da consanguinidade. As visitas revestiam-se de um caráter claramente comemorativo, com um maior número de participantes e muito mais ruído devido aos discursos e aos “vivas”, característica que não se encontra nas comemorações de cunho familiar. As visitas ao cemitério representavam exéquias consagradoras, um ritual posto a serviço da construção de uma hagiografia laica. Tais exéquias constituíam, dessa forma, ritos de repetição que visavam glorificar a memória do morto ou do seu grupo social. Tanto nos cortejos, quanto nas visitas, se concretiza a busca de evocar uma memória capaz de identificar e de filiar, mediante a estratégia de demarcação de laços de coesão.

Em momentos de ruptura, quando ocorrem transformações suficientemente amplas em curto espaço de tempo, “inventam-se” novas tradições. Ocorre, então, o surgimento de uma nova simbologia que luta para impor a sua legitimidade. Os conflitos e as aproximações entre os diferentes grupos sociais fundamentam a elaboração de identidade. Uma identidade que se

⁹⁰ CATROGA, *O céu da memória*, p. 171.

construiu com base em empréstimos ininterruptos, os quais, no entanto, se incorporaram ao contexto local. A produção de imagens para si e para os seus membros não se faz no vazio social, mas em um determinado contexto por meio da oficialização e proliferação de rituais, da criação de monumentos e de um passado legitimador.⁹¹

Funerais, política e sociedade

As implicações sociopolíticas dos funerais respondiam ao interesse da elite econômica ligada ao cacau de consolidar o seu poder simbólico e ampliar o controle social. Os partidos políticos locais aumentaram significativamente os investimentos com no culto dos seus principais líderes. De acordo com José Murilo de Carvalho, nenhuma agremiação política abdica de possuir o seu panteão cívico. O herói cívico tem a necessidade de responder a alguma aspiração popular ou comportamento que seja coletivamente valorizado.⁹² No Sul baiano, a constituição do panteão baseou-se no convencimento e impôs-se mediante o uso reiterado da palavra escrita, especialmente nos jornais. A estratégia era reforçada pelo emprego do simbolismo das imagens e dos rituais visando atingir as camadas populares menos afeitas à leitura.

Conforme observado nos capítulos anteriores, entre os chefes políticos do cacau, a herança do nome ou a participação no desbravamento eram atributos necessários para obter-se um lugar entre os notáveis. No plano das atitudes diante da morte, o culto ao líder configurou-se com maior intensidade nos funerais-pretexo, consagrações movidas por interesses de grupo em enraizar laços de pertencimento, os quais se revestiam de alguma sacralidade ao manter aspectos formais do ritual religioso. As práticas de consagração foram utilizadas para compor uma imagem ideal do líder político, que deveria estar associado às idéias da modernidade e, de forma complementar, às redes de poder tradicionais expressas pelo nome familiar de batismo ou pelo pioneirismo na lavoura do cacau. A aproximação das elites regionais com o ideário moderno visou afastar a imagem regional ligada ao passado colonial e escravocrata. O peso dessa associação com o “atraso” atrapalhava o desenvolvimento do *ethos* burguês e moderno da elite regional. De qualquer forma, convém notar que os grandes

⁹¹ BONNET, *Les morts illustres*, pp. 220-9.

⁹² CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 139.

proprietários continuaram a exploração da força de trabalho, que seguiu à margem do sistema produtivo e organizada em torno dos coronéis do setor agrário-exportador.

Os funerais dos coronéis deveriam ser prestigiados pelo povo em massa. A expressão “enterro de pobre” designava a carência material e simbólica de determinados cortejos, parcamente acompanhados até a provável sepultura rasa no cemitério. O exagero e a pompa eram modos eficazes de legitimar o mando dos coronéis na condução dos negócios públicos. A lembrança periódica da sua contribuição para o progresso regional pelo exercício do poder público pretendia atingir a população, constituindo um imaginário sobre os coronéis que lhes asseguraria o predomínio político, devido à tradição e ao sucesso dos seus esforços para a modernização da sociedade regional. Para tanto, era fundamental que o morto possuísse alguns atributos necessários para a sua qualificação perante os membros do grupo político e a sociedade como um todo. Ao utilizarmos como amostragem os elogios fúnebres aos coronéis encontra-se um conjunto de tópicos muitas vezes repetidos, típico das fórmulas jornalísticas, mas que ilustram as qualidades mais valorizadas das lideranças políticas daquele período. A tabela 14 refere-se aos qualificativos utilizados pelos jornais ao se referirem os indivíduos do sexo masculino em um total de 200 anúncios fúnebres. A tabela 15 traz os qualificativos referentes ao sexo feminino de um total de 68 anúncios fúnebres. Esses anúncios referem-se às mulheres pertencentes às famílias de políticos, delimitadas segundo os nomes de indivíduos que ocuparam os cargos de conselheiro ou intendente

Tabela 14- Qualificativos dos mortos do sexo masculino nos anúncios fúnebres por década. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910/1910-1920)

Qualificativos	1900-1910	1920-1930	TOTAL	%
Correligionário Leal	35 (37,6%)	40 (37,4%)	75	37,5
Parente Exemplar	20 (21,5%)	26 (24,3%)	46	23,0
Estimado / Conceituado	16 (17,2%)	15 (14,0%)	31	15,5
Trabalhador	07 (7,5%)	08 (7,5%)	15	7,5
Bondoso	06 (6,5%)	06 (5,6%)	12	6,0
Outros	09 (9,7%)	12 (11,2%)	21	10,5
Total	93	107	200	100

FONTE: Acervos hemerográficos do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC) e Arquivo Público de Ilhéus (API).

Tabela 15- Qualificativos dos mortos do sexo feminino nos anúncios fúnebres por década. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910/1910-1920)

Qualificativos	1900-1910	1920-1930	TOTAL	%
Parente Exemplar	12 (41,4%)	15 (39,4%)	27	39,7
Bondosa	04 (13,8%)	08 (20,5%)	12	17,6
Religiosa	05 (17,3%)	06 (15,4%)	11	16,2
Inteligente	03 (10,3%)	05 (12,8%)	08	11,8
Estimada	03 (10,3%)	04 (10,3%)	07	10,3
Prendada	02 (6,9%)	01 (2,6%)	03	4,4
Total	29	39	68	100

FONTE: Acervos hemerográficos do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC) e Arquivo Público de Ilhéus (API).

Como podemos observar, entre os homens a qualidade mais valorizada era a lealdade partidária, com quase 40% das referências. O exercício de mando sobre os seus subordinados era fundamentado em uma confiança recíproca entre líderes e liderados. A lealdade era um fator preponderante nas relações de poder estabelecidas em níveis desiguais de influência. A expectativa do correligionário em ter algum “ganho” com o seu apoio incondicional deveria ser contemplada de alguma maneira. Em seguida, aparece como um valor referencial o engajamento nas relações de parentesco e o conceito que o morto gozava na sociedade devido à sua conduta moral e cívica. Por sua vez, as mulheres são mais valorizadas como parentes exemplares, são as mães “extremosas”, as filhas “amantíssimas” sobre as quais recai a preservação dos valores familiares e a educação dos seus membros quanto ao comportamento em sociedade. A bondade e a religiosidade são sentimentos que marcam a expectativa social em relação às mulheres do período, qualidades que também apareciam entre os homens, apesar do predomínio de outros valores.

O coronel Geminiano Vasconcelos, negociante e agricultor no distrito de Castelo Novo, “deixou largo círculo de amigos e admiradores pelas suas qualidades excepcionais de bondade e espírito.” Vasconcelos ocupou vários cargos, entre os quais o de conselheiro municipal, por largo espaço de tempo. No partido político a que pertenceu “mostrara-se um elemento de rara intransigência e pelas suas atitudes definidas de espírito empreendedor e dedicado às causas públicas.” Era também “vulto de destaque” na Loja Maçônica Regeneração Sul Baiana, uma espécie de clube seleta dos grandes fazendeiros e comerciantes “por cujo engrandecimento sempre trabalhou com acentuado devotamento.” À beira do túmulo falou “em tocante improviso, em nome da loja maçônica, o Dr. Soares Lopes, que

interpretou o sentimento de pesar e de saudade dos companheiros e amigos do morto e disse das suas qualidades e caráter.”⁹³

O espírito empreendedor era realçado para valorizar a existência desses homens que transformaram o cenário sul-baiano de florestas seculares em ricas plantações de cacau. Muitos começaram como simples empregados e alcançaram imensas fortunas. Entre estes, o coronel Rodolfo de Melo Vieira. Ao chegar à região, ainda jovem, empregou-se em uma casa comercial, onde “se distinguiu pela sua atividade e maneiras delicadas.” Poucos anos depois, estabeleceu-se com casa de fazendas e molhados e “conseguiu licitamente uma boa fortuna.” Filiado ao partido político do coronel Pessoa, “foi um dos seus maiores amigos e correligionários, pela abnegação, pela lealdade, pela inteligência e pelo prestígio, sendo considerado um dos mais valorosos chefes” do partido.⁹⁴

O perfil individual era atrelado ao máximo aos ideais do partido político durante os funerais, pois o grau de adesão popular indicaria o sucesso das práticas filiadoras e identitárias, o que requeria a criação e a sacralização de “heróis” que servissem de referência para os seus adeptos. A importância política do acontecimento aconselhava que os velórios fossem longos e custosos, além de ocorrerem em lugar apropriado, como os organizados nas residências urbanas dos coronéis. Os funerais de Francisco “Sinhô” Fernandes Badaró Sobrinho podem servir de exemplo desse tipo de cerimônia-espetáculo.

Sinhô Badaró faleceu na cidade de Ilhéus, em 1918, vítima de gripe espanhola. O “ilustre e distinto cavalheiro”, era “elemento de destaque no seio do partido situacionista de Ilhéus, ao qual soube prestar relevantes serviços com a sua vasta influência pessoal”. Atacado pela gripe, “agravou-se de tal sorte a moléstia que zombou de todos os carinhos de sua digna esposa, de sua velha mãe, irmãos e amigos e dos recursos da ciência.” Com apenas trinta e três anos de idade, o “ativo e trabalhador” agricultor, era considerado “a maior influência política do Rio do Braço, Sequeiro do Espinho e Repartimento.” Contava por essas “férteis e populosas zonas” um grande número de amigos, muitos compadres e “crescido número de eleitores que o acompanhavam com verdadeira dedicação.” O comentário publicado no jornal *A Época* afirma que a morte prematura do “forte e distinto correligionário abre um claro difícil de preencher nas fileiras do nosso partido.”⁹⁵

⁹³ CEDOC. *Diário da Tarde*, “Falecimentos”, n. 1253, 20/6/1932, p. 2.

⁹⁴ Id. *Correio de Ilhéus*, “Coronel Rodolfo Vieira”, n. 485, 21/8/1924, p. 1.

⁹⁵ Id. *A Época*, “Falecimento”, n. 2, 17/11/1918, p. 2.

Os necrológios de Badaró exaltam o seu espírito indômito, homem disposto aos maiores sacrifícios pelas causas do partido. Segundo eles, Sinhô não era apenas um político disciplinado e prestigioso, era também “um grande lutador, um destemido, que sentia-se melhor quanto mais se desencadeavam as paixões, quanto mais se agitavam os espíritos nas refregas partidárias.” Como todo aspirante a herói, não conheceu o sentimento da derrota: “invencível, lutava a peito descoberto.” Ninguém o “dobrava ou intimidava” pela ameaça, “que desprezava, que não suportava e que repelia energicamente. Não sabia recuar e muitas vezes tornava-se rebelde a conselhos que julgava prejudicarem o seu amor próprio.” Em reconhecimento, ricas capelas mortuárias foram depositadas na sala onde repousava o corpo, transformada em câmara ardente, algumas das quais foram colocadas sobre o caixão e outras carregadas para o cemitério. Nas inscrições das capelas nota-se a presença do elemento propagandístico. Muitas eram enviadas em nome das firmas, geralmente de exportação de cacau, com que o falecido mantinha relações comerciais.

Do arrabalde da Pimenta, onde estava provisoriamente residindo, saíram os seus despojos em rico caixão “a cujas alças seguravam após a encomendação, o senador Antonio Pessoa, o coronel Luiz Pinto e irmãos do extinto, passando depois a ser carregado por outros amigos, que disputavam essa honra, até o cemitério municipal.” O enterro foi descrito pela imprensa como “muito concorrido”, jargão típico de referência a eventos sociais mundanos, “apesar da ausência dos adversários.” O cortejo foi narrado como uma verdadeira procissão cívica em homenagem ao falecido político. Às ruas Araújo Pinho e Barroso, bem como a praça doutor Seabra, “mais de 600 pessoas aguardavam a passagem do féretro descobrindo-se reverentemente. Todas as famílias das ruas Sá e Oliveira, Santos Dumont e Praça Coronel Pessoa assistiram das janelas de suas casas o desfilar do préstito.”⁹⁶

Poucos anos antes a família de Sinhô havia perdido o seu patriarca, o coronel Antonio Fernandes Badaró, oriundo das Lavras Diamantinas e pioneiro do plantio do cacau na zona do Rio do Braço. O coronel era um dos principais chefes políticos do município de Ilhéus, poder que foi passado, após a sua morte, ao filho mais velho. Os funerais deste marcaram simbolicamente as relações de poder vigentes na sociedade regional. O velório foi realizado na residência do coronel Henrique Kruschewsky, sogro de Sinhô Badaró. No cortejo rumo ao cemitério o corpo do coronel Badaró serviu de elo simbólico no reforço de alianças políticas.

⁹⁶ Id. *Jornal de Ilhéus*, “Francisco Badaró”, n. 330, 17/11/1918, p. 1.

As alças do caixão, coberto de capelas mortuárias, foram carregadas por alguns dos mais importantes políticos e comerciantes do município.

Ao passar o féretro pela Praça Coronel Pessoa, bem como no adro do cemitério, onde o corpo teve sepultura foram prestadas pela Polícia as honras devidas à patente da guarda nacional. O conselho e a intendência enviaram uma custosa capela, emoldurada em uma caixa de tampa de vidro e numerosas famílias “de nossa melhor sociedade” enviaram bandejas com flores. Muitos dos 48 anos de vida do coronel haviam sido à política, quando se tornou “um dos mais firmes e dedicados combatentes do grande partido com altivez e coragem entrando em lutas de que saíra-se vencedor”. Nesta passagem fica evidenciado como as qualidades do coronel confundem-se com as do partido.⁹⁷

Uma forma de percebermos como se dava a construção e desconstrução da imagem individual pelos necrológios é comparando os qualitativos veiculados nos diferentes jornais, representantes de tendências políticas distintas. Tomemos como exemplo o *Correio de Ilhéus*, quando do falecimento do coronel Domingos Adami, um dos mais importantes adversários do grupo político ao qual o qual o jornal servia de órgão oficial. Observa-se que, no anúncio, não há referências às “qualidades” do coronel, em um texto bastante curto se considerada a sua importância política e social, e localizado nas páginas internas. Em outro número, o *Correio* anuncia a morte de um político local de importância secundária. O texto está carregado de adjetivações e pesar pela perda do “lealdoso” e estimado correligionário.

Faleceu, na capital do estado, contando a idade de 82 anos, o senhor coronel Domingos Adami de Sá, grande fazendeiro neste município, de onde foi intendente há cerca de 15 anos e exerceu outros cargos de eleição popular. Apesar da sua idade bastante avançada e o estado de saúde há alguns anos abalado, foi recebida com surpresa nesta cidade a notícia do trepasse do velho político, que aqui tem inúmeros parentes e amigos. Chefiou durante largo tempo, o partido situacionista até 1912, recolhendo-se após essa data à vida privada.⁹⁸

Faleceu o nosso velho e intransigente amigo Joaquim Isidoro de Oliveira, realmente estimado pelos seus dotes de caráter e pela honestidade com que sempre viveu trabalhando. Era um dos elementos “lealdosos” e sinceros do nosso partido, a cujo chefe ouviu com apreço

⁹⁷ Id. *Jornal de Ilhéus*, “Coronel Antonio Badaró”, n. 86, 8/3/1914, p. 1.

⁹⁸ Id. *Correio de Ilhéus*, “Falecimentos”, n. 784, 8/4/1926, p. 2.

e religiosidade. Valiosa coroa de *biscuit* foi depositada pelo nosso querido chefe senador Pessoa.⁹⁹

Homenagens oficiais do poder público, como a prestada pelo legislativo de Canavieiras aos seus mais importantes membros também faziam parte do pacote de enaltecimento individual. As moções de pesar propostas pelos conselheiros dão mostra do sentimento de perda causado pelo falecimento dos mais influentes líderes municipais:

Falecem-me(sic) as idéias, falta-me o cultivo para enumerar a grandeza desse homem, pautado nos moldes da honra, da caridade e do dever. A sua palavra era superior a um documento escrito. Hoje choram inúmeras famílias onde a pobreza envergonhada invade o lar honesto e que a sua bolsa sempre pronta se abria a socorrer. Como era pai exemplaríssimo, não lhe faltando os conselhos e os esforços para elevar os seus descendentes. O dever era o escudo da sua vida. Conservador a toda prova. [...] Canavieiras perde dia a dia os seus antigos sustentáculos. Há quatro anos passados desapareceu Augusto de Carvalho e poucos restam nesta boa terra. A falta de Antonio Francisco de Souza é impreenchível e a sua queda foi um profundo golpe no seio do Partido Democrata o qual tinha no extinto um baluarte de amparo. Militou sempre na política, ao lado de do benemérito Augusto Luiz de Carvalho e Salustiano Viana, ocupou todos os cargos de destaque político e parece não deixou inimigos, face as manifestações que surgem de todos os lados em sinal de pesar pelo seu falecimento.¹⁰⁰

Ao final do Império, os mais antigos líderes liberais ligados ao coronel Pessoa perderam o controle político regional, vindo a amargar um longo período afastados do poder. Porém, estrategicamente, esse grupo fez o possível para aproximar o discurso oficial do partido ao ideário republicano, à modernidade e ao progresso. Mostravam-se como defensores de uma nova sociedade e recusavam o “atraso” e o “elitismo” típicos do período colonial e monárquico. Ao tempo em que construía um vínculo entre as ações do partido e a ascensão econômica da lavoura cacaueteira, buscaram legitimar os seus próprios fundadores.

O passado deveria servir aos interesses presentes, num processo de auto-reconhecimento coletivo que necessitava de suas figuras inaugurais. Ao glorificarem as figuras dos fundadores do partidos, os “pessoístas” tentaram construir uma referência paradigmática visando simbolizar a gênese do seu ideário. Os coronéis “pessoístas” tinham

⁹⁹ Id. Ibid. “Joaquim Isidoro de Oliveira”, n. 754, 1/6/1926, p. 1.

¹⁰⁰ APC. Moção de Pesar, Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Canavieiras de 17/9/1917.

consciência de que o seu poder somente seria consolidado e legitimado se fosse criada uma identidade regional aglutinada em torno de novos valores, símbolos e ritos públicos capazes de gerar um possível consenso em relação à imagem política do partido, como uma agremiação que reunia os principais responsáveis pelo desenvolvimento do progresso material da região cacauceira.

O coronel Antônio Pessoa foi um pioneiro, no Sul baiano, do uso político da imprensa em benefício dos líderes do seu partido. Pessoa reuniu alguns dos maiores fazendeiros de cacau de Ilhéus e Tabocas na *Sociedade Anônima Gazeta de Ilhéos*, cujas ações totalizaram a soma de vinte e três contos e seiscentos mil-réis, um investimento financeiro de relativa monta para o período. É interessante notar que os nomes dos dois maiores adversários políticos de Pessoa, os coronéis Domingos Adami de Sá e Henrique Alves dos Reis, constavam entre os acionistas da *Gazeta*. O periódico foi inaugurado em 1901, tendo Antônio Pessoa como seu primeiro redator-chefe e principal articulista. A *Gazeta* foi um espaço privilegiado utilizado para a propaganda política do partido oposicionista. Os artigos, quase sempre alegando uma pretensa neutralidade, serviram como base de propaganda dos discursos sobre a superioridade moral e cívica do grupo “pessoísta”.

Resignando os cargos que ocupavam nesta empresa os ilustres diretores, desde a sua fundação, nem por isso deixará a G. I. de manter-se no programa da neutralidade que adotou muito embora filiados sejam os novos diretores a um dos partidos militantes deste próspero município[...] O bico de pena [fraude eleitoral], que funciona há doze anos, só tem servido para formar agregações ao impulso dos interesses pessoais e criar oligarquias para o predomínio de determina dos “senhores”[...] Queremos tranqüilidade completa para os espíritos das famílias, quase sempre inquietos pelas correrias, por desordens inenarráveis, pelos assassinatos nas estradas, queremos a eliminação do bacamarte, do banditismo, o desaparecimento do jagunço, o arrefecimento das paixões desordenadas.¹⁰¹

Na tentativa de criar uma nova imagem de sociedade, desvinculada da “aristocracia” do cacau, a elite de *self-made men* apostou claramente na imagem de si como pioneiros do processo civilizacional do cacau, que simbolizariam uma identidade de grupo, afirmando uma alteridade em relação aos demais segmentos políticos e sociais.

¹⁰¹ CEDOC. *Gazeta de Ilhéus*, “Nova Fase”, n. 90, 20/3/1902, p. 2.

Os funerais dos coronéis Pessoa e Tavares: a apoteose do indivíduo

Os necrológios de Antonio Pessoa e Misael Tavares são contundentes na ênfase dada à trajetória de ascensão de ambos aos mais altos postos sociais, mediante o seu esforço pessoal. Os mais influentes chefes políticos originários do “pessoísmo” encarnaram o projeto republicano de sociedade, segundo o qual todos os cidadãos deveriam ter os mesmos direitos em relação às possibilidades de mobilidade social pelo trabalho. Um simples advogado provisionado e um pequeno negociante rural teriam se transformado, pela tenacidade, nos mais representativos exemplos individuais do poder social dos chamados “coronéis do cacau”.

O uso político dessa justificação dava-se pela construção da memória dos seus mais importantes líderes como representantes de uma nova era de transformações fundamentais, cujo resultado foi a consolidação da região cacaueira como um dos mais importantes núcleos econômicos do país. Este tópico é recorrente nos elogios fúnebres e na apreciação geral dos méritos desses mortos ilustres, o que passava, efetivamente, pelo silenciamento dos atos menos louváveis cometidos durante a sua ascensão social, como a utilização da violência física e jurídica típicas do período de desbravamento. A consagração de Pessoa e Tavares tinha como objetivo construir uma imagem compatível com a idéia de uma sociedade baseada nos valores individuais e na crença qual o trabalho honesto e perseverante possibilitava aos de nascimento humilde uma trajetória social ascendente.

Revestidas com as características essenciais de todo rito de passagem, as cerimônias fúnebres dos coronéis Pessoa e Tavares transformaram-se em acontecimentos apoteóticos que mobilizavam grande parte da população local. Como vimos, a feição militante incitava o comparecimento em massa dos correligionários dos mortos, o que dava aos funerais uma maior dimensão pública. Entre as camadas populares, os grandes funerais constituíam um espetáculo que impactava pelo simbolismo ostensivo de poder, ao traduzir os valores e as expectativas essenciais da elite cacaueira.

Os necrológios de Pessoa o enalteciam como um modelo de político que deveria servir de referência para as futuras gerações, o que revela a consciência das expectativas que norteavam os setores políticos. As evocações objetivavam delinear e perpetuar a imagem do coronel, conferindo inclusive seu nome a logradouros públicos e instituições de caráter filantrópico. Por conseguinte, os grupos profissionais ou políticos realizavam à sua escala,

aquilo que, em outra dimensão, faziam as famílias, procurando, mediante a perpetuação dos seus mortos, garantir simbolicamente a sua continuidade na memória dos vivos. Este tipo de interesse fez dos rituais de recordação, particularmente as cerimônias fúnebres, comemorações onde se consagraram símbolos identitários coletivamente compartilhados, reforçando a solidariedade orgânica do grupo no qual estavam inseridos. Ao apelarem para os antepassados ou líderes políticos, os consagradores buscavam a afirmação pública dos seus direitos, trabalho ideológico necessário à construção de diferenças. Com a morte de Pessoa, o partido perdeu o seu mais antigo e importante membro. Entende-se, então, a ênfase dada ao significado político e ideológico dos seus funerais e ao valor exemplar que a vida do coronel Antônio Pessoa devia representar para todos os membros da sociedade ilheense.

Conservador no que se refere aos costumes, Antonio Pessoa seguia rigidamente os preceitos vigentes ao final do século XIX, período em que formara a base da sua religiosidade e visão de mundo. O coronel havia sido seminarista na juventude, tendo abandonado esta formação por ocasião da morte do seu pai. A imagem conservadora que cultivava estava expressa nas suas atitudes perante a sociedade. O coronel Pessoa era um dos poucos membros da elite política e financeira que não possuía jagunços, ou mesmo mais de uma família, como era costume entre os membros mais abastados da sociedade regional. O ambiente doméstico da família Pessoa era da mais rígida moralidade. As mulheres viviam recolhidas ao ambiente do lar e, entre elas, as solteiras somente saíam à rua acompanhadas de empregados da família.¹⁰²

Em seu necrológio o *Diário da Tarde* esmerou-se em destacar a importância política do coronel Antonio Pessoa -- “uma das maiores e mais representativas figuras do cenário político da região sul-baiana, no império e na república.” Em seguida traça um perfil biográfico do falecido que há mais de meio século intervinha “diretamente nos seus destinos políticos.” Notícia ainda que a madre priora das religiosas ursulinas havia comunicado que seria celebrada missa de réquiem no santuário da Piedade, em sufrágio à alma do falecido, “homenagem fúnebre, como poucas vezes se tem verificado nesta cidade.”

Apesar das torrenciais chuvas de julho que caíram na hora do enterramento, “grande multidão, onde se viam autoridades civis e militares, representantes de todas as classes sociais e o povo em geral,” já se achava em frente à residência do “ilustre extinto aguardando o

¹⁰² GUERREIRO DE FREITAS (Org). **Testemunhos para a história**, 2001 e SILVEIRA, Alfredo Amorim da: depoimento [maio 2007]. Entrevistador: A. L. R. Ribeiro. 1 cassete sonoro.

saimento do féretro.” O rico ataúde foi retirado “do cadafalso armado no salão principal” da residência do falecido e conduzido por pessoas da família, “formando-se longo préstito” a caminho do cemitério da Vitória. A própria cidade como que morreu temporariamente durante o cerimonial de despedida do coronel Pessoa, “tendo o comércio cerrado as suas portas não havendo expediente em várias instituições e estabelecimentos, suspensos os espetáculos cinematográficos e outras diversões.” Os logradouros públicos por onde passou o cortejo traduziam o sentimento de pesar da sociedade. Na ladeira que leva à necrópole, “os postes de iluminação pública e as árvores ostentavam grandes laços negros de crepe”, delimitando o último passeio do coronel pela cidade que ele comandou por anos a fio. O luto expresso nos logradouros e no cancelamento da maioria das atividades cotidianas foi organizado para unir a população em torno do sentimento de perda de uma figura-símbolo da sociedade cacauera, cuja trajetória serviu de base para a composição do perfil do líder político regional.

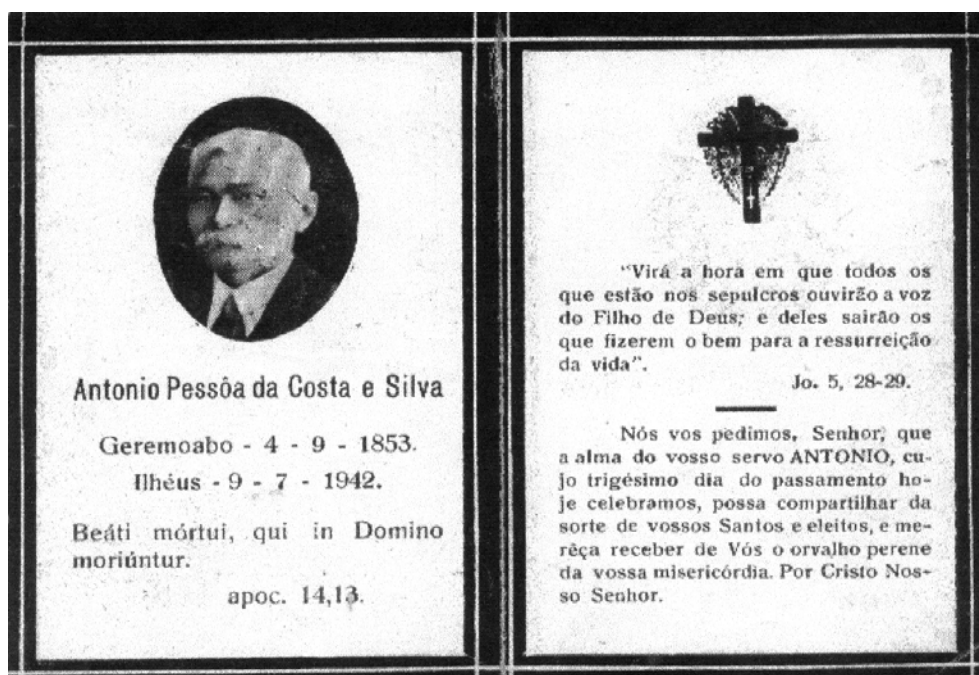


Figura 19- Convite da missa de 30^o- dia do falecimento do coronel Antônio Pessoa
Fonte: Acervo pessoal de Alfredo Amorim da Silveira.

À frente do cortejo ia o vigário da cidade, ladeado por membros da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da qual o coronel era provedor há muitos anos, “servindo a instituição com raro devotamento.” Transpondo o portão do cemitério, o ataúde foi depositado numa carreta junto à sepultura, “aí recebendo os derradeiros atos da religião.” Antes do corpo descer à sepultura, vários oradores usaram da palavra em que traçaram a vida do morto,

“focalizando a sua atuação no governo e na direção política deste município, tecendo merecidos elogios à velhice augusta que agora desaparecia e que bem poderia servir de exemplo aos moços.” Alguns oradores falaram “em nome do povo de Ilhéus, despedindo-se daquele que soube tão bem servir a região, como homem público, como cidadão e como profissional.” Terminados os discursos os familiares depuseram o ataúde na campa cobrindo-se a mesma de flores e colocada depois a lápide, “encerrando-se assim a cerimônia que foi assistida pela enorme multidão” presente no cemitério da Vitória.¹⁰³

A família Pessoa foi uma das que mais visivelmente utilizaram o momento da morte dos seus membros para consolidar o seu prestígio social. Também o falecimento de Alice Pessoa de Amorim, dezenove anos antes do patriarca, foi transformado em uma verdadeira celebração das alianças políticas e de parentesco que cercavam o núcleo de poder do coronel. Vale ressaltar que os funerais de Alice Pessoa coincidiram com o dia de Finados, data simbólica para o afloramento de sensibilidades inerentes ao fenômeno físico da morte. Os funerais teriam uma visibilidade maior do que o normal, pelo acréscimo da multidão que nesse dia estaria visitando os túmulos dos parentes mortos.



Figura 20- Membros das famílias Pessoa e Castro. Em pé da esquerda para direita: Ramiro Berbert de Castro, Júlio Abreu, Astor Pessoa e Epaminondas Berbert de Castro. Sentados na mesma ordem: Mário Pessoa, coronel Antônio Pessoa e coronel Ramiro de Castro [Autor desconhecido].

Fonte: Brandão & Rosário. *Estórias da história de Ilhéus*.

¹⁰³ CEDOC. *Diário da Tarde*, “Desapareceu uma grande figura da tradição ilheense”, n. 4222, 9/7/1942, p. 1.

A coincidência de datas e horários foi registrada pela imprensa para melhor imprimir o sentimentalismo da notícia. O dia consagrado aos mortos foi “de desolação e de lágrimas” na residência “do nosso venerando amigo e querido diretor, Senador Antonio Pessoa.” Precisamente às 17 e meia, “quando os sinos do campanário dobravam finados”, justamente a essa hora de “tristeza e de saudade” Alice Pessoa de Amorim chegava ao “término dos atrozes padecimentos”, que tanto “confrangiam aos seus queridos filhos, pais e irmãos” e enchiam “de sincera mágoa a quantas pessoas amigas vinham de alguns dias já lhe rodeando o leito de enferma.” A agonia “horrivelmente lenta da inditosa senhora”, cedeu-lhe alguns momentos de serenidade “que só tem os justos e os bons” e foi em uma “placidez de anjo que exalou o suspiro derradeiro e sua alma alçou-se ao seio de Deus”. Alice Pessoa havia tido a oportunidade de receber com lucidez todos os sacramentos “que lhe foram ministrados pelo ilustre Sr. D. Manoel de Paiva, preclaro bispo diocesano.”

Os jornais destacam a sua condição de filha “da terra,” unida em casamento “ao moço ilheense Alfredo Amorim que, após três anos, sucumbiu à insidiosa moléstia, deixando-a viúva com dois filhos”, um dos quais Milton, de quem tratamos anteriormente. A “nenhum sacrifício havia se poupado” o senador Pessoa pelo restabelecimento da saúde dessa “filha estremecida”, alterada desde o dia da sua viuvez. A perda do esposo teria afetado psicologicamente a jovem viúva e, provavelmente, causado uma depressão profunda, pois foram “ineficazes todos os cuidados e carinhos da família, inteiramente nulos todos os recursos da ciência médica” que não puderam impedir a marcha da moléstia.¹⁰⁴

A morte de Alice mobilizou os correligionários de Pessoa que, em romaria, foram prestar sua homenagem ao chefe político. Uma “grande afluência de famílias e de cavalheiros da sociedade ilheense” que iam à residência da família Pessoa, demonstrando um “tributo” de amizade e de apreço a “desditosa extinta, assistindo-lhe o saimento.” O ataúde foi retirado da capela do palacete Pessoa, onde se achava, sendo conduzido à catedral para a encomendação por parentes e amigos da família. A última saída do corpo da residência da cidade dos vivos rumo à nova residência na cidade dos mortos era um dos momentos mais dramáticos dos funerais e que mais chamavam a atenção do público participante.

Aos mais íntimos caberia o encargo do traslado. A composição em volta do caixão traduzia as relações de poder e os interesses sociais que moviam todo o aparato fúnebre. O corpo de Alice Pessoa de Amorim foi conduzido pelo pai, senador estadual; por dois dos seus

¹⁰⁴ Id. *Correio de Ilhéus*, “Dona Alice Pessoa de Amorim”, n.366, 3/11/1923, p. 2.

irmãos, um dos quais deputado estadual; e pelos coronéis Catalão, Amorim e Castro, chefes políticos do partido. O coronel Amorim era primo do esposo de Alice e casado com uma irmã da mulher do coronel Castro, este sogro de um filho de Pessoa, Mário, que exercia o cargo de intendente municipal. O coronel Catalão era casado com Belanísia Vieira, cujo pai era tradicional aliado político da família Pessoa.

Senador Antonio Pessoa	A	Deputado Astor Pessoa
	L	
Capitão Antonio Pessoa Jr.	I	Coronel Virgílio Amorim
	C	
Coronel Ramiro Castro	E	Coronel Pedro Catalão

Esta descrição não deixa de revelar os objetivos políticos e sociais que a família ou o grupo social alimentavam em torno dos funerais. Os altos custos materiais demonstram claramente esta finalidade, para além dos aspectos religiosos que cercam a morte. Os recursos investidos na organização do ritual e na sua linguagem simbólica visam garantir a ostentação de um modo de vida tipificado pelas expressões de riqueza e poder inerentes a uma determinada camada da população sul-baiana, que talvez tivesse na figura de Misael Tavares a sua mais completa tradução.

O coronel Misael Tavares faleceu vítima de ataque cardíaco em 1938, no Rio de Janeiro, onde se encontrava em tratamento de saúde. A cidade recebeu a notícia através do noticiário fornecido pelo rádio, invento recentemente incorporado ao aparato tecnológico regional. Banqueiro e grande proprietário agrícola, Tavares era conhecido pela imprensa nacional como o “rei do cacau”. Os jornais locais anunciaram a morte do coronel como a de um “lutador incansável”. Tendo uma origem humilde, “vivendo uma mocidade laboriosa e obscura,” conseguiu uma fortuna “que é talvez a maior e mais sólida da Bahia.” O seu nome ficou definitivamente ligado a todos os grandes empreendimentos “no sentido de maior progresso dessa terra, onde aplicou sistematicamente os seus capitais” como por exemplo na empresa de abastecimento de água, em construções urbanas que são “as mais importantes da cidade” e em outros “empreendimentos notáveis” como a nova usina Vitória para fabricação em larga escala do subproduto do cacau, tendo sido “decisiva” a sua cooperação na obra que tornou uma realidade a Companhia Industrial de Ilhéus. Foi conselheiro municipal,

intendente, pertencendo também às principais instituições ilheenses, entre as quais a Associação Comercial, de que foi presidente, e a Associação de Agricultores (Figura 21).



Figura 21- Coronel Misael Tavares [data e autor não-identificados]
Fonte: Brandão & Rosário. **Estórias da história de Ilhéus.**

A morte do coronel produziu intensa repercussão no “espírito público” em Ilhéus. O procedimento coletivo ante a morte de Tavares foi similar à do coronel Pessoa, com “todo o comércio fechado as suas portas pela manhã, em sinal de pesar”, havendo as instituições de classe a que pertencia, “hastado a bandeira em funeral e o prefeito encerrado o expediente municipal, considerando os vínculos do extinto com os maiores empreendimentos locais.” Também a empresa Armindo Martins “resolveu suspender os espetáculos [...] em seus cinemas de Ilhéus e Itabuna.”¹⁰⁵

¹⁰⁵ Id. *Diário da Tarde*, “Desapareceu uma figura marcante de Ilhéus”, n. 2919, 9/2/1938, p. 1.

As homenagens póstumas ao coronel tiveram início na antiga capital da República, por parte do comércio local como reconhecimento à influência de Tavares no setor. O seu corpo foi embalsamado e exposto, em câmara ardente, na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de onde saiu em direção à Ilhéus acompanhado por parentes. O traslado dos corpos dos coronéis era uma cerimônia em si. A chegada dava-se por navio ou hidroavião da Condor, especialmente contratado para o serviço, como no caso de Tavares. O deslocamento do corpo passava por várias etapas até alcançar o cemitério. Os navios atracavam diretamente no porto da enseada do Pontal, enquanto os hidroaviões se dirigiam ao aeroporto da Sapetinga, do outro lado da enseada, embarcando os corpos em lancha para a cidade de onde seguiam para as suas residências ou templos religiosos.

O corpo do coronel Misael foi novamente exposto à visita pública, por dois dias, em seu palacete ao lado da Matriz de São Jorge, onde realizou-se a missa de corpo presente.¹⁰⁶ Após o desembarque do corpo no cais da Companhia Industrial organizou-se o cortejo fúnebre em direção à residência, onde o corpo foi velado pela família, vinda de Salvador, amigos e delegações especiais. “Extraordinária multidão” acompanhou o féretro até o palacete (atual sede da Loja Maçônica Regeneração Sul Baiana), onde o esquife foi colocado na Eça, no salão nobre, transformado em câmara ardente. A abertura do esquife causou “grande emoção” entre os familiares, que imediatamente o cercaram para ver o corpo embalsamado.¹⁰⁷

A missa de corpo presente foi ministrada pelo bispo diocesano d. Eduardo Herberhold. Após o ato fúnebre seguiu-se o enterramento, sendo o ataúde transportado “em coche funerário” ao cemitério no alto da Vitória. À beira do túmulo um parente da “veneranda viúva”, o deputado federal Ramiro Berbert de Castro, que tinha ido do Rio de Janeiro para Ilhéus acompanhando o corpo do coronel, proferiu “comovida oração, fixando em traços largos a personalidade do capitalista ilheense e apontando-o como um raro exemplo de dedicação ao trabalho que resultou na sua invulgar prosperidade.” Falou também agradecendo em nome da família do extinto, as homenagens que Ilhéus prestou “à sua memória.”

De acordo com Ramiro Berbert de Castro foi o seu “inesquecível pai” quem primeiro auxiliou o coronel Misael, dando-lhe crédito para que ele pudesse abrir uma pequena casa comercial no distrito de Cachoeira de Itabuna. Pouco depois Tavares casou com uma prima da esposa do coronel Castro e aderiu ao seu grupo político. “Daí o início da sua carreira que foi,

¹⁰⁶ Id. Ibid., “Os funerais do coronel Misael Tavares”, n. 2921, 11/2/1938, p. 1.

¹⁰⁷ Id. Ibid. “Chegou o corpo do coronel Misael Tavares”, n. 2922, 12/2/1938, p. 1.

pela economia e pelo trabalho, crescendo em prosperidade até atingir o máximo de riqueza.” Após o enterramento, o avião que o havia trazido a Ilhéus o corpo do “grande servidor do progresso da cidade,” levantou vôo de regresso ao Rio, tendo feito evolução sobre o túmulo do coronel, onde lançou uma grande braçada de rosas.¹⁰⁸ Perceba-se nessa, e em outras passagens, a presença marcante do elemento floral no conjunto dos símbolos que compõe o aparato material dos funerais, especialmente em relação às rosas, assunto que trabalharemos no quinto e último capítulo.

É importante observar, aqui, que a ampla divulgação pública da morte era somente aceitável entre os “cidadãos ilustres”, tornando-se inadequada aos menos favorecidos, como se observa em um artigo do *Correio de Ilhéus*, reclamando contra o costume das igrejas anunciarem a morte dos munícipes sem qualquer distinção, especialmente as “formidáveis badaladas” do sino da igreja da Vitória. O artigo argumenta que “já está se tornando irritante tanto badalar. Para que tantos e tão fortes dobres de finados?” Segundo a gazeta, “quase não havia dia em que não se trepe no coro da igreja o seu gaiato sacristão para dobrar o sino, azucrinando a população que trabalha e precisa esquecer-se um pouco da morte.” Ou seja, a lembrança cotidiana da morte constrangia a população. Ao órgão de imprensa parecia imperdoável dobrarem os sinos por qualquer falecimento: “Pergunta-se: quem morreu. E ninguém sabe dizer. Às vezes é uma pobre mulher desconhecida que faz o bronze gemer e incomodar o povo.” O artigo era assinado por “muitos incomodados”¹⁰⁹ (Grifos nossos).

Dessa maneira, a divulgação da morte pelas páginas da imprensa ou pelos sinos das igrejas foi adquirindo uma importância cada vez maior, como um momento de “consagração” dos indivíduos e grupos sociais. Nos anúncios e necrológios realçavam-se os sobrenomes aos quais o morto ligava-se por nascimento e alianças de casamento, o que fornecia um referencial de prestígio para a “nobreza” da terra. A antiguidade do grupo familiar é destacada como forma de legitimar a tradição do nome entre os pioneiros da lavoura cacaueteira. Antiguidade esta que, entre os novos-ricos, não alcançava mais do que algumas poucas décadas.

¹⁰⁸ Id. Ibid. “O enterramento do coronel Misael Tavares”, n. 2923, 14/2/1938, p. 1.

¹⁰⁹ Id. *Correio de Ilhéus*, “Os sinos da Vitória”, n.1167, 13/3/1929, p. 1.

CAPÍTULO V

Os espaços cemiteriais e as representações da morte no Sul da Bahia, 1880-1950

*A morte é grande. Nós lhe pertencemos, boca sorridente.
Quando nos acreditamos no coração da vida, ela ousa de
repente chorar em nós.*

Rilke

O processo de emergência dos cemitérios a céu aberto: novas formas do morrer

A cultura cristã fez enterrar os corpos dos mortos, inicialmente os dos santos e mártires, em um espaço especialmente consagrado para tal. Mais precisamente, o enterramento de cadáveres no interior dos locais de culto é uma prática essencialmente católica. Entre os judeus era expressamente proibida a inumação e a presença dos mortos no interior das sinagogas. A proibição será reafirmada pelas Igrejas Protestante e Ortodoxa, sendo que, nesta última, o enterramento em local de culto era somente permitido à família real.¹

A repugnância à proximidade dos mortos foi ultrapassada pelos cristãos antigos. Apesar da familiaridade com a morte, os povos da Antigüidade temiam a presença dos mortos e os mantinham a uma razoável distância. A idéia da morte, o temor a ela, historicamente levou o homem a tentar evitá-la, dissimulando-a e negando-lhe o papel de destino final da

¹ THOMAS, L. V. *La mort aujourd'hui*. Paris: Antropos, 1977, p. 9.

existência.² Eis porque os cemitérios do período eram construídos fora das cidades, ao longo das estradas ou em propriedades particulares, como entre os romanos, no perímetro externo.

A mudança introduzida pelos cristãos traduz a diferença entre a sua atitude e a atitude pagã em relação aos mortos. Os primeiros irão expressar uma familiaridade indiferente em relação às sepulturas. Esta nova atitude, a morte domesticada, emerge em torno do século V depois de Cristo, com a penetração dos cemitérios no espaço urbano, e desaparece no final do século XVIII, quando essa aproximação deixou de ser tolerada. Nesses treze séculos, não havia uma completa separação entre a vida e a morte, ou seja, “entre o sagrado e o profano, entre a cidade dos vivos e dos mortos”, na formulação de Reis.³

A trajetória do espaço cemiterial testemunha a intenção de romper-se a proximidade cotidiana entre vivos e mortos. Até o século XVIII, o cemitério era constituído por um pátio de forma retangular, em torno da igreja, onde eram depositados os corpos daqueles que não podiam pagar as taxas de enterro no interior dos templos. Entre as paredes que o cercavam, uma geralmente era da lateral ou dos fundos da igreja, sendo nas demais construídos carneiros sobre os quais havia um ossuário utilizado para o depósito dos crânios e membros das sepulturas coletivas, periodicamente abertas e renovadas. Mesmos os restos mortais dos mais ricos terminariam nesse local, pois ainda não existia a concepção moderna de que os mortos deveriam ter um espaço privado destinado à perpetuidade.

A sepultura coletiva vigorou durante todo o período medieval e início da modernidade. A individualização das sepulturas caiu em desuso no século V da era cristã. Na antiga Roma a maioria da população, inclusive os escravos, possuía um lugar de sepultura normalmente assinalado por inscrições que expressavam a vontade de preservar a identidade do túmulo e a memória do morto. Os sarcófagos de pedra continham o nome do morto e o seu retrato, porém esse comportamento desapareceu em torno do século V. As inscrições e os retratos não mais aparecem e as sepulturas passam a ser anônimas. Os mortos foram entregues à Igreja para esperar a ressurreição e as sepulturas passam a ser coletivas, ao menos para a maioria da população.⁴

O movimento de retorno à valorização da individualidade dos mortos, com o ressurgimento dos túmulos privados e das inscrições funerárias, foi fruto das mudanças

² BECKER, E. **A negação da morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976, p. 9.

³ REIS, J. J. **A morte é uma festa**, p. 4.

⁴ RODRIGUES, J. C. **O tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 122.

relativas às concepções quanto à passagem para a vida eterna. Esse é um processo que, a partir da alta Idade Média, desenrolou-se lenta e continuamente, estando intimamente relacionado às transformações pelas quais passou o ocidente. A sociedade começou a desenvolver um desejo de eternidade. Tornou-se inaceitável que os seus membros, principalmente aqueles que a encarnavam e com quem ela se identificava mais diretamente, estivessem sujeitos a desaparecer.⁵

Foram os burgueses, ao progressivamente adquirirem influência econômica, os principais fomentadores do mecanismo de utilização do cemitério para a afirmação social e política, associando a individualização contínua das sepulturas com o desenvolvimento do capitalismo. Aos poucos, as sepulturas passaram a ter uma nova concepção funcional, sendo construídas com teto, com a pretensão de proteger os corpos nelas depositados, fenômeno contemporâneo de uma representação nascente: a da sepultura como habitação familiar.⁶

Entre os séculos XV e XVII, a família passou a se apropriar do local da inumação e a reunir os corpos dos parentes mortos em um só lugar. O anonimato foi sendo substituído pelas inscrições sobre as lápides e pelas imagens retratando a figura do morto, “em um processo de personalização do defunto que será reforçado no século XVII e que desembocará em importantes práticas contemporâneas”.⁷

No Brasil, até o século XVIII, não era comum a pompa funerária e a ostentação tumular. Os corpos eram geralmente depositados em campa lisa, sem inscrições ou indicações de posição social ou individualidade do morto.⁸ Mas já na sociedade oitocentista observa-se, entre as igrejas e dentro delas, “uma geografia da morte que refletia as hierarquias sociais e outras formas de segmentação coletiva”.⁹ Mesmo as sepulturas comuns, de ocupação provisória, estavam separadas de acordo com sua localização em relação aos altares e demais lugares privilegiados no interior das igrejas. Havia uma íntima relação dos vivos com o local das sepulturas dos mortos. A proximidade do morto com as imagens sacras fazia com que o enterro dos corpos dentro dos templos fosse altamente valorizado pela sociedade da época. O enterro no interior dos templos era também um meio de não cortar totalmente os laços com o

⁵ HERTZ, R. **La muerte e la mano derecha**. Madrid: Alianza, 1990, p. 90.

⁶ URBAIN, J-D. **La société de conservation: étude sémiologique des cimetières de l'occident**. Paris: Payot, 1978, p. 91.

⁷ RODRIGUES, J. C. **O tabu da morte**, p. 130.

⁸ CAMPOS, A. A. **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas**. Universidade de São Paulo / USP. Tese (Doutorado em História). São Paulo, 1994, p. 294.

⁹ REIS, J. J. **O cotidiano da morte**, p. 127.

mundo dos vivos. Nesse período, as igrejas eram comumente utilizadas para outras atividades além do ofício religioso, por exemplo, como salas de aula e seção eleitoral.¹⁰

As sepulturas eram geralmente retangulares, com oito a dez palmos de profundidade, cobertas de pedra de lioz, mármore ou madeira, sendo numeradas para evitar que fossem abertas as de uso mais recente. Normalmente, pessoas de todas as condições sociais podiam ser enterradas nos templos, porém estava estabelecida uma distinção quanto ao local e ao tipo de sepultura. Uma divisão se fazia entre o interior da igreja e o adro, na sua parte externa. A cova fora do corpo da igreja era bastante desvalorizada. Nesse local eram geralmente enterrados os escravos e as pessoas sem recursos para pagar o enterro no seu interior.

Com o fim das inumações no interior dos templos, a Igreja perdeu parte do seu poder espiritual sobre a sociedade. A secularização dos cemitérios fez com que aos templos restasse o papel de sede de batizados, casamentos e sufrágios, insuficientes para o completo domínio espiritual dos fiéis. Apesar da manutenção de alguns elos importantes, como a participação nos funerais, mantendo o controle sobre a extrema-unção e a encomendação da alma, foi inevitável a separação simbólica do corpo do morto do corpo do templo. Da mesma maneira, foi inevitável a construção de sepulturas nas quais estava assegurada a liberdade em relação aos padrões religiosos. A administração dos cemitérios de diversas cidades passou a agenciar as construções tumular dando sugestões, propondo figurinos, calculando custos e, em certos casos, proporcionando a visita de artistas para a interpretação da vontade do contratante, fato que promoveu uma nova concepção estética no espaço da morte.

O deslocamento das inumações para locais fora do espaço das igrejas associa-se à emergência da cidade como objeto de reflexão e controle por parte de certos grupos sociais em particular dos higienistas. As dificuldades por que passavam as cidades e vilas eram de todos os tipos: inexistência de água encanada e sistema de esgoto, ruas estreitas sem calçamento e iluminação precária. Porém, os problemas enfrentados pelas vilas e cidades não eram problemas urbanos. A cidade, no período, não era tematizada como uma questão. Serão os médicos higienistas, com suas pesquisas sobre os agentes causadores das epidemias, nas suas suposições sobre a contaminação do meio pelos miasmas, que inventarão os problemas

¹⁰ Id, **A morte é uma festa**, p. 171.

urbanos. É a partir da nova condição urbana, em grande medida criada pela medicina, que será possível incorporar a cidade e a população ao escopo do saber médico.¹¹

Os médicos formularam uma reflexão sobre a morbidade urbana e propuseram a exigência de condições de vida ideais, que se tornaram um importante instrumento de normatização da sociedade.¹² Ao legitimar-se como um saber sobre a cidade, a medicina se tornou a referência principal na elaboração de um projeto urbano e enraizou os princípios higienistas como norma de comportamento social. A questão da salubridade levantada pelos médicos-higienistas articulou-se, de imediato, aos interesses do governo.

A população brasileira, no período, era atingida duramente em épocas de surtos epidêmicos, pela falta de drenagem dos pântanos, de calçamento das ruas, da regulamentação do comércio de alimentos e de construção de esgotos.¹³ As exigências de salubridade passaram a estar entre as principais preocupações da época. Uma das questões básicas era a higiene urbana, com as ações nessa área direcionadas para a pavimentação das ruas e a criação de um sistema de esgotos. Outra questão central dizia respeito à circulação de ar, o que motivou o alargamento das ruas e a criação de jardins e passeios públicos. Quanto às prisões, hospitais, matadouros e cemitérios, considerados um risco para a saúde pública, os higienistas e administradores preconizaram sua instalação na periferia das cidades.¹⁴

O afastamento dos cemitérios e a conseqüente separação entre os vivos e os mortos fazem parte de um processo que teve início na Europa no final do Antigo Regime. Ocorreu uma redefinição das noções de poluição ritual, pureza e o perigo de contágio passaram a ser definidos a partir de critérios médicos, mais do que religiosos. Durante o século XVIII, por influência do Iluminismo, desenvolveu-se uma tendência contrária à proximidade entre os vivos e os mortos que, por recomendação médica, foi evitada por motivo de saúde pública. Era o começo da campanha contra as inumações no interior das igrejas e a favor da transferência dos cemitérios para fora dos núcleos urbanos.

Essa nova atitude diante da morte era baseada na teoria dos miasmas, concebida pelos cientistas do século XVIII. Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos – temperatura,

¹¹ PECHMAN, R. M. **O urbano fora do lugar?** In: RIBEIRO, L.C. & PECHMAN, op cit, p. 331.

¹² MACHADO, R. **Nada do que é urbano lhe é estranho.** Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 29.

¹³ FREIRE, J. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 260.

¹⁴ HAROUEL, **História do urbanismo,** p. 64.

umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava.¹⁵ As exalações provindas dos cemitérios foram tidas como principais responsáveis pela disseminação de doenças, cuja contaminação se daria pelo ar.

A partir do século XVIII, médicos e intelectuais iluministas como Voltaire e D'Alembert, e mesmo alguns sacerdotes, ampliaram a polêmica sobre os enterramentos nas igrejas.¹⁶ Tradicionalmente, o sepultamento no adro do templo ou no chão das igrejas era de jurisdição sacerdotal e tarefa das irmandades, corporações religiosas e de ordens terceiras. Os enterros em igrejas foram oficialmente proibidos na França, por Declaração de Luís XVI do ano de 1776, determinando-se inclusive a desativação do cemitério dos Inocentes, no centro de Paris, em 1780. Na Suécia, tais enterros foram proibidos em 1783; e, no Império Austro-húngaro, por editos de José II, entre os anos de 1784 e 1788.¹⁷

Em 1801, a Academia de Arquitetura Francesa promoveu um concurso de projetos sobre as cerimônias fúnebres e a organização de cemitérios. Todos os concorrentes criticaram a sepultura comum e fizeram a apologia ao túmulo individual e jazigos de família, dentro do melhor espírito da mentalidade de devoção familiar burguesa que então florescia.¹⁸ Essas medidas foram postas em prática principalmente após a Revolução Francesa, quando foi instituída uma nova ordem trazida pelos Estados-Nação. Neste contexto são criadas as leis de 12 de junho de 1804 e 7 de março de 1808, e as novas necrópoles de Paris como os cemitérios de Père-Lachaise, Montmartre e Montparnasse, ficando a morte sob o controle do poder político.

À morte domesticada, predominante desde a Idade Média ao século XVIII, em que a sacralidade do território dos defuntos se inseria no centro das cidades e funcionava como garantia simbólica da salvação coletiva no final dos tempos, sucederam-se os medos de inspiração higienista, aumentaram os receios em relação às emanações e ao mefitismo. Com o aprofundamento das relações capitalistas e a conseqüente crença no progresso contínuo e o desenvolvimento do cientificismo respaldando o discurso médico-higienista, surgem os cemitérios civis a céu aberto.

¹⁵ REIS, *A morte é uma festa*, p. 75.

¹⁶ CATROGA, F. *O céu da memória*, p. 44.

¹⁷ sobre o assunto ver ARIÈS, *O homem diante da morte*.

¹⁸ REIS, *A morte é uma festa*, p. 78.

O decreto de 23 prairial do ano XII (12 de junho de 1804), que assegurou, com pequenas modificações até a atualidade, a regulamentação dos cemitérios e funerais, é resultado da preocupação com os sepultamentos na França durante toda a segunda metade do século XVIII. Mais do que um texto regulamentar, o decreto de 23 prairial é uma espécie de fundação de um culto novo, o dos mortos. Estabeleceu-se que os corpos não mais seriam sobrepostos, mas sempre justapostos. A distância entre as valas e sua profundidade foram especificadas, assim como o prazo de sua reabertura e reutilização.

Os cemitérios públicos se espalharam e ocuparam partes das paisagens urbanas do século XIX. Ocorreu uma mudança completa de hábitos. Nesse cemitério moderno, o local da sepultura podia ser comprado e nele erguido um jazigo. Agonizava a antiga tradição, onde os mortos eram enterrados dentro dos limites urbanos, aos olhos da população, sob a responsabilidade das irmandades. Dentro da nova concepção de cidade, os mortos passaram a ser enterrados fora dos seus limites e em covas individuais, sob a responsabilidade do poder público.

O discurso higienista sobre as inumações no interior das igrejas acentuou-se no Brasil a partir da década de 1830, integrado aos ideais civilizatórios da nação em formação. A organização civilizada do espaço urbano necessitava que a morte fosse higienizada, tendo como principal preocupação a expulsão dos mortos para cemitérios extramuros.¹⁹ A construção dos cemitérios a céu aberto se intensificou a partir da segunda metade da década de 1850, quando o cólera e a febre amarela foram introduzidos no Brasil.²⁰

Com a mudança do regime político monárquico para o republicano os cemitérios passaram por um processo acelerado de secularização, fundamentado juridicamente por decretos como o de número 789, de 27 de setembro de 1890, que transferia sua administração para as municipalidades e polícias, “sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade religiosa”, além da proibição da abertura de cemitérios particulares. No exercício desta atribuição, as municipalidades não poderiam estabelecer distinção em detrimento de qualquer confissão religiosa.²¹

A secularização dos cemitérios a céu aberto trouxe em seu bojo o princípio igualitário presente no Evangelho e apropriado pelos valores da democracia-liberal. O cemitério foi, em

¹⁹ Id, Ibid, p. 247.

²⁰ MARCÍLIO, M. L. “A morte de nossos ancestrais”. In: MARTINS, op cit, p. 74.

²¹ APC. Registro do Expediente Interno da Intendência, n. 345, Secularização dos Cemitérios, 1890.

princípio, transformado em espaço público onde deveriam estar excluídas as diferenças entre as camadas sociais, território onde todos os cidadãos poderiam igualmente ter sepultura ou cultivar a memória de parentes e amigos através de visitas periódicas. Entretanto, gradualmente foi se instaurando a distinção dos funerais e das sepulturas a céu aberto. A parentela, aos poucos, substituiu as irmandades e ordens religiosas como a célula essencial de gestão da memória dos mortos e de suas diferenças econômico-sociais.

As visitas aos túmulos, essa espécie de comemoração, eram feitas sem a presença eclesiástica e tornaram-se mais comuns em datas de aniversário dos falecimentos e, principalmente, no dia de finados. Tal prática tem os seus momentos mais significativos nas preces dos familiares dirigidas à salvação das almas dos antepassados, na limpeza e na deposição de arranjos florais na sepultura. Mesmo pública, essa prática social era quase restrita à família, que reforçava a sua coesão ao rememorar os antepassados que lhe serviam de referência identitária. Em menor número, eram organizadas visitas coletivas promovidas por companheiros de profissão ou de associações culturais e políticas, que davam à lembrança dos mortos uma função social. Esses grupos evocadores conferiram um caráter de comemoração escatológica e profana à memória dos seus mortos mais representativos.

O cemitério foi se transformando em um campo teatral, local por excelência da representação da vida humana.²² Ficou cada vez mais clara a distinção que substituiu a concepção de igualdade na morte e criou, nos cemitérios abertos, as bases para a preservação, através de signos, da memória individual e familiar. Como resultado desse processo, o espaço cemiterial pode ser concebido como um local por excelência de reprodução simbólica do universo social e das expectativas metafísicas dos membros de uma dada coletividade.²³

O cemitério a céu aberto da vila de São Jorge dos Ilhéus, datado de 1854, é o mais antigo do Sul da Bahia. Foi mandado construir pelo governo da província, com o intuito de substituir os enterros nos terrenos das igrejas urbanas. Nessa época, o interior e o terreno em volta da Matriz de São Jorge e a igreja de São Sebastião eram os locais utilizados para o enterro da população local. A direção da obra ficou a cargo do juiz de direito Ermano Gonçalves do Couto, que iniciou sua execução utilizando a mão-de-obra de quatro negros libertos, enviados pelo Presidente da Província. Couto escolheu, para a instalação do cemitério, uma área nos fundos da igreja de Nossa Senhora da Vitória, cujos terrenos foram

²² CATROGA, *O céu da memória*, p. 76.

²³ URBAIN, *La société de conservation*, p. 85.

desmembrados da fazenda Boa Vista e doados ao patrimônio da igreja pelo capitão Severiano José da Costa, com escritura de 27 de outubro de 1852.²⁴

Os terrenos do capitão Severiano Costa foram doados como pagamento de uma dívida do seu pai, capitão Jerônimo do Santos Quaresma, da quantia de 352\$916 réis deixada em testamento para a capela de Nossa Senhora da Vitória. Em documentação judicial consta que a área doada, Boa Vista de Fora, “tinha a compreensão de duzentas braças e dez palmos craveiros.” Os terrenos da fazenda Boa Vista, contígua à vila, principiavam no rio denominado Malhado “partindo com as terras da Tapera e pelas pedras da Fonte da Cruz,” e foram herdados pelo capitão Severiano Costa do seu pai por compra a José Macário Mello, e este por compra que fez à fazenda pública da província, no ano de 1805, de acordo com os títulos da arrematação e traspasso apresentados pelo proprietário ao tabelião de notas Antônio Mendes de Castro.²⁵

Conforme comunicação do juiz Joaquim Brito, os limites da área doada à capela de Nossa Senhora da Vitória foram contestados pelos “heróis” confinantes Domingos Antônio Bezerra, dono da fazenda Pimenta, e Fortunato Brasil, proprietário de pastos vizinhos. Com a doação desses terrenos, a capela se tornou a única da vila a possuir bens de raiz.²⁶ A construção do cemitério da vila em um local afastado e pouco habitado atendeu a decisão das autoridades provinciais em transferir gradativamente os enterramentos para fora do perímetro urbano.

De forma homóloga ao ocorrido na Europa e em outros estados brasileiros, seguindo o pensamento médico da época, foram postas em prática, pelo governo, medidas sanitárias visando melhorar o quadro da higiene pública da Bahia. Os cemitérios deveriam ser construídos de preferência em lugares altos e afastados, onde os ventos soprassem em direção contrária à dos núcleos populacionais. Em resposta a um ofício da Presidência da Província, o juiz Ermano do Couto informou ter tomado algumas providências relativas à saúde pública da vila e, devido aos surtos de doenças infecciosas na província, via “a ocasião propícia para obstar o enterramento dentro dos templos cujas conseqüências tem sido também perniciosas à saúde pública pelo mal dirigido de um trabalho ou pela colocação que se acham muitos templos alguns assentados sobre baixas ou lugares pantanosos.”²⁷ Ainda segundo o juiz

²⁴ APEBa, SJ, CJI, 1853-1859, maço 2398.

²⁵ APEBa, SJ, CJI, 27/10/1855, maço 2397.

²⁶ APEBa, Relação das Capelas da Comarca de Ilhéus. Comunicação do Juiz de Direito, 30/11/1853, maço 2397.

²⁷ APEBa, SJ, CJI, 18/10/1855, maço 2397.

Couto, para uma maior eficácia dos novos cemitérios, era necessário que o governo criasse leis que determinassem a absoluta cessação do enterramento nos templos.

A criação de um cemitério era uma das principais recomendações do secretário da Comissão de Higiene Pública, e o juiz encontrou a maior aquiescência da municipalidade a esta medida. Todavia, as obras dos cemitérios careciam de recursos tanto provinciais como municipais. A localização do cemitério no alto da Vitória foi motivo de um embate entre o juiz de direito e os vereadores da vila. Em uma representação enviada ao presidente da Bahia, os vereadores ilheenses defenderam o estabelecimento do cemitério no local “em que se acham as ruínas da antiga Matriz,(...) posto que não a sotavento do povoado e de fácil ventilação.”²⁸

Em outra correspondência, a Câmara Municipal se posicionou contra o local escolhido pelo juiz municipal, considerado pouco apropriado ao fim de afastar o máximo possível as inumações de cadáveres do centro da povoação, “não só porque se acha mui próximo a uma capela e estrada bastante freqüentada como por em breve tempo teria de ficar o cemitério no centro de edificações, por isso que para esta parte se vai progressivamente estendendo-se a vila.” O parecer de uma comissão da câmara elegeu o sítio denominado “oiteiro, por sua situação elevada, arejada e retirada das habitações e grande número de materiais aproveitáveis para o estabelecimento do cemitério, que ali sendo fundado concorrerá demais para o aformoseamento da vila.” O terreno proposto pela câmara para localização do cemitério era de propriedade de um dos vereadores municipais, Pedro Alexandrino de Barros, que o havia de ceder por um conto de réis.²⁹

O juiz de direito respondeu alegando ser o preço cobrado excessivo para um terreno onde não se dava nenhuma das vantagens do alto da Vitória, “se a câmara municipal desta vila melhor se compenetrasse de seus deveres e não quisesse apadrinhar interesses particulares” não opinaria de certo pela localidade.³⁰ Uma Junta de Higiene Pública formada por acadêmicos de medicina da capital da província, que encontrava-se na vila, foi encarregada pelo juiz de direito de dar um parecer sobre o local ideal para a edificação do cemitério.

A Junta, composta pelo dr. Manoel Aragão Gesteira e pelos acadêmicos Francisco José Teixeira, Antônio Duarte da Silva e Hermelino César da Silva, indicou, como local que

²⁸ APEBa, SJ, CJI, 3/01/1855, maço 2397.

²⁹ APEBa, SJ, CJI, 15/12/1855, maço 2397.

³⁰ APEBa, SJ, CJI, 12/05/1856, maço 2397.

reunia as melhores condições higiênicas, os terrenos da fazenda Pimenta, no subúrbio da vila (área da atual Avenida Belmonte), pela “posição em que se acha, correnteza dos ventos e distância do centro da população.” Porém, havia algumas sérias dificuldades como o péssimo acesso, através de mangues. Seria necessário o emprego de uma soma considerável para a sua melhoria. Além disso, havia a recusa do proprietário dos terrenos, Domingos Antônio Bezerra, em ceder a área necessária.

O lugar proposto pela câmara municipal, no alto de São Sebastião, não foi considerado apropriado devido “aos ventos que ali reinam, SO / SE e L, e vindo estes para dentro da vila deverão, por conseguinte trazer consigo miasmas que dali se desprendessem.”³¹ Segundo o parecer da Junta, existiam outros lugares de posição elevada e arejados com materiais aproveitáveis, melhor concorrendo para o aformoseamento da vila. O terreno próximo às ruínas da antiga Matriz era propriedade particular e somente o dono iria lucrar com a venda do terreno. O governo, além do dinheiro que despendesse para sua compra, teria que fazer grandes despesas por ser o local pedregoso e montanhoso.

Por fim, a Junta de Higiene referendou a localização do cemitério no alto da Vitória, onde o juiz Ermano do Couto havia mandado executar alguns trabalhos. O parecer refutou as dificuldades apresentadas pela câmara para a elevação do cemitério naquele local, como estar o terreno próximo à vila, e achar-se junto de uma capela e de uma estrada para onde a expansão urbana estaria se deslocando. A Junta argumentou que a vila estava localizada na baixada e os terrenos da Vitória em um lugar mais alto, inclusive próximos à fazenda Pimenta, e cujos ventos de direção NO / N eram favoráveis.

Ainda segundo os higienistas, se não existisse uma capela na Vitória, “quantas dificuldades não lutariam as autoridades a vista da superstição tão enraizada dessa população com os enterramentos dentro das igrejas?”³² Sobre a opinião dos membros da igreja a respeito do assunto, existe uma correspondência do vigário Salvador Calisto de Barros, endereçada ao juiz Ermano do Couto. Ao louvar o local escolhido pelo juiz, o vigário da vila manifesta a restrição da autoridade eclesiástica no que diz respeito ao controle sobre a morte.³³

³¹ APEBa, SJ, CJI, 20/04/1856, maço 2397.

³² Idem.

³³ APEBa, SJ, CJI, 29/05/1856, maço 2397.

Logo ao chegar à vila de São Jorge, para tomar posse da freguesia, o vigário havia sido informado que se tratava de fazer um cemitério e, indagando o lugar da obra, indicaram-lhe o outeiro que fica por trás da capela de São Sebastião, segundo ele “lugar impróprio por ficar muito próximo da povoação.” E argumenta “pelo contrário sempre lancei as minhas vistas para o outro outeiro em que está edificada a capela de Nossa Senhora da Vitória. Esse lugar escolhido por V.S. seria também por mim se fosse encarregado desse trabalho.”³⁴ O vigário Barros concluiu que este último era preferível por ficar bastante longe da vila como por ficar contíguo à mesma capela, onde com toda comodidade se poderia exercer as funções.

Muitos dos atrasos na construção dos cemitérios modernos foram motivados pelas resistências ao enterramento civil, assim como estavam ligados às dificuldades financeiras das povoações. A correspondência do juiz de direito faz referência ao problema de verbas e da mão-de-obra. O serviço de nivelamento do terreno do cemitério era moroso, devido ao número reduzido e à qualidade dos trabalhadores. Quando a este último aspecto diz o juiz que “o trabalho não se concluirá facilmente em poucos dias com os quatro africanos livres que V. Exa. enviou. É preciso a remessa de mais quatro (...) Dos quatro africanos, dois serviço nenhum prestaram, já pela avançada idade de um, como pela embriagues de ambos.” Para conclusão do nivelamento do terreno foi preciso desmontar algumas elevações. Continua ele: “faz-se agora preciso o seu cercamento o qual acha-se conveniente ser feito de madeira, pois de pedra e cal seria muito dispendioso.”³⁵

Alguns anos depois do início das obras, a situação do cemitério ainda não havia se modificado. O padre Pedro Januário Cardoso, responsável pela guarda dos materiais da obra, julgou conveniente relatar, ao governo da província, o estado deplorável que se acha o cemitério que antes parece um pasto do que um lugar de descanso aos mortos. Se o governo não atentasse para esta situação, tomando as providências necessárias a fim de se concluir o cemitério, “teremos de ver perdidos tantos diversos trabalhos e o dinheiro dos cofres públicos já ali consumidos”. O padre Cardoso chamava a atenção, sobretudo, para as vantagens que tais cemitérios revelam à “civilização.”³⁶

Somente com as mudanças econômicas e sociais trazidas pela constante valorização da lavoura do cacau, principalmente a partir do início do século XX, Ilhéus e os demais municípios do Sul da Bahia passaram a contar com recursos suficientes para investir na

³⁴ Idem.

³⁵ APEBa, SJ, CJI, 12/04 e 2/06/1856, maço 2397.

³⁶ APEBa, SJ, CJI, 30/09/1859, maço 2397.

melhoria dos equipamentos urbanos, destacando-se nesse processo as reformas e construções de cemitérios a céu aberto, nas cidades e distritos rurais, que acabaram por tornarem-se referência quanto ao progresso material regional.

Construções e reformas cemiteriais no Sul da Bahia

Se considerarmos a cidade como um território e resultado de vasta trama de relações, e a sua arquitetura como expressão da experiência e da memória, temos no cemitério um espaço privilegiado, pleno de significado e carregado de símbolos de sociabilidades. Talvez uma das formas mais transparentes das representações idealizadas do urbano esteja expressa nas alegorias escultóricas, nos monumentos que, no pensamento do período em questão, contribuíam decisivamente para o embelezamento dos equipamentos urbanos em geral, e dos cemitérios em particular.

Como foi discutido nos capítulos deste trabalho, as cidades sul-baianas no período estudado constituem um exemplo típico de adequação da feição urbana a uma profunda mudança histórica. As inovações urbanas ocorreram em consonância com as transformações trazidas pela lavoura cacaueteira, de modo que as construções e o traçado antigos eram interpretados como pertencentes a um ciclo histórico encerrado.

A valorização do cacau baiano no mercado internacional, na passagem do Império para a República, trouxe um aumento substancial nas arrecadações municipais, através dos impostos sobre a comercialização do produto, possibilitando um maior investimento por parte do poder público, nos equipamentos urbanos. As novas edificações públicas e particulares erguidas em Ilhéus, Itabuna ou Canavieiras --prédios, residências ou túmulos-- deveriam traduzir a imponência e o prestígio que os seus habitantes se arrogavam. Mediante os seus reordenamentos, expressos pelas formas arquitetônicas introduzidas pelos projetos urbanísticos postos em prática, esses núcleos vão se configurando, aos poucos, como espaços de projeção de uma organização social desejada, especialmente pela elite econômica.

Há registro de uma capela e cemitério na povoação de Ferradas, no início da década de 1880, indicando um investimento na urbanização da antiga aldeia indígena dos padres capuchinhos. O cemitério possui uma pequena alameda que segue do portão de entrada em

direção à capela, trecho em cujas margens foram erguidos os principais túmulos. Ao fundo, em um declive próximo às margens do Cachoeira, estão situados os túmulos mais simples e rasos. A valorização dos locais mais visíveis no território dos cemitérios pode ser observada, além de no Campo Santo de Ferradas, nos demais cemitérios estudados.

Outros espaços cemiteriais aqui enfocados datam das últimas décadas do século XIX. Nesse período foi construído o cemitério da Cordilheira no distrito de Cachoeira, entre Ilhéus e a então Tabocas, a julgar pela datação do seu túmulo datado mais antigo, o do alemão Jonhann Heinrich Berbert, do ano de 1898 (Figura 22). O cemitério da fazenda Cordilheira foi originalmente construído no cume de uma pequena elevação às margens da estrada que liga as cidades de Ilhéus e Itabuna, em um período em que o distrito de Cachoeira era um dos principais produtores de cacau do município ilheense.



Figura 22- ACOR: Túmulos em forma de torre – década de 1920, ao centro e à esquerda, e Túmulo de Jonhann Heinrich Berbert datado de 1898 à direita [Foto do Autor].

O cume da elevação abriga os túmulos mais antigos pertencentes a famílias de cacauicultores de descendência européia, aparentadas entre si. Mais recentemente, as encostas da elevação passaram a abrigar túmulos mais simples, pertencentes a população local. Essa disposição dos túmulos ao longo da encosta e a própria silhueta da elevação onde está situado

o cemitério da Cordilheira remetem à idéia de uma formação piramidal dividida em planos hierarquizados correspondentes ao lugar social dos mortos (Figura 23).



Figura 23- ACOR: Cemitério da fazenda Cordilheira inaugurado da década de 1890 [Foto do Autor]

Data também do final do século XIX a construção do cemitério municipal de Canavieiras, que veio a substituir o da Irmandade do Santíssimo Sacramento, por decisão da antiga câmara local. Entre os anos de 1886 e 1887 foi requerido pelos vereadores da vila o fim dos enterramentos no cemitério do Santíssimo e a construção de carneiros nos terrenos concedidos pelo município, “por achar-se o atual muito próximo ao recinto da vila”, conforme parecer do delegado da higiene pública. Em uma visita ao antigo cemitério, os vereadores “reconheceram que o espaço mal poderia comportar o número de irmãos falecidos”. Com a proibição dos enterramentos no cemitério da irmandade a câmara passou a discutir a construção de um outro, afastado dos terrenos urbanos.³⁷

Concomitantemente, o vereador Onésimo Araújo solicitava a construção de uma cerca no antigo cemitério, que se achava em estado de ruína, “a fim de evitar-se a entrada de pessoas e animais, bem como fazer-se o asseio interno”, até que se deliberasse a construção de um outro. Em 1888 foi aceita a petição de Júlio José da Costa, oficial de pedreiro, na qual

³⁷ APC. Atas da Câmara da Vila de Canavieiras, Sessões Ordinárias, 1886-1888.

solicitava dois contos de réis para a edificação do cemitério público, cuja obra era a que “mais reclama atenção da câmara”. Uma junta composta pelos médicos Manoel Pires de Carvalho, delegado de higiene pública, Boaventura Gualter Bahia e Antonio Salustiano Viana apresentou parecer favorável ao local do novo cemitério, “já em atenção a maior elevação do terreno, já em atenção à distância do povoado, que calcula-se em quinhentos metros, já finalmente em atenção aos ventos reinantes”, cuja posição era a mais favorável que se poderia encontrar.³⁸

Os custos da obra foram inicialmente financiados pelo governo da Bahia, vindo o então conselho municipal a assumir o restante dos trabalhos. Como a administração dos cemitérios havia passado para as mãos da municipalidade, o conselho contratou o mestre pedreiro Aristides Lopes para arrematação das obras. Lopes as deu por concluídas no ano de 1892, conforme ata do conselho datada de 20 de setembro daquele ano, quando foi solicitada pelo empreiteiro vistoria das dependências e pagamento do serviço.³⁹

O primitivo cemitério do arraial de Tabocas, datado do final do século XIX, estava situado na Rua Benjamin Constant, denominada originalmente de Rua do Cemitério, em Taboquinhas, na cabeceira da atual ponte Góes Calmon. Com a transformação da vila em cidade, em 1910, foi iniciada uma reforma no local, a área foi calçada e retirado um cruzeiro existente que demarcava o local de enterramentos. O cruzeiro foi transferido para o local do segundo cemitério, na atual Praça Olinto Leone.

Dois anos depois, os enterramentos foram transferidos para o local da atual Rua Duque de Caxias, na época considerado mais afastado do centro antigo. Com o desenvolvimento urbano, o cemitério foi transferido para o local da atual catedral de São José e, finalmente, para os fundos da Santa Casa de Misericórdia.⁴⁰ A trajetória geográfica do espaço cemiterial itabunense segue uma direção N-NO que acompanha a expansão do que viria a constituir a Avenida do Cinquentenário e da própria *urbs*, entre as décadas de 1890 a 1920.

A última transferência do local do cemitério de Itabuna ocorreu na década de 1920, quando foi inaugurada a necrópole pertencente à Santa Casa de Misericórdia, no bairro do Pontalzinho. O Campo Santo vinha atender às necessidades impostas pelo crescimento

³⁸ Id, Sessões Ordinárias, 10 e 12/10/1888.

³⁹ Id, Atas do Conselho Municipal de Canavieiras, Sessão Ordinária de 20/9/1892.

⁴⁰ GONÇALVES, O **Jequitibá da taboca**, pp. 115 e 120.

vertiginoso da população do município e pelo conseqüente aumento do número de mortos. O aumento do número de falecimentos era agravado pelas condições higiênicas precárias, que favoreciam o aparecimento de epidemias como a febre tifóide e disenterias, causadoras de altas taxas de mortalidade no sul baiano.

Um grupo de fazendeiros e comerciantes, sob a direção religiosa do bispo de Ilhéus e de sacerdotes locais, fundou a Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo de levar a termo a construção de um hospital e cemitério, obras que atenderiam às questões higiênicas e dariam testemunho do prestígio e da riqueza material do recém fundado município cacauero. O terreno para a construção do hospital foi doado ao patrimônio da Santa Casa pelo fazendeiro Cherubim José de Oliveira e sua mãe, Catarina Alves de Oliveira. Os terrenos contíguos, onde seria erguido o cemitério, foram vendidos pelos mesmos proprietários ao preço de dois contos de réis, considerado bem abaixo do seu valor imobiliário.⁴¹ Essa área, no período, demarcava os limites entre a cidade e os pastos que a rodeavam. Aos poucos a cidade cercou o Campo Santo, inserindo-o ao mundo dos vivos, como ocorreu em relação aos demais cemitérios urbanos regionais.

Os recursos para a construção do Campo Santo foram financiados pelos irmãos da Santa Casa e demais membros da sociedade local, com auxílio de verbas públicas, enquanto a sua planta foi confeccionada gratuitamente por Oscar Silva Lima. A obra, inaugurada a 7 de setembro de 1925, teve seus espaços interiores divididos em uma parte superior, onde se encontram carneiros com gavetas que acompanham o muro exterior e quadras destinadas aos jazigos perpétuos, no que poderia ser chamada de “área “nobre”; e uma parte inferior, onde estão localizadas quadras que abrigam uma outra série de carneiros com gavetas e os túmulos mais recentes e de menor custo.

Em Ilhéus, um dos traços mais marcantes do processo de valorização dos espaços cemiteriais foi a reforma do cemitério público municipal, inaugurada no dia de finados de 1913. O que existia anteriormente era cercado de estacas, já bastante aumentado devido a uma grande quantidade de túmulos, muitos dos quais excediam o padrão relativo ao tamanho da área destinada às sepulturas individualizadas. A única parede existente, na sua entrada, encontrava-se arruinada, não sendo raro encontrar animais pastando sobre as sepulturas. Isto decorria da existência, na ladeira que lhe dava acesso, de um pasto denominado de “Zé das

⁴¹ MACEDO, J. O. de. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna**: uma história edificante. Itabuna, Colorgraf, 1985, pp. 9-12.

Neves”, onde ficavam as tropas que chegavam do interior, carregadas de sacos de cacau e outras mercadorias.

Em 1891, o cemitério público de Ilhéus deixou de estar sob a jurisdição do vigário local e passou para a da câmara municipal, conforme o parágrafo 10 do artigo 109 da recém promulgada constituição estadual.⁴² Até então, o espaço da morte era pouco valorizado na sociedade cacaueira, e raros os investimentos públicos na sua infra-estrutura. O seu isolamento não se restringia apenas à distância física do núcleo urbano, mas se expressava também na ausência de um projeto institucional que o integrasse ao discurso e práticas modernizantes e às práticas burguesas do período.

O intendente Antônio Pessoa foi o primeiro administrador local a perceber a importância estratégica do cemitério como uma das principais referências para os novos padrões urbanos e como peça importante no jogo político. Logo ao assumir a intendência, cogitou a construção de um novo cemitério que substituísse o antigo, do qual foi aproveitado tão somente o terreno. A superintendência técnica de toda a construção, e o plano da mesma, ficou a cargo de Durval Olivieri, engenheiro municipal, genro de Pessoa e futuro intendente municipal cargo que ocupou de 1928 a 1930, responsável pela direção da maior parte das obras públicas no período final da República Velha.

Conforme Borges de Barros, o novo cemitério “não deslustraria as mais adiantadas capitais e não tem similar no nosso estado”. O autor, que havia escrito um texto de caráter histórico sobre a “antiquíssima e opulenta cidade”, enfatiza o papel do novo equipamento urbano na consolidação da imagem de prosperidade da região do cacau e da força econômica da elite e seus “despojos veneráveis”. Ali repousavam “ilheenses distintíssimos, tudo o que a população atual tem perdido de parentes e amigos desaparecidos na voragem do túmulo”.⁴³

A sua área foi ampliada para melhor aproveitar a localização, que “a experiência já demonstrara não ser nociva à saúde pública”.⁴⁴ Mediu o novo cemitério 24,60 metros de frente, compreendendo a igreja de Nossa Senhora da Vitória, e 446,60 metros de perímetro total, com uma superfície de 9.812 metros quadrados, assim discriminados: 5.586 da área antiga, 3.710 da nova e 516 de dois espaços laterais à capela destinados a jardins. Entre as áreas antiga e nova foi localizado o ossuário, construído em alvenaria e cimento. Nesse

⁴² CAMPOS, *Crônica*, p. 427.

⁴³ BORGES DE BARROS, *Memória sobre o município de Ilhéus*, pp. 101-2.

⁴⁴ Id. *Ibid.*, p. 102.

espaço coletivo são depositados os ossos dos mortos inumados nas sepulturas comuns. Na frente da igreja da Vitória construiu-se um adro de 5 metros de largura, para o qual dava acesso uma escada de alvenaria com sete degraus, posteriormente substituída por uma rampa lateral.

A frente do cemitério foi gradeada de ferro sobre uma base de alvenaria com 2 metros de altura no total. Esta parte frontal inclui nove pilares artisticamente trabalhados. A entrada é feita por um imponente portão, tendo ao alto um dístico e uma placa comemorativa em mármore, onde lê-se a data de inauguração e o nome do intendente Pessoa. Todo o conjunto é fechado em obra de alvenaria, sobre a qual assenta uma balaustrada na extensão de 422 metros, com 83 colunas encimadas por vasos e pinhais, e na qual empregaram-se 1.394 balaústres. Para a área nova abriu-se, desde o portão, uma rua calçada de cimento com 124 metros de comprimento e 3 metros de largura. Ao fim da rua encontra-se uma escada de alvenaria, pela qual se tem acesso à parte nova do cemitério, onde se achavam originalmente espaços para trezentas e quatro sepulturas rasas, formando seis grupos separados por sete corredores calçados e cimentados.

A reforma do cemitério municipal constituiu uma das maiores preocupações da *Gazeta de Ilhéus*, nos inícios do século XX. Em 1902, comentava o jornal que “o cemitério desta cidade ao mesmo tempo em que infunde respeito e veneração, desperta também um sentimento de repulsão pelo estado de desasseio e quase abandono em que jaz.” Qualquer pessoa que a ele se dirigisse acompanhando um enterro ou em simples visita iria “sentir uma tristeza imensa ao contemplar a muralha que o cerca, já em parte esboroada, em alguns pontos completamente por terra”. O fatalismo do discurso higienista denuncia a inoperância administrativa dos adversários políticos. Quando a lei secularizou os cemitérios, entregando a sua administração às municipalidades “fê-lo na presunção de serem melhor fiscalizados, afim de não continuar a ser fôcus de infecção”. Um cemitério aberto, segundo o periódico, está exposto “está exposto a que os animais escavem a terra” e o resultado não se faria esperar.⁴⁵

A reforma do cemitério ocupou um lugar central no discurso "pessoísta". Em vários artigos seus nas gazetas locais o coronel Pessoa discorreu sobre o assunto, chamando atenção para a importância do culto dos mortos e o esquecimento que o mesmo teve por parte da oposição, quando no poder:

⁴⁵ CEDOC. *Gazeta de Ilhéus*, n. 61, 10/11/1902, p. 1.

A morada dos que se foram! Haverá por ahí quem a julgue uma obra de somenos, um esforço ocioso, um dispêndio indevido? Salvo se existem, sob a forma de homens civilizados, entes inferiores em sentimentos. Com effeito, a veneração aos mortos, o zelo respeitoso aos seus despojos é um sentimento commum a toda a humanidade, mesmo aos mais rudimentares estados da cultura. Se alguém acha desnecessária a construcção de um cemitério, se alguém reprova, insulta, leva a chacota os que curam da morada dos mortos, é que esse alguém é capaz de crimes contra a própria natureza, e só merece que delle se fuja e nunca se lhe cite o nome abominável.⁴⁶

O coronel Pessoa acreditava que a reverência aos mortos deveria ser traduzida na aparência das necrópoles. Segundo a sua concepção, era inaceitável que o município de São Jorge dos Ilhéus, de importância comparável à da capital do estado, tivesse num dos seus pontos mais visíveis um cemitério cercado de estacas e coberto de mato. Para ele, este

Era o attestado mais desgraçado que esta terra dava de si; era colorário, a aggravante, a prova provada das designações infames que então davam a Ilhéos. Na verdade, não se poderia suppor nada de bom acerca de um lugar onde nem os mortos mereciam caridade. Os observadores superficiaes, reputavam aquelle estacado plantado no alto da Victoria o signal evidente da fereza de ânimo, da selvageria sem nome dos habitantes deste mal afamado torrão. Os bons ilheenses lastimavam aquelle sacrílego abandono, e vezes sem conta ouvimos queixumes e imprecações contra os responsáveis por tal impiedade. Todos que alli tinham um parente, um amigo, sepultado, todos sem distincção de cor política, reclamavam indignados contra os administradores desumanos, culpados da miserabilidade do cemitério.⁴⁷

Os jornais sucedâneos, ligados ao grupo “pessoísta”, lembravam em seus artigos o espírito cívico dos membros do partido na defesa da reforma e rebatiam as críticas feitas à obra pelos adversários. Os textos enfatizavam a necessidade de transformar o novo cemitério em um lugar de memória para os membros da sociedade regional. “Nada mais desolador” do que uma visita ao antigo cemitério, onde “a alma se confrange ante a desumana e pecaminosa ação daqueles que atiram à vala do esquecimento, o lugar onde quase todos têm uma ossada de pai, os restos de um filho, o cadáver de um irmão”.

⁴⁶ Id. Ibid, 2/11/1913, p. 1.

⁴⁷ Idem.

A higienização do antigo cemitério era precária, assim como o cuidado com as sepulturas. Em 1908, o *Jornal de Ilhéus* denuncia que “alimentado pelo produto húmido da decomposição dos órgãos soterrados, o capinzal cresce ingurgitado de seiva”. Os corpos para ali levados, “entre lágrimas de saudade e de dor” eram jogados “em um chão coberto de capim, nem uma muralha para impedir a profanação dos animais que ali pastam e se reproduzem, nem um guarda para zelar as sepulturas que se abatem, as lousas que se quebram”. Sem a proteção das lápides a maioria das sepulturas expunham as ossadas que “os ignorantes que lá vão” puxam brincando com a ponta da bengala.⁴⁸

Em suma, o cemitério antigo “confrangia e acabrunhava” os ilheenses. O município não podia ter “logo no seu ponto mais ostensivo” um cemitério cercado de estacas. A culpa, porém, não era da totalidade da população. Os “bons ilheenses, homens de coração e patriotas” lastimavam aquele “sacrílego abandono” e a “irreligião dos detentores do poder”. Eram aqueles homens os que mais se sentiam “desse desamor pelos finados” e combatiam o abandono da necrópole e dos seus mortos.⁴⁹

A administração do cemitério foi posteriormente regulamentada pelo Código de Posturas, criado pela Lei Municipal n. 277, de 1 de outubro de 1924, na gestão do intendente Mário Pessoa da Costa e Silva, filho e herdeiro político do coronel Antônio Pessoa. Na Seção VII do capítulo referente à Polícia Sanitária, encontram-se as disposições sobre os cemitérios e os enterramentos.⁵⁰ O controle da morte passou a ser oficialmente uma ocupação da administração laica, com pouca interferência da Igreja. O asseio e a fiscalização dos cemitérios municipais e dos enterros efetuados eram de imediata responsabilidade dos seus administradores, que deveriam não só observar as disposições do Código como as determinações da Diretoria de Higiene Pública.

As sepulturas do cemitério reformado foram divididas em duas categorias -- particulares e comuns. As primeiras eram as que, por aforamento perpétuo, eram concedidas pelo poder público a particulares. As que não possuíssem aforamento perpétuo pertenciam à segunda categoria. Nas áreas atribuídas às sepulturas comuns não poderiam ser construídos mausoléu, jazigo ou carneiro. Era apenas permitido encimar os túmulos de grade de ferro ou

⁴⁸ Id. *Jornal de Ilhéus*, n. 56. 12/04/1908, p. 1

⁴⁹ Id. Ibid. n. 69, 13/11/1913, p. 1.

⁵⁰ Código de Posturas de Ilhéus. Lei Municipal 277, de 1 de outubro de 1924. Impresso, pp. 158-165.

madeira e cruces, que não tivessem mais de 1, 10 m. de altura, “e lápides ou emblemas que se possam retirar com facilidade, quando for tempo de abrir-se nova sepultura no local.”⁵¹

Aos corpos enterrados nessas sepulturas comuns era dado o direito a uma memória temporária, sendo esta uma das principais distinções simbólicas entre elas e as sepulturas de caráter perpétuo. As pedras, grades ou cruces retiradas das sepulturas comuns, ao tempo de sua reabertura, eram conservadas no depósito do cemitério pelo espaço de seis meses, à disposição dos que as fossem reclamar. Findo esse prazo procedia-se a sua venda em hasta pública, revertendo o resultado em benefício do cemitério.⁵²

A emergência dos jazigos monumentais também estava submetida a uma lógica hierarquizadora. As famílias de grandes fazendeiros e comerciantes passaram a disputar entre si a primazia da ostentação, seguidas de perto pelas camadas menos favorecidas que tentavam imitá-las na medida de suas possibilidades. As famílias mais abastadas, ao adquirirem concessões perpétuas, principalmente a partir da década de 1920, priorizaram os terrenos próximos aos portões de entrada, situados ao longo da “ruas” principais, o que proporcionava uma maior visibilidade social.

De acordo com o Código de Posturas, as sepulturas particulares não poderiam ocupar superfície superior a seis metros quadrados, sendo de adulto, e quatro metros quadrados, sendo de criança. As sepulturas comuns teriam no máximo dois metros de comprimento por um de largura, guardando entre uma e outra o espaço de sessenta e seis centímetros.⁵³ Isto implicava uma outra distinção básica entre as duas categorias, a superfície máxima a ser ocupada, que privilegiava os que podiam arcar com as despesas de aquisição da sepultura perpétua. O tamanho da área ocupada e a altura dos monumentos funerários eram símbolos do lugar social da família, tal como ocorria nas residências rurais e nos luxuosos palacetes urbanos. Assim como no domínio dos vivos, onde, “quem não tem haveres não tem dignidade”, no domínio dos mortos a propriedade é necessária para garantir uma individualidade respeitável. Esta é “a lei fundamental do novo cemitério, que inventa concessões ‘perpétuas’ de 60 ou 100 anos, para nutrir a esperança e a ilusão de que o ter continuará a ser”.⁵⁴

⁵¹ Id, Ibid, artigos 665 e 666.

⁵² Idem. artigo 674.

⁵³ Idem. Artigos 667 e 668.

⁵⁴ MARANHÃO, J. L. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 38.

Os túmulos mais custosos foram preferencialmente construídos na área de expansão do antigo cemitério. Como o solo urbano em geral, o solo cemiterial tornou-se caro e sujeito à especulação imobiliária, burlando as disposições originais. O período situado entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930 se converteu na “idade de ouro do cemitério”, época da construção em larga escala dos jazigos perpétuos. Conforme os dados da Tabela 16, a análise da dimensão dos túmulos regionais indica um aumento significativo no tamanho da área ocupada pela maioria dos túmulos de padrão superior e grande, cujo número foi crescendo à medida em que nos aproximamos do marco cronológico final deste estudo.

Tabela 16 – Área ocupada pelos túmulos por décadas

Área Ocupada	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Superior (maior que 6 m ²)	01 (2,1%)	19 (10,1%)	29 (10,5%)	49	9,6
Grande (4 – 6m ²)	05 (10,6%)	12 (6,4%)	48 (17,4%)	65	12,8
Médio (2 – 4 m ²)	26 (55,3%)	112 (59,6%)	181 (65,6%)	319	62,4
Pequeno (menor que 2 m ²)	15 (32%)	45 (23,9%)	18 (6,5%)	78	15,2
Total	47	188	276	511	100

Fonte: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

Na Tabela 17 foram isolados os dados referentes aos padrões existentes em cada acervo cemiterial estudado, onde pode-se perceber o pequeno número de túmulos com dimensões superior e grande nos cemitérios rurais, características dos cemitérios urbanos. Para efeito comparativo do aumento da quantidade dos túmulos destas dimensões com o desenvolvimento econômico da lavoura cacaueteira a Tabela 18 apresenta dados relativos a produção no período de estudo. O aumento gradual das dimensões tumulares acompanha o crescimento das safras, especialmente após a década de 1910.

Tabela 17 – Área ocupada pelos Túmulos por cemitério isolado

Área Ocupada	NSV	SCM	COR	FER	CAN	Total
Superior	22 (4,8%)	22 (23,6%)	01 (0,8%)	-	04 (12,4%)	49 (9,6%)
Grande	41 (11,2%)	04 (4,7%)	-	07 (70%)	13 (37,8%)	65 (12,8%)
Médio	223 (61,3%)	67 (72,7%)	09 (58,4%)	03 (30%)	17 (43,6)	319 (62,4)
Pequeno	69 (12,7)	-	07 (40,8%)	-	02 (6,2%)	78 (15,2%)
Total	335	93	17	10	36	511

Fonte: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

Tabela 18 – Produção de cacau na Bahia por décadas

Décadas	Quilos	Valor (Contos de Réis)	Participação na renda estadual (%)
1865-1874	811 995	173	0,32
1875-1884	931 628	248	0,65
1885-1894	3 453 853	1 563	3,65
1895-1904	6 732 469	4 388	7,50
1905-1914	17 152 476	8 885	19,45
1915-1924	41 545 779	37 144	28,56
1925-1934	60 347 810	67 800	19,46

Fonte: BONDAR, G. *A cultura de cacau na Bahia*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1938.

A comparação entre túmulos de diferentes datações revela características significativas das diversas épocas. Os jazigos mais antigos, erguidos no final do século XIX e início do século XX, foram concebidos em forma de torreões e colunetas com nichos ou estátuas. Apesar do material custoso de alguns, esses túmulos possuem dimensões de padrão médio e uma simplicidade que vai aos poucos sendo abandonada para dar lugar à ostentação dos túmulos de padrão grande e superior, típica da nova burguesia cacaueira, a partir da década de 1920.

Os túmulos mais antigos e mais simples, entre as décadas de 1880 e 1900, eram construídos em alvenaria e recobertos preferencialmente de pedras de mármore. Diferentemente do aspecto relativamente simples das sepulturas do século XIX, o gradativo aumento do número de jazigos perpétuos e a acelerada urbanização dos cemitérios urbanos foram conferindo a estes um aspecto pétreo, associado ao uso do mármore e do granito. Estes eram tidos como materiais nobres por excelência e foram profusamente utilizados no revestimento dos túmulos, assim como o bronze o foi nas imagens decorativas. Nos túmulos cujos proprietários não optaram por para revesti-los totalmente de mármore apenas a lápide era desse material.

Sobretudo as sepulturas os que se encontram nos cemitérios rurais conservam a singeleza e a ligação com os padrões cristãos, próprios de uma sociedade de cunho tradicionalista e patriarcal. Os jazigos perpétuos, cujas formas reproduziam partes componentes da arquitetura das igrejas como torres sineiras ou sacrários, foram construídos a princípio para funcionar como uma espécie de substituto do teto eclesiástico, deslocado para

um espaço mais secular.⁵⁵ Tanto nos cemitérios rurais quanto nos urbanos os túmulos mais antigos não buscam imitar igreja no seu todo, caso dos túmulos-capelas, mas parte delas como sacrários, nichos, altares e torres sineiras (Figuras 24 e 25).



Figura 24 – AFER: Túmulo com torre sineira em alvenaria – década de 1920 [Foto do Autor]



Figura 25 – ASCM: Túmulo em alvenaria - década de 1920 [Foto do Autor]

⁵⁵ ARIÈS, P. *Images de l'homme*, p. 259.

Conforme a Tabela 19, aos poucos o mármore foi sendo substituído pelo granito produzido industrialmente, enquanto as estátuas de mármore e as inscrições primitivamente esculpidas nas lápides dão lugar aos modelos estereotipados de bronze. As estátuas de mármore localizadas nos túmulos mais antigos foram encomendadas na Europa ou nas oficinas artísticas do Rio de Janeiro e de Salvador, enquanto que nos túmulos mais recentes o granito e o bronze eram adquiridos, em sua maioria, em oficinas paulistas e mineiras havendo um deslocamento dos mercados abastecedores de imagens e materiais para a construção e reforma de túmulos no sul da Bahia.

Tabela 19- Material dos túmulos por décadas

Material Associado	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Mármore/Cimento	31 (77,5%)	84 (49,1%)	48 (18%)	163	34,1
Granito/Bronze	01 (2,5%)	17 (9,9%)	105 (39,5%)	123	25,8
Granito	01 (2,5%)	16 (9,4%)	53 (19,8%)	70	14,7
Mármore	05 (12,5%)	27 (15,8%)	08 (3%)	40	8,4
Cimento	-	18 (10,5%)	14 (5,3%)	32	6,8
Granito/Cimento	01 (2,5%)	02 (1,2%)	16 (6%)	19	4,0
Mármore/Bronze	-	04 (2,3%)	10 (3,8%)	14	3,0
Mármore/Granito	-	02 (1,2%)	06 (2,3%)	08	1,6
Mármore/Granito/ Bronze	01 (2,5%)	01 (0,6%)	06 (2,3%)	08	1,6
Total	40	171	266	477	100

Fonte: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

Logo que os novos ricos perceberam que as suas fortunas os promoviam à condição de membros da elite social regional, os seus esforços se dirigiram naturalmente para a construção de suntuosas sepulturas, que expressam a idéia que faziam de si mesmos. Desse modo, os cemitérios foram se urbanizando segundo uma lógica semelhante à da cidade dos vivos, com a predominância de túmulos verticais e, como complemento, uma intensa utilização de estatuária e de objetos decorativos.

Evidentemente, a intensidade dos investimentos diferia conforme a capacidade financeira dos municípios. As áreas de maior produção de sacas de cacau – a exemplo de Ilhéus, Itabuna ou Canavieiras -- puderam promover amplas reformas no espaço cemiterial e possuem um acervo tumular de aspecto monumental, tão ao gosto da elite econômica do período. Por outro lado, os cemitérios dos municípios situados em áreas de menor produção e capitalização de recursos, como Camamú, ou Barra do Rio de Contas, mantiveram o tamanho

original e apresentam poucos sinais de melhorias na sua infra-estrutura, apesar de possuírem alguns exemplares que se distinguem no material empregado e nos símbolos esculpidos nos túmulos das principais famílias.

O cemitério como espaço de identidade familiar

Ao longo da História, diferentes sociedades construíram imagens materiais com o objetivo de reter e transmitir lembranças, mais particularmente os monumentos comemorativos. A partir do século XIX, os monumentos públicos exprimiram e ao mesmo tempo moldaram a memória nacional, na chamada era da invenção das tradições. Nessa perspectiva, o espaço exerceu um papel fundamental. As imagens que se deseja recordar deveriam ser colocadas em locais particulares, os teatros da memória.⁵⁶

É próprio dos monumentos comunicar um significado de valor, visando recordar um fato ou uma personalidade. Desse modo, monumentos de caráter privado se transformaram em comunicadores de valores reais ou atribuídos à condição social ou econômica dos proprietários, mediante o aparato simbólico e material que se tomaram emprestados dos monumentos-modelos. O jazigo de mármore ou granito, a estátua, o epitáfio e as fotografias irão afirmar o novo culto dos mortos, consolidado pela gestão familiar e pelas visitas ao cemitério.

No Ocidente, em geral, as sepulturas individuais em espaços que podem ser qualificados como teatros da memória, como cemitérios e o interior de igrejas, os cemitérios expressam o desejo de uma sobrevivência na memória coletiva. A morte do indivíduo não é decretada somente pelo aspecto orgânico; as instituições sociais também desempenham um importante papel nesse processo. A morte física não é bastante para realizar a morte nas consciências. As lembranças do morto possibilitam a continuidade da sua presença no mundo dos vivos, de modo que a consciência não consegue pensar o morto como tal e lhe atribui “uma certa vida”.⁵⁷

⁵⁶ BURKE, P. **O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992, p. 241.

⁵⁷ RODRIGUES, **O tabu da morte**, p. 29.

Como foi referido anteriormente, nos anos oitocentos consolidou-se o esforço da conservação individualizada dos despojos mortais. Esta prática social será utilizada na tentativa de preservar a identidade e memória individual. Momento especialmente importante para a confirmação de solidariedades familiares ou políticas, consideradas merecedoras de registro para a posteridade, o investimento material no túmulo faz parte do processo de diferenciação social, especialmente quando se busca prestígio para um determinado sobrenome.⁵⁸ Há uma ruptura com os aspectos mais tradicionais nas práticas relativas ao morrer, gradualmente substituídos pela pompa e verticalização dos túmulos.

O fim das inumações *ad sanctos*, no interior dos templos, foi encarado pelos setores mais tradicionalistas como uma ameaça à memória histórica das comunidades e grupos familiares, e à crença na ressurreição final dos corpos. Em Ilhéus membros de famílias mais abastadas continuaram, com a devida licença do bispado, a ter sepulturas no interior das capelas em suas propriedades, como é o caso dos Sá Bittencourt na capela do engenho de Santana, ou do coronel José das Neves César Brasil na capela de sua fazenda no distrito ilheense de Aritaguá, com a devida licença do bispado.

Este tipo de comportamento demonstra a vontade de preservação de um elo simbólico que ligava, espiritual e geograficamente, as gerações entre si. O local onde viviam também deveria receber os corpos dos membros das famílias ligadas por laços de sangue e vizinhança. Era uma forma de distinção no contexto de uma sociedade cada vez mais plural onde negros, descendentes de índios, migrantes de origem humilde dos demais estados do Nordeste, sírios e libaneses e buscavam cada vez mais uma maior visibilidade social.

Processo semelhante ocorreu no âmbito do sepultamento em cemitérios. Os túmulos passaram a constituir um bem imóvel, privado e transmissível por herança, forma simbólica de assegurar a preservação da memória do proprietário e da sua família. Esse processo, evidentemente, está associado à capacidade que os sobreviventes tinham para perpetuar o patrimônio herdado. Os custos de investimento na elevação de monumentos funerários não tinham retorno financeiro e, assim como o que era gasto em outras pompas, revelam a importância do supérfluo para a legitimação social no campo simbólico para a legitimação social.

⁵⁸ VALADARES, *Arte e sociedade*, p. xxxvi.

As fotografias colocadas em jazigos acentuam a função da imagem de perpetuar a existência do indivíduo morto. São, em sua maioria, fotos em porcelana cobertas por vidro e encaixadas em molduras de bronze com motivo floral. Segundo Koury, o retrato mortuário era uma forma social aceitável e fez parte do imagético familiar, cumprindo o papel de “manter viva a memória do falecido e, ao mesmo tempo, relativizar a sua ausência”.⁵⁹ A fotografia mortuária integra um conjunto iconográfico que se convencionou chamar retratos de família, ligados aos rituais de passagem e que objetivam registrar momentos sacralizados. Este fato é ilustrado nos túmulos onde um grande número de parentes faz-se representar pelas fotografias dispostas em cachos, símbolos da família extensa (Figura 26).



Figura 26: ASCM: Túmulo com painel fotográfico – década de 1950 [Foto do Autor]

Como o registro fotográfico tem por finalidade amenizar a dor dos “entes queridos” quando da evocação do falecido, um dos seus principais atributos seria retratar a tranqüilidade e a paz do fotografado. A fotografia deve não somente deter o processo de deterioração do cadáver, mas também fixar uma espécie de imagem ideal da personalidade retratada, “uma espécie de máscara de eterna presença pela paz que emanava[...], uma espécie de boa morte e de sua presença eterna junto ao Senhor e no olhar para os seus ainda vivos.”⁶⁰ O direito de

⁵⁹ KOURY, M. G. P. (Org.). **Imagem e memória:** ensaios de antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 13.

⁶⁰ Id, Ibid., p. 68.

enterro no túmulo da família exprime um sentimento de pertencimento. Da mesma forma, as práticas de filiação política e de outras ordens influenciaram decisivamente a territorialização do cemitério. O desejo de distinção e de demarcação da identidade familiar delimitou espaços específicos preferencialmente ocupados por alguns sobrenomes.

As alianças de sangue e afinidade levaram à formação de grupos responsáveis inclusive pela construção de cemitérios em terrenos de propriedades particulares, como os cemitérios das fazendas Almada, de propriedade da família Cerqueira Lima, e Cordilheira, da família Lawinsky, construídos no final do século XIX, conforme datação dos túmulos mais antigos. Os sobrenomes dos ocupantes e as datas existentes nos túmulos indicam que, até o início do século XX, era costume entre as famílias enterrar seus mortos em local próximo às propriedades que lhes pertenciam, principalmente entre os que ainda não haviam transferido residência para a cidade.

No cemitério da fazenda Cordilheira observa-se o desejo, mencionado anteriormente, de uma maior visibilidade por parte das famílias de elite. Os túmulos maiores e mais antigos foram erguidos no alto de uma pequena elevação, o que os torna mais visíveis devido à sua localização estratégica em relação às sepulturas coletivas. Estas foram situadas na encosta anterior à elevação, como se houvesse a intenção de escondê-las das vistas dos visitantes. Nesse cemitério, os túmulos maiores e mais custosos estão agrupados em núcleos familiares, como os pertencentes à família Cordier, construídos sobre uma plataforma de grande dimensão, e da família Lawinsky, agrupados em uma área próxima.

Da mesma maneira que os povoados, ou mesmo algumas ruas na cidade, eram habitados por certos grupos familiares, os espaços no interior do cemitério se definiam como um território de vizinhança que guardou padrões associados a laços de família. Os grupos familiares do período possuíam referenciais bastante definidos, tanto na zona rural quanto na urbana, que restringiam e regulavam os laços de afinidade. Determinados espaços cemiteriais são valorizados pela família como ponto de referência para o enterro dos seus membros.

Essas finalidades identitárias e filiadoras do culto dos mortos faziam das sepulturas, sobretudo a dos antepassados que serviam de referência aos membros do tronco familiar, uma expressão da descendência grupal. As famílias, através dos jazigos perpétuos e de suas inscrições, passaram a identificar-se e a fazer render o investimento simbólico. Conforme a Tabela 20, os descendentes e ascendentes diretos do ocupante usaram profusamente o túmulo

como forma de reforçar os elos internos e sua permanência entre as gerações. Em um universo de 511 jazigos perpétuos analisados, 471 deles, 92 % do total, apresentam no epitáfio referência a parentesco e, em menor grau, outros tipos de afinidade em relação ao morto.

Tabela 20- Relações de parentesco e afinidade registradas nos epitáfios

Parentesco	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Filhos / Pais / Esposos/ Netos	29 (72,5%)	116 (67,4%)	201 (77,6%)	346	73.2
Irmãos /Tios / Sobrinhos	08 (20%)	40 (23,3%)	35 (13,5%)	83	18.0
Genros / Sogros / Cunhados	02 (5%)	11 (6,4%)	19 (7,3%)	32	6.7
Padrinhos / Afilhados / Amigos	01 (2,5%)	05 (2,9%)	04 (1,6%)	10	2.1
Total	40	172	259	471	100

Fonte: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN..

Se, em alguns casos, a sepultura era construída com o objetivo de materializar a imagem que o morto quis conservar de si, em outros projetava a idéia que os vivos faziam de si mesmos. A significação dada pelos vivos à consagração mnemônica dos seus mortos demonstra o desejo de se representarem como herdeiros de um patrimônio familiar simbólico.⁶¹ A importância deste tipo de mecanismo se expressa no fato de que algumas famílias chegaram a possuir uma dezena ou mais de túmulos, espalhados em toda a área do cemitério ou, quando possível, agrupados em terrenos geralmente próximos ao de um antepassado tido como referência familiar.

As sepulturas perpétuas, no caso dos recentemente enriquecidos, funcionaram como um marco inaugural de poder. Existe uma memória genealógica profunda em sociedades de emigrados, onde as referências a antepassados de duas ou três gerações são altamente valorizadas, sobretudo para afirmar a ascendência de um “colateral prestigioso, cuja atuação confere brilho à família em questão”.⁶² Como já foi dito, uma das maiores correntes migratórias para o sul da Bahia, entre finais do século XIX e princípios do século XX, foi composta por famílias oriundas da Síria e do Líbano, muitas das quais constituíram importantes patrimônios financeiros.

⁶¹ CATROGA, *O céu da memória*, p. 95.

⁶² MATTOSO, *Bahia no século XIX*, p.172

A Tabela 21 evidencia que, entre os túmulos em que foi possível determinar a origem étnica dos ocupantes, existe uma predominância de euro-brasileiros nos grupos de descendência estrangeira. Tal fato deve-se à corrente migratória formada por europeus ao longo do século XIX, configurada pelos túmulos dos seus descendentes. É possível perceber que, enquanto cresce o fluxo sírio-libanês, a corrente migratória européia perde força no século XX, limitando-se então a alguns poucos comerciantes dedicados à exportação de cacau, suíços em sua maioria, os ingleses da estrada de ferro e seus empregados.

Tabela 21– Origem dos proprietários de túmulos por décadas

Origem	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Brasileira	12 (35,3%)	97 (76,4%)	192 (75,3%)	301	72,4
Euro-Brasileira	19 (55,9%)	16 (12,6%)	26 (10,2%)	61	14,8
Sírio-Libanesa	-	07 (5,5%)	30 (11,8%)	37	8,8
Européia	03 (8,8%)	07 (5,5%)	07 (2,7%)	17	4,0
Total	34	127	255	416	100

Fonte: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN..

A maioria dos sírios e libaneses que migrou para a região cacauzeira dedicou-se inicialmente ao comércio ambulante, pois a mercadoria neste tipo de comércio poderia ser obtida a crédito. Os primeiros imigrantes dessa procedência continuaram como mascates apenas o tempo suficiente para acumular capital e investi-lo em pequenas lojas de comércio a varejo. Na zona rural, abriram armazéns estabelecidos em pontos estratégicos como o cruzamento de estradas e, na cidade, pequenas lojas de armarinho e tecidos localizadas nas praças centrais e vias principais, tais como as ruas Pedro II e Almirante Barroso, em Ilhéus.⁶³

Logo que prosperaram, esses comerciantes mandaram buscar parentes e amigos nos seus países de origem. Os recém-chegados recebiam mercadorias e eram despachados a mascatear. Com o passar do tempo muitos abriram suas próprias lojas, em geral em local próximo ao da primeira, e assim iam estabelecendo uma maior influência no comércio e uma certa inserção na sociedade cacauzeira. Ao adquirirem capital suficiente, alguns investiram na compra de roças de cacau, mas o comércio foi a atividade básica do sírio-libanês. Todas as suas atividades na sociedade local tiveram como ponto de partida o comércio, pois é ali que eles “fizeram o seu nome”, inserindo-se ou excluindo-se da vida social.

⁶³ HALLA, R. **Imigração e adaptação dos sírios libaneses na região cacauzeira, o caso de Ilhéus: 1910-1950.** Ilhéus-BA: Departamento de Filosofia e Ciências Humanas / UESC. Monografia (Especialização em História), p. 25.

Como a maioria dessas famílias havia chegado com poucos recursos financeiros, a preferência de moradia recaía em locais situados fora do centro, mais adequados aos limites de suas posses. Parentes e amigos iam se alojando nas proximidades, o que era fundamental para o convívio e manutenção de sua cultura, permitindo que conservassem hábitos comuns, incluindo o casamento entre os membros da comunidade. O desejo de fomentar uma identidade pela origem comum e demarcar o seu espaço na construção da “civilização do cacau” está expresso nos epitáfios dos seus jazigos, como o do libanês Baracat Habib que exprime em versos a saga da imigração,

*Vieram jovens para as jovens terras do cacau,
de velhos montes para o novo chão.
Olhos brilhando, brilhando de esperança e um
velho cedro em cada coração.*

*Qual riqueza dessas montanhas, qual sua
herança? Uma tradição.
Mas tinham brilho nos olhos tranqüilos e um
cedro em cada coração.*

*Vieram jovens dos montes antigos onde a neve
eterna o sol desafia e trabalham, desde cada
aurora, até o cansaço em cada fim de dia.
Deram seus filhos como gratidão, são
brasileiros com brilhos nos olhos e um velho
cedro em cada coração.⁶⁴*

O jazigo perpétuo, transformado em local de culto pelas visitas periódicas, era um capital simbólico necessário à identidade grupal. A prática de culto dos mortos fez com que cada indivíduo funcionasse como elo na cadeia da memória que liga o presente ao passado, dando um sentido de continuidade às gerações através do tempo. O jazigo representou a expressão material da memória familiar no espaço simbólico do cemitério, dando a impressão de eternizá-la perante a sociedade.

⁶⁴ ASCM: Túmulo da Família Habib.

Símbolos funerários e memória social

Etimologicamente a palavra símbolo deriva do grego *symbollein*, que significa lançar junto, compor, reunir em lugar significativo.⁶⁵ Entre os cristãos, o símbolo cumpria o papel de um testemunho vinculante entre o sagrado e o humano. Nos afrescos das catacumbas e sarcófagos dos inícios da era cristã são encontrados sinais simbólicos zoomorfos (peixe, pomba, cordeiro e serpente) e fitomorfos (árvore, ramo de oliveira e a rosa). A escolha dessas formas para explicar realidades não-materiais era fundada na sua oferta abundante nas representações bíblicas.

Era possível ressignificar figuras mitológicas pagãs no sentido simbólico cristão, desde que o mito não mais se relacionasse diretamente ao aspecto religioso anterior. A natureza simbólica das imagens se associa à noção de alegoria, na qual a imagem é “a revelação de uma outra coisa que não ela própria”. A alegoria realiza a representação concreta de uma idéia abstrata. As representações são concebidas apoiadas nas condições reais de existência. É o contexto que fornece as bases da integridade das “idéias-imagens”.⁶⁶

Como o cemitério a céu aberto perdeu em parte a sacralidade antes conferida pelo enterramento no templo, muitos túmulos do período foram construídos simulando igrejas. Estas pequenas igrejas permitiam transportar para o terreno do cemitério público a sacralidade anterior. Neste sentido, a cruz também desempenhou um importante papel, como símbolo por excelência do amor de Deus, da redenção do homem e triunfo da fé cristã.⁶⁷

Com o avanço do Cristianismo sobre as populações pagãs, as cruzes difundiram-se na Europa durante a baixa Idade Média. Inicialmente de madeira ou pedra, a presença da cruz indicava que o local era agenciado pelo homem dotado de crença específica. A sua intensa utilização serviu, posteriormente, como expressão da dimensão religiosa dos cemitérios públicos. A mediação religiosa teve na cruz a sua manifestação maior, sendo este símbolo muito freqüente nas sepulturas mais simples. A cruz, como ligação de pontos diametralmente opostos, simboliza a unidade dos extremos: o céu e a terra, o superior e o inferior, o positivo

⁶⁵ HEINZ-MOHR, G. **Dicionário dos símbolos**: imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Edições Paulus, 1994, p. xix.

⁶⁶ Id. *Ibid.*, p. x.

⁶⁷ PÉREZ-RIOTA, J. **Diccionario de simbolos y mitos**. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

(ou vertical) e o negativo (horizontal), a vida e a morte.⁶⁸ Conforme a Tabela 22, a cruz é inegavelmente o símbolo por excelência da religiosidade presente nos túmulos, uma ligação inequívoca entre os homens e o sagrado. Observa-se, porém, que a configuração individualista e menos sagrada do uso de retratos e medalhões aumentou consideravelmente a partir da segunda década do século XX.

Tabela 22 – Imagens tumulares por décadas

Imagens	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total
Cruz	17 (74%)	112 (70%)	215 (57,7%)	344
Retrato	02 (8,7%)	19 (11,9%)	85 (22,5%)	106
Medalhão	-	06 (3,8%)	22 (5,9%)	28
Nossa Senhora	-	03 (1,9%)	19 (5,1%)	22
Anjo	03 (13%)	11 (6,9%)	04 (1,1%)	18
Sagrado Coração	-	05 (3,1%)	10 (2,7%)	15
Santo Antônio	01 (4,3%)	02 (1,2%)	04 (1,1%)	07
São José	-	-	05 (1,1%)	05
São Jorge	-	01 (0,6%)	04 (1,1%)	05
Sagrada Família	-	01 (0,6%)	04 (1,1%)	05
São Pedro	-	-	02 (0,5%)	02
Total	23	160	374	557

Fonte: ANSV, SCM, AFER, ACOR e ACAN.

Um conjunto de símbolos presentes no cemitério do município objetivava indicar o destino da alma. A subida da alma para o céu é indicada pelos anjos e ampulhetas aladas. Como a cruz, o anjo e a ampulheta alada simbolizam a relação ascendente e descendente entre o céu e a terra, entre a fonte da vida e o mundo material. O fogo, representado pelas tochas, e as flores entrelaçadas sugerem a vitória sobre a morte, assim como as coroas de louro representam a vitória da imortalidade. Alguns desses símbolos são antigos, até mesmo da época pré-cristã, que o século XIX reatualizou.⁶⁹

A estatuária sacra faz-se notar de imediato e representa uma das tendências fundamentais do espaço do cemitério. Maior ênfase foi dada à estatuária feminina, que mais se relacionava com a sensibilidade romântica do período. Os principais modelos são as figuras femininas da “saudades” a lamentar-se sobre o túmulo (Figuras 27 e 28), ou da mulher acompanhada de crianças. A criança passou a ter uma dignidade no culto dos mortos, havendo um número razoável de túmulos destinados aos “anjos”. Nos textos bíblicos as crianças estão

⁶⁸ CIRLOT, J. E. *A dictionary of symbols*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

⁶⁹ CHEVALIER & GHEERBRANT, *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos; CIRLOT, A dictionary; e HEINZ-MOHR, Dicionário de símbolos*.

associadas à candura (Mt. 18,3; Lc. 18,7). Na tradição religiosa, elas possuem algo de paradisíaco, próximas a Deus.



Figura 27 – ANSV: imagem da desolação em mármore – década de 1920 [Foto do Autor]



Figura 28 – ANSV: imagem da desolação em bronze – década de 1940 [Foto do Autor]

Na arte cristã é comum a reprodução de anjos na figura de crianças, significando pureza. O anjo representado como uma criança em atitude de oração é apontado por Tânia Lima, em estudo sobre a iconografia dos cemitérios cariocas, como tendo tido uma notável persistência temporal durante o período aqui estudado.⁷⁰ Este talvez seja um elemento atestando influências do cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, sobre o cemitério da Vitória. A imagem possui, nos cemitérios, um papel bastante definido como referência nos túmulos de jovens e crianças, “anjos do céu”, como escrito nos epitáfios.

Um outro tipo, o anjo adulto, que por vezes porta a tocha, representa uma sensibilidade religiosa diferenciada. A partir da segunda metade do século XIX, passou a ser esculpido com formas fluidas e feições femininas, mas conservou sua significação própria, “espalha as flores da lembrança e interroga com seu sorriso enigmático”. Com frequência também será associado ao defunto, transportando-o para o céu.⁷¹ As imagens de anjo não são originárias do contexto cemiterial, porém este espaço lhes confere uma posição proeminente. O símbolo emerge em posição destacada, como o anjo da fé, concepção mais humanista da morte, que atua como sentinela que vigia o corpo, anunciando o caminho ascendente para a salvação (Figuras 29 e 30).



Figura 29 – ACAN: Anjo alado adulto em mármore sobre pedestal – década de 1920 [Foto do Autor]

⁷⁰ LIMA, *De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros*, p. 106.

⁷¹ VOVELLE, *Imagens e imaginário*, p. 331.



Figura 30 – ANSV: Anjo alado infantil em mármore sobre pedestal – década de 1920 [Foto do Autor]

No total das imagens sacras antropomórficas dos cemitérios pesquisados as que representam a Virgem (Figura 31) são as mais comuns, destacando-se esta como mediadora mais requisitada, seguidas pelas imagens de anjos e de santos de devoção familiar. A imagem de Maria simboliza virgindade e maternidade, tornou-se *testis fidei*, testemunha e geradora da crença da salvação. Entre as imagens de santos da igreja católica existentes nos cemitérios, a de Antônio de Pádua é a mais popular, com sete unidades existentes nesse corpus (Figura 32). Santo Antônio, apesar de português, é cognominado “de Pádua” por ter vivido e morrido nesta cidade italiana, onde permanecem as suas relíquias. Muitas das suas estátuas representam-no envergando o traje dos frades menores, segurando o Menino Jesus sobre um livro. Uma das suas atribuições mais populares é a de “protetor dos pobres”, graças à dedicação em vida aos membros desta camada social.⁷² Nada mais adequado a uma sociedade que teria sido formada por homens e mulheres de origem humilde do que a devoção ao santo dos humildes.

⁷² Sobre o assunto ver AUGRAS, M. **Todos os santos são bem-vindos**. Rio de Janeiro: Palas, 2005.



Figura 31 - ASCM: Imagem em bronze de Nossa Senhora com os pés sobre uma serpente – década de 1950 [Foto do Autor].



Figura 32- ANSV: Imagem em bronze de Santo Antônio de Pádua – década de 1940 [Foto do Autor].

Nos símbolos tumulares estão muitas vezes representados aspectos das vidas dos seus ocupantes que resultaram no seu emblema: um instrumento, uma espada, um livro, uma tocha. No espaço da morte, esse processo era homólogo ao que ocorria no contexto da cidade dos vivos, apesar de observar uma certa repetição de uma arte estereotipada e de catálogo nos túmulos. Visto que o Sul baiano representava um importante mercado de arte, muitas das obras em mármore, presentes nos cemitérios, são de autoria de artistas de qualidade. Por mais que o escultor erudito estivesse sob a influência de determinadas escolas, ele trabalhava por encomenda para representar a idéia esperada pelo proprietário.

Reverenciar o morto, depositar e confiar seus restos mortais na “última morada”, implica a construção de um abrigo que pode variar em termos de soluções arquitetônicas, em geral seguindo a lógica dos recursos materiais de que dispõe cada família, indo do simples túmulo horizontal ao mausoléu. No cemitério da Vitória, em Ilhéus, e da Santa Casa, em Itabuna, muitos dos jazigos foram feitos por artistas estrangeiros e com materiais muitas vezes importados, imagens em tamanho natural esculpidas em mármore carrara, procedente da Itália, que ocupam primeiro plano nas construções seguidas por outros elementos escultóricos de igual valor.

A exemplo do que se verifica quanto à motivação para a construção de jazigos, o caráter individualizador do nome da família foi uma das preocupações que motivaram a aquisição de obras de arte para o seu enobrecimento. A comunidade representa-se no cemitério; as famílias usuárias tratavam seus túmulos como se fossem prolongamentos das suas próprias casas. Os familiares vivos buscavam informar o artista sobre dados da vida do morto e da sua família. Em alguns casos era importante retratar, no metal ou na pedra, aspectos da vida do falecido que indicassem uma existência digna e próspera.

Os maiores e mais custosos túmulos, em sua maioria erguidos entre as décadas de 1920 e 1930, sofreram influência da *belle époque*, porém em um período posterior ao movimento na Europa. São referências explícitas à riqueza regional, que acabaram por determinar novas e reconhecíveis características. O traço que distingue esse período corresponde, à diminuição, e mesmo quase desaparecimento, da simbologia escatológica tradicional, representada por tochas, ampulhetas, guirlandas e outros símbolos. A *belle époque* se realiza com uma nova espiritualidade, procurando impregnar as alegorias com uma aparência de profundo realismo. As alegorias do período ganham sexo, expressam idade, refletem juventude, mas também assumem atitudes mais teatrais e melodramáticas quando

pretendem traduzir a desolação ou a saudade, expressões comuns no romantismo. A *belle époque* incorporou novos elementos escultóricos que buscaram enfatizar uma nova concepção de beleza, procurando enaltecer a gestualidade teatral das figuras humanas e anjos.⁷³

Os cemitérios regionais são basicamente dominados por túmulos de uma burguesia de origem recente, formada de imigrantes enriquecidos. A maioria deles indica o poder econômico dos seus ocupantes, muito especialmente os de, na formulação de Valadares, “espantoso *kitsch* tumular à base de granito polido e figuras de bronze”.⁷⁴ Este último tipo torna-se comum a partir da década de 1930, quando os membros da primeira geração de lavradores enriquecidos começam a falecer e as suas famílias iniciam a construção das suas sepulturas, em um padrão de ocupação superior ao delimitado pelo código de posturas vigente.

O período situado entre as décadas de 1890 e 1930 caracteriza-se principalmente como a fase de realização econômica de imigrantes e antigos pequenos lavradores locais. Estes, quando adquiriram um capital suficiente, passaram a reconhecer a importância do simbólico para a sua ascensão social e a investir em túmulos monumentais encomendados nas principais marmoarias de São Paulo e Belo Horizonte. Principalmente durante a última década do período aqui estudado a industrialização da produção tumular, levada a termo por marmoarias mecanizadas associadas às fundições de bronze, massificou determinados protótipos estereotipados de baixa qualidade artística.

O fato de que as encomendas, feitas às casas mineiras e paulistas, decorriam menos de um apurado critério artístico, que do desejo de afirmar a individualidade. Implicou um ecletismo do espaço cemiterial, com a coexistência de vários estilos em uma mesma época. Determinados jazigos buscaram inspiração em estilos paradigmáticos como o classicismo grego-romano, pretendendo enobrecer, legitimar e “envelhecer” as linhagens regionais, muitas das quais bastante recentes.

O túmulo do coronel Misael Tavares (Figura 21) constitui o exemplo maior da pompa tumular em Ilhéus. Conhecido pela imprensa da época como o “rei do cacau”, Tavares foi considerado o maior produtor individual do mundo entre as décadas de 1920 e 1930. Nascido na zona do Cururupe, área predominantemente habitada por etnias indígenas entre Ilhéus e a antiga vila de Olivença, Tavares transferiu-se para o distrito de Cachoeira, onde abriu uma

⁷³ VALADARES, *Arte e sociedade*, pp. 595-7.

⁷⁴ Id, *Ibid*, p. 1091.

pequena casa comercial e adquiriu a sua primeira roça de cacau. O comércio e a plantação prosperaram, o que lhe permitiu a aquisição de novas propriedades por todo o município.

A pompa do túmulo não está expressa apenas nas dimensões e nobreza dos materiais, mas também no lavor decorativo. A sua temática é eclética, ao mesmo tempo realista e alegórica, com a utilização de símbolos pagãos e cristãos como a escultura em mármore de um soldado com trajas romanos, em tamanho natural, subjugando a serpente aos seus pés. Um conjunto de figuras humanas contorcidas, homens, mulheres e crianças, em um painel de bronze assinado pelo artista italiano Di Chirico, busca enaltecer biograficamente as ações do grande comerciante e fazendeiro, incluindo na ornamentação tumular instrumentos de trabalho e símbolos ligados às suas atividades financeiras (Figuras 33 e 34).



Figura 33 – ANSV: Imagens antropomórfica e zoomórfica em mármore – década de 1930 [Foto do Autor].



Figura 34- ANSV: Painel em bronze com figuras antropomórficas com caduceu e cornucópia [Foto do Autor]

A representação de poder se dá através de elementos escultóricos sob a forma de uma figura humana subjungando um dragão aos seus pés. Para os primeiros cristãos o dragão representa a incorporação do mal, identificando-se, nesse caso, com a serpente. As imagens em que o arcanjo Miguel e São Jorge são representados como matadores do dragão são bastante difundidas e devem datar do período em a Igreja reprimiu em vários países o culto pagão aos deuses.⁷⁵ A espada que a figura do túmulo porta é o instrumento da decisão, símbolo da força, bem apropriado à imagem de um capitalista e chefe político. Verifica-se também na sepultura a presença de imagens pagãs como a cornucópia repleta de frutos, expressando abundância, e o caduceu, símbolo do comércio e da prosperidade.⁷⁶

O jazigo do coronel Tavares pode ser considerado um monumento religioso em um sentido não-ortodoxo, pois o ecletismo dos seus temas atesta um certo grau de afastamento dos símbolos católicos tradicionais. É o maior túmulo do Sul da Bahia, em termos de

⁷⁵ HEINZ-MOHR, *Dicionário de símbolos*; e CIRLOT, *A dictionary of symbols*.

⁷⁶ Este símbolo está reproduzido no vitral das escadarias da Associação Comercial de Ilhéus, da qual o coronel Tavares foi sócio remido e presidente.

dimensão e lavratura em pedra e bronze.⁷⁷ É a maior evidência do desnível social e da vaidade tumular existente no período de construção de rápidas e imensas fortunas, servindo como ilustração da ascensão da nova burguesia baiana consolidada mediante o cultivo do cacau.

O trabalho na lavoura do cacau é representado no túmulo através da imagem da colheita levada a termo pelos trabalhadores rurais, do que deriva a fortuna do coronel Tavares (Figura 35). A família de desbravadores com seus instrumentos de trabalho, retratada no túmulo, representa toda uma geração de homens e mulheres que desafiaram a mata atlântica e enriqueceram com a lavoura do cacau, da qual o coronel Tavares é a figura mais emblemática (Figura 36). Tais símbolos são mais comuns nos túmulos da Santa Casa de Misericórdia, que abrigam a maioria dos auto-representados pioneiros do cacau oriundos de Sergipe e do sertão baiano, principais responsáveis pelo afamado progresso material da Bahia cacauífera (Figuras 37, 38, 39, 40, 41 e 42).

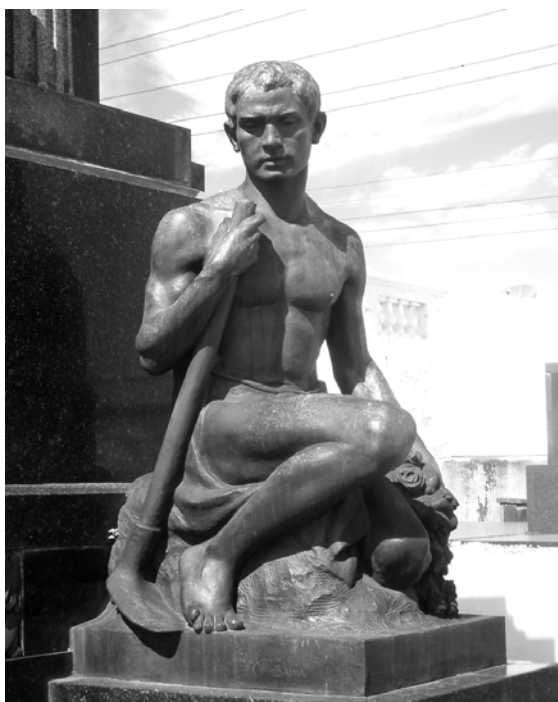


Figuras 35 e 36 – ANSV- Painéis em bronze com imagens antropomórficas e fitomórficas – Túmulo Misael Tavares [Fotos do Autor]

⁷⁷ O túmulo mede 5,40 m. de largura por 4,40 m. de comprimento - Área total: 23,76 m².



Figuras 37 e 38 – ASCM: Túmulo do coronel Henrique Alves com imagens antropomórficas e busto em bronze – década de 1940 [Fotos do Autor].



Figuras 39 e 40- ASCM: Imagens antropomórficas em bronze – Detalhes Túmulo Henrique Alves [Fotos do Autor]



Figura 41 - ASCM: Túmulo de Anacleto Alves. Imagem antropomórfica de bronze em tamanho natural com símbolos do trabalho agrícola e medalhão – década de 1930 [Foto do Autor]

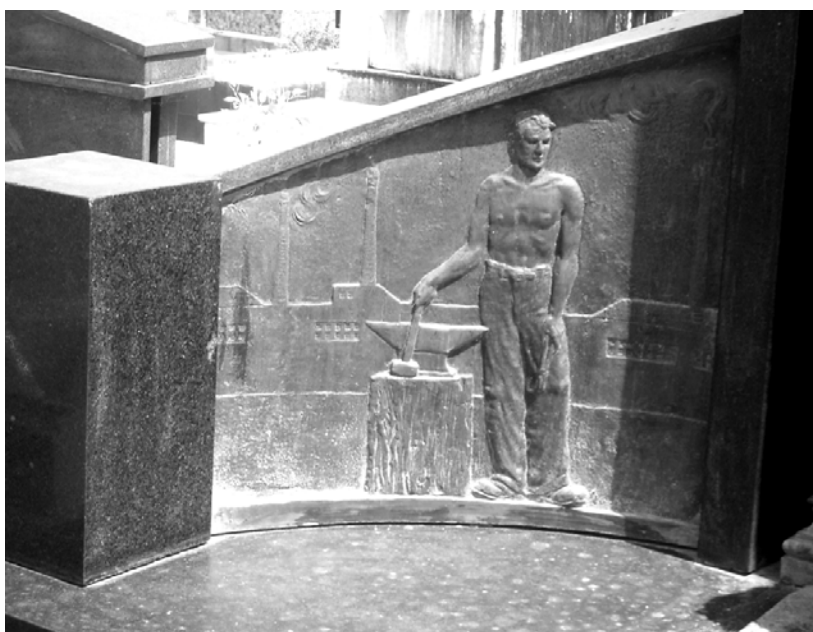


Figura 42- ASCM: Túmulo do coronel Tertuliano Pinho. Painel lateral em bronze com imagem antropomórfica e símbolos do trabalho – década de 1940 [Foto do Autor]

Outros túmulos, como os de Gabino Kruschewsky, em Ilhéus, e o de Paulino Vieira, em Itabuna, correspondem ao ápice do processo de enriquecimento da burguesia cacauera. Valadares observa que, em qualquer cemitério de comunidades enriquecidas, é visível o investimento nos símbolos que representam a ascensão e a afirmação individual no meio social “e o valor que seus descendentes atribuem e desejam usufruir.”⁷⁸ Família descendente de poloneses, os Kruschewsky se instalaram em Ilhéus às margens do Cachoeira no século XIX, estabelecendo plantações de cacauzeiros. Posteriormente desbravaram as matas da zona do rio do Braço, onde se tornaram grandes proprietários de terra.

Paulino Vieira, sergipano de nascimento, se transferiu para a região nas primeiras levadas de migrantes daquele estado trazidos pelo coronel Firmino Alves no final do século XIX, e se tornou um importante fazendeiro e líder político. Seu túmulo segue o padrão arquitetônico da família Kruschewsky, ambos encomendados à oficina de M. Rocafort, de Salvador. Ambos os túmulos possuem um formato piramidal, sendo o de Kruschewsky encimado por uma estátua de anjo em mármore carrara. A imagem do anjo adulto em tamanho natural, envolto em drapeados e panejamentos, com mais de 2 metros, sugere a ideia da vitória, já que porta um ramo de palmeira que simboliza desejo de imortalidade, a vitória das almas sobre as angústias da morte.

A parte frontal dos dois túmulos apresenta o retrato do proprietário em medalhão e uma tocha invertida em bronze. A tocha faz parte da simbologia da luz, indicando a vitória da alma indivíduo sobre a morte e também a alegria. Essa simbologia da luz desempenhou no mundo do pensamento cristão importante papel. Para a honra dos mortos e para consolo dos vivos, a chama é o símbolo da claridade do céu (Figuras 43 e 44).⁷⁹

⁷⁸ VALADARES, *Arte e sociedade*, p. 1078.

⁷⁹ HEIZ-MOHR, *Dicionário de símbolos*.



Figura 43- ANSV: Túmulo do coronel Gabino Kruschewsky encimado por anjo da vitória e medalhão com tocha invertida – década de 1920 [Foto do Autor]



Figura 44- ASCM: Túmulo do coronel Paulino Vieira. Tipologia e símbolos semelhantes aos da Figura 43, ambos fabricados pela oficina Rocafort, de Salvador – década de 1920 [Foto do Autor]

O caráter relativamente estereotipado e uniforme das sepulturas não tão destacadas quanto as das famílias Tavares, Kruschewsky e Alves dos Reis tinha como modelo os cemitérios mais importantes do Brasil, como o de São João Batista no Rio de Janeiro, o que contribuiu para a importação de estátuas de oficinas fluminenses e obras de artistas europeus, na consolidação do cemitério da Vitória. Contudo, a imitação dos modelos de fora sofreu mediações, como o uso do cimento por artistas locais.

As camadas sociais com algum capital tentaram solucionar a falta de recursos com imitações dos protótipos industrializados ou adquirindo-os em menor quantidade e tamanho. Os artesãos estrangeiros, cujos trabalhos eram altamente valorizados, eram substituídos pela mão-de-obra local. Guirlandas, ampolhetas e cabeças aladas em argamassa substituem as estátuas de mármore e bronze. As guirlandas esculpidas em argamassa eram usadas nas fachadas das residências e aparecem nos túmulos como um sinal auspicioso, comemorativo do caráter vitorioso da vida do falecido (Figuras 45 e 46).



Figura 45 – ANSV: Guirlanda e ampolheta alada em argamassa – década de 1910 [Foto do Autor]



Figura 46 - ANSV: Cabeça alada em argamassa – década de 1910 [Foto do Autor]

Como vimos, quando não era possível revestir o túmulo totalmente, ao menos a lápide deveria ser de mármore, com inscrições entalhadas sem maior riqueza de detalhes e criação. Somente com a disponibilidade de capital o jazigo completa o seu revestimento e ocorre uma maior incidência de detalhes e objetos decorativos. Contudo, é importante lembrar que a maioria da população, com minguados recursos financeiros e sem condições de possuir um jazigo perpétuo, era enterrada em sepulturas coletivas sem o privilégio de registros duradouros como estátuas e epitáfios.

A família compõe inscrições conforme o discurso religioso do período, em parte laicizado. Os epitáfios são pródigos em expor as qualidades do morto. Nas inscrições funerárias são fixadas as virtudes identificadoras do evocado e “qualificada a herança espiritual a transmitir através de uma síntese edificadora da exemplaridade do finado”.⁸⁰ Mediante a análise dos epitáfios é possível perceber uma diferença entre as fórmulas de cunho religioso mais direto – a exemplo de “rogai por ele”-- e as que privilegiam a conservação da memória do morto entre os vivos -- como “lembranças ou saudades eternas” -- muito mais constantes. As orações e citações bíblicas estão pouco presentes nas lápides e vão diminuindo à medida que o século XX avança.

⁸⁰ CATROGA, *O céu da memória*, p. 108.

A consagração anunciava a vitória da memória sobre a morte e buscava garantir a perenidade do nome do indivíduo, em proporção direta à sua ascendência perante os vivos. Os valores morais e políticos dos mortos exemplares produziram figuras-referência de comportamento social. O jazigo, o busto, o medalhão, a estatuária e, posteriormente, a fotografia, funcionaram como expressões iconográficas de um processo dissimulador da morte e simulador da presença simbólica do morto, além de emblemas da perpetuação da memória e do poder dos proprietários dos túmulos. Nesse processo, o materialismo e o individualismo se fazem cada vez mais presentes e, gradativamente, substituem simbolicamente as práticas tradicionais de luto e de sepultura.

Os cemitérios constituíram espaços públicos e afetivos onde os homens passaram a dramatizar a tensão existente entre a finitude humana e a vontade de superação do transcurso do tempo. Aos chamados campos-santos foi-se impondo uma nova função além da estritamente religiosa: a de local privilegiado da perpetuação da memória individual e familiar “imortalizada” em materiais nobres e duradouros como o bronze, o granito e o mármore.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da produção do cacau e a ampliação do território incorporado fizeram emergir uma nova lógica nos comportamentos e atitudes da população da região Sul da Bahia. A região cacauzeira teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação, patrocinada por membros de suas elites, de uma memória que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica por elementos das mais diversas procedências, agrupados em núcleos familiares e políticos. As motivações e mecanismos da constituição de tal memória podem ser observados em fontes como os jornais, mas também na literatura, nos edifícios e equipamentos urbanos, e nos ritos e arquitetura associados à morte.

Nas primeiras décadas do século XX, os mais importantes plantadores passaram a investir parte do seu capital em empreendimentos urbanos, especialmente em edifícios residenciais e em melhorias na infra-estrutura dos principais logradouros, proporcionando uma nova feição às paisagens citadinas. As cidades serviram como local por excelência do modelo civilizacional que se aplicou, de preferência, nos locais de maior visibilidade social. Em Ilhéus e Itabuna, os espaços centrais foram ocupados pelas elites econômicas mediante construções residenciais e comerciais de sua propriedade. Nestas áreas privilegiadas instalaram-se os principais edifícios públicos e religiosos, os melhores hotéis e os principais estabelecimentos de crédito. As diferenças estabelecidas entre os palacetes situados nas ruas centrais e as casas populares dos bairros periféricos eram análogas às que existiam entre os jazigos perpétuos e as sepulturas rasas localizadas nos espaços menos valorizados dos cemitérios.

O empenho na demonstração de *status* verificava-se, sobretudo, entre os novos-ricos do cacau, os quais investiram intensamente no campo simbólico para alcançar o prestígio social das famílias mais antigas. O esforço na construção de uma imagem positiva para si, desencadeado durante o período de luta violenta pela posse das melhores terras para a lavoura cacauzeira, serviu como enredo para os principais autores regionais. Jorge Amado e Adonias Filho representaram, em sua ficção, uma sociedade na qual o poder foi estabelecido pelo uso indiscriminado da força, instituindo um passado fundador marcado pelo signo da morte violenta ou “selvagem”. A sua obra literária apresenta a morte como elemento legitimador do

poder social trazido pela posse de fazendas de cacau. A morte permeia a identidade dos construtores da chamada “civilização grapiúna”.

Há, neste sentido, uma concordância entre o discurso da imprensa e o da literatura quanto ao período abordado. Ambas as narrativas enfatizam as mortes violentas como elemento fundamental para o acúmulo de terras e capitais. As informações contidas nos jornais denotam as filiações de cada veículo e a organização dos acontecimentos e informações segundo seus próprios filtros políticos. A confrontação no plano jornalístico deu-se entre o “eu” civilizado e o “outro” bárbaro, confrontação na qual a morte e a violência eram prerrogativas dos adversários políticos. Desta forma, a imprensa colaborou decisivamente com a visão ficcional do Sul da Bahia como uma terra adubada com o sangue dos que tombaram assassinados nas tocaias e encontros armados.

Esta visão foi posteriormente rejeitada pelas novas gerações, não tão afeitas às armas e à violência. O processo de transformação da imagem regional passou pela “civilização” da morte e pela consagração dos mortos ilustres. O culto dos mortos formou um panteão formado por grandes homens e mulheres. O investimento nas cerimônias de recordação era coerente com o desejo de reduzir os efeitos da morte física e, conseqüentemente, o desaparecimento dos vestígios sociais do indivíduo. Os cortejos, o luto, os anúncios fúnebres e os necrológios constituíram formas de perpetuar a memória individual ou familiar e ajudaram a construir uma imagem ideal da existência do morto. Os rituais fúnebres, como o velório, possuíam uma importante função no desenvolvimento das relações sociais. Realizados no interior das residências ou nas igrejas com o caixão em destaque, congregavam os parentes e, a depender do prestígio individual ou familiar, um grande número de pessoas.

Os rituais fúnebres incluíam uma rede de gestos e práticas que acompanhavam o morto em todo o processo de despedida e separação dos vivos. As práticas religiosas e cívicas, desde o velório até o acompanhamento do enterro, revelam não somente padrões de comportamento e suas mudanças, como estratificações sociais típicas de uma sociedade altamente hierarquizada.

As transformações no padrão arquitetônico e urbanístico dos cemitérios são mais evidentes nos acervos urbanos, onde percebeu-se uma maior ruptura com os padrões tumulares típicos do século XIX, e um significativo investimento no aumento da área ocupada e na aquisição de materiais custosos para os túmulos. Neles, ocorreu a diminuição dos traços

arquitetônicos similares aos dos templos católicos e o aumento das dimensões das áreas ocupadas e do aparato simbólico de caráter individualista. Os cemitérios urbanos, diferentemente dos cemitérios rurais, tornaram-se ícones da expressão do poder econômico regional.

O novo culto dos mortos transformou os cemitérios em familistérios e o seu aparato arquitetônico em altares erguidos à memória dos antepassados. A importância que os grupos de cunho familiar e político atribuíram à consagração dos seus membros nos funerais contribuiu para a consolidação das linhagens regionais, fazendo de cada jazigo perpétuo um capital simbólico relevante para o exercício do poder local.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado da Bahia

Seção Colonial e Provincial:

Atas da Câmara de Ilhéus – maços 2395-1, 2397, 2398, 2400, 5440 e 5459.

Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863) - maço 4713.

Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Série Diversos. Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Enviado ao Conde dos Arcos, Governador-Geral da Bahia, 4/7/1815, maço 2330.

Seção Judiciária:

Correspondência dos Juízes de Ilhéus – maços 1316, 1317, 1318, 1319, 2391, 2395-1, 2397, 2398, 2400 e 2404.

Leis do Estado da Bahia: Contratos, 1906.

Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus

Registro de Casamentos de São Jorge dos Ilhéus (1857-1892).

Cartas dos Bispos de Ilhéus (1915-1957).

Carta de Salomão da Silveira ao Professor Arquimedes Memória, 23/12/1931.

Arquivo Público Municipal de Canavieiras

Atas da Câmara Municipal de Canavieiras, Sessões Ordinárias, 1886-1888, 1892 e 1917.

Registro do Expediente Interno da Intendência de Canavieiras, n. 345, Secularização dos Cemitérios, 1890.

Arquivo do Fórum Epaminondas Berbert de Castro

Registro de Óbitos do Cartório de Pessoas Naturais de Ilhéus

FONTES IMPRESSAS

ABN. Coleção Documentos Históricos, v. 43.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Inventário do Patrimônio e Acervo Cultural da Bahia. **Monumentos e sítios do litoral sul**. Salvador, 1988, v. 5.

BAHIA. I.C.B. **Relatório da Diretoria Referente ao Ano de 1935**. Salvador, Companhia Editora e Gráfica, 1938.

BAHIA. Relatório que apresenta à Assembléia Legislativa da Bahia o Exmo. Barão de São Lourenço Presidente da Mesma Província em 11/4/1869. Salvador, Typographia Tourinho, 1869.

BAHIA. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia pelo Exmo. Presidente da Bahia Comendador Manoel Pinto de Souza Dantas, 1/3/1866. Typographia Tourinho, 1866.

BONDAR, G. **A cultura de cacao na Bahia**. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938.

CARDOSO, J. **Ilhéos, a pérola da Bahia**. Ilhéus, 1929. Folheto.

DA RIN & GONÇALVES. **O Plano Director Para Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéos**. Ilhéus, Prefeitura Municipal, 1933.

FERREIRA CÂMARA, M. **Ensaio de descrição física e econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéus**. Memórias econômicas da Academia das Ciências de Lisboa. 1 (1789)

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, s.d.

GÓES, J. de A. **Reivindicando a epopéia do cacao**. In: Revista Espelho, Rio de Janeiro, n. 3, jun-jul, 1937, p. 47.

ILHÉUS. Código de Posturas do Município de Ilhéus. Estado da Bahia, Lei n. 277 de 1/out/1924. Typografia Indiana de I. Cezimbra, 1925.

JABOATÃO, A. de S. M. **Novo orbe seráfico**. Rio de Janeiro, 1858/1862.

LISBOA, B. da S. **Memória sobre a comarca dos Ilhéos**. In: Annaes da Biblioteca Nacional, v. 32-37, 1913-1918, V, Bahia, 1801-1807.

PESSOA, A. **Um testemunho do passado: meio século de Ilhéus contado pelo coronel Pessoa**. Revista Espelho, Rio de Janeiro, 1937.

SANTA MARIA, frei A. de. **Santuário mariano**. Lisboa, 1722.

TAVARES, J. da S. **O comércio do cacau, particularmente no Estado da Bahia**. Bahia, 1915.

VASCONCELOS, S. **Chronica da companhia de Jesus no Estado do Brasil**. Rio de Janeiro, 1864.

ZEHNTNER, L. **Le cacaoyer dans l'état de Bahia**. Berlin: Friedland & Sonh, 1914.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Arquivo Público de Ilhéus

Diário da Tarde (1935-1942)

Centro de Documentação e Memória Regional / UESC

A Época (1917 a 1921)

A Notícia (1931)

Cidade de Ilhéos (1908)

Correio de Ilhéos (1921 a 1924)

Diário da Tarde (1928 a 1931 - 1938)

Gazeta de Ilhéos (1901 a 1905)

Jornal de Ilhéos (1912 a 1915 -1923)

FONTES ORAIS

Entrevista com Dione Pereira Rosa Ribeiro [maio, 2007].

Entrevista com Alfredo Amorim da Silveira [maio, 2007]

Entrevista com Maria Albertina Gouveia Pacheco [ago, 2008]

FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo do Cemitério de Nossa Senhora da Vitória

Acervo do Cemitério da Fazenda Cordilheira

Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna

Acervo do Cemitério de Ferradas

Acervo do Cemitério Municipal de Canavieiras

Acervo Iconográfico do CEDOC / UESC

Acervo Particular de Alfredo Amorim da Silveira

Acervo Particular de Vitório Kruschewsky Badaró (*in memoriam*)

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. **A fabricação do imortal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- AGUIAR, D. V. **Descrições práticas da província da Bahia**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- ALBERTI, V. **Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4. n. 7, 1991.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, G. A. **Notas sobre a evolução de Ilhéus**. In: Revista Especiarias, UESC, ano 2, nn. 3-4, Ilhéus, 2000.
- ALMEIDA, M. do C. E. **A Victoria da renascença baiana, a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930)**. Faculdade Arquitetura e Urbanismo / UFBA. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Salvador, 1997.
- AMADO, J. **O menino grapiúna**. Ilustrações de Floriano Teixeira. 22ª- Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **Gabriela, cravo e canela: crônica de uma cidade do interior**. Ilustrações de Di Cavalcanti. 88ª- Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. **Discursos**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.
- _____. **Terras do sem fim**. Ilustrações de Clóvis Graciano. 38ª- Ed. Rio de Janeiro: Record: 1978.
- _____. **São Jorge dos Ilhéus**. Ilustrações: Diversos. 10ª- Ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.
- _____. **Cacau**. Ilustrações Santa Rosa. 11ª- Ed. Rio de Janeiro: Record: s/d.
- AMARAL, B. do. **História da Bahia**. Salvador, s.n., 1919.
- ANDRADE-BREUST, A. D. **Itabuna, história e estórias**. Ilhéus, EDITUS, 2003
- ANDRADE, J. D. **Dicionário histórico e ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Colorgraf, 1986.
- ARAÚJO, J. de S. **Dionísio & Cia. na moqueca de dendê**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- _____. **Images de l'homme devant la mort**. Paris: Editions du Seuil, 1983.
- AUGEL, M. P. **A visita de Maximiliano da Áustria a Ilhéus**. Salvador: CEB/UFBA, 1981.
- AUGRAS, M. **Todos os santos são bem-vindos**. Rio de Janeiro: Palas, 2005.
- BACZKO, B. **Les imaginaires sociaux**. Mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1984.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.
- BONDAR, G. **A cultura de cacau na Bahia**. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1938.
- BRANDÃO, A. & ROSÁRIO, M. **Estória das histórias de Ilhéus**. Ilhéus: Edições SBS, 1970.
- BERBERT DE CASTRO, E. **Formação econômica e social de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.
- BONNET, J-C. "Les morts illustres". In: Nora, P. **Les lieux de mémoire II: La Nation**. Paris: Gallimard, 1986.
- BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1981.
- _____. **Ilhéos, documentos que interessam à sua história**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1933.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- BREFE, A. C. F. **A cidade das memórias: a São Paulo dos memorialistas**. Revista História, UNESP, São Paulo, v. 15, 1996.
- BRITO, R. de S. **O livro de Ilhéos**. Rio de Janeiro: Tipografia Linconl, 1923.
- BURKE, P. **O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992.
- CALDEIRA, C. **Fazendas de cacau na Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.
- CAMPOS, A. A. **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas**. Tese (Doutorado em História) FFCH, USP, São Paulo, 1994.
- CAMPOS, J. da. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- CARDOSO, J. B. **Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado**. Ilhéus: Editus, 2006
- CARDOSO, F. H. **A cidade e a política**. Cadernos do CEPRAP, n. 7, São Paulo, 1972.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTELLO, J. **Realismo sensualista**. In: Revista Entre Livros, Duetto Editorial, São Paulo, ano 2, n. 16, ago-2006.
- CATROGA, F. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.
- CHALHOUB, S. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- _____. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. & PEREIRA, L. (Orgs.). **A história contada: capítulos da história social da leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 8

- CHARTIER, R. **Literatura e História**. In: Topoi (Revista de História – Programa de Pós-Graduação em História Social / UFRJ), n. 1, 2000.
- COSTA, I. T. M. & GONDAR, J. **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- COSTA, J. P. **Terra, suor e sangue: lembrança do passado da região cacauera**. Salvador: EGBA, 1995.
- COSTA LIMA, L. **Pensando nos trópicos: dispersa demanda II**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DANTAS, B. et alli. “Os povos indígenas do nordeste brasileiro. In: CUNHA, M. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998
- DANTAS, J. de A. **Documentário histórico ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Proplan, 1986.
- DIAS, M. H. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense / UFF. Tese (Doutorado em História), 2007
- DUARTE, E. de A. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record; Natal-RN: UFRN, 1996.
- DUARTE, R. H. **Olhares estrangeiros: viajantes no vale do Mucuri**. Revista Brasileira de História, São Paulo, Anpuh / Humanitas Publicações, v. 22, n. 44. 2002.
- EDELWEISS, F. **Ensaio biográfico**. Salvador: CEB/UFBA, 1976.
- FALCON, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá, 1995.
- FILHO, A. **A sabedoria da idade**. Discurso em comemoração do 70º- aniversário de Itajuípe-Ba, in: Cacau Letras, n. 4, Itabuna, mar-1985.
- _____. **Sul da Bahia, chão de cacau**. (1ª- Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **As velhas**. (1ª- Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. & AMADO, J. **A nação grapiúna**. (1ª- Ed.) Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965
- _____. **Os servos da morte**. (1ª- Ed.). Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1964.
- _____. **Corpo vivo**. (1ª- Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- FOLLIS, F. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FRANCESCHI, F. de (Org.). **Jorge Amado**. In: Cadernos de Literatura Brasileira, n. 3, São Paulo, Instituto Moreira Sales, 1997.
- FREIRE, J. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FUCHS, W. **Le immagini della morte nella società moderna**. Turim: Einaudi, 1973.
- GIRADERT, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOLDSTEIN, I S. **O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional**. São Paulo, SENAC, 2003.
- GUERREIRO DE FREITAS, A. F. (Org.). **Testemunhos para a história: Sá Barretto**. Ilhéus: Editus, 2001.
- _____. & PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul**. Ilhéus: Editus, 2001.

- _____. **Os donos do fruto de ouro.** Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais), FFCH, UFBA, Salvador, 1978.
- GUIMARÃES, L. M. P. **Memórias partilhadas:** os relatos dos viajantes oitocentistas e a idéia de “civilização do cacau”. In: História, Ciências, Saúde – Rio de Janeiro, UERJ, v. 8 (suplemento), 2001.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- HALLA, R. D. **Imigração e adaptação dos sírios libaneses na região cacauzeira, o caso de Ilhéus: 1910-1950.** Ilhéus-BA: Departamento de Filosofia e Ciências Humanas / UESC. Monografia (Especialização em História), 1996.
- HAROUEL, J-L. **História do urbanismo.** São Paulo: Papirus, 1998.
- HEINZ-MOHR. G. **Dicionário dos símbolos:** imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Editora Paulus, 1994.
- HÉRITIER, F. **Parentesco.** In: Enciclopédia Einaudi, v. 20, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- HERTZ, R. **La muerte y la mano derecha.** Madrid: Alianza, 1990.
- HOBSBAWN, E. **A era dos impérios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KOURY, M. G. P. (Org.). **Imagem e memória:** ensaios de antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LANA, A. L. “A cidade controlada: Santos (1870-1913)”. In: RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, R. M. **Cidade, povo e nação:** gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LAVIGNE, E. **Paz e humanismo.** Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1968.
- _____. **Regionalismo literário.** Rio de Janeiro: Gernasa, 1969.
- LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- LEJEUNE, P. **Le pacte autobiographique.** Paris: Seuil, 1975.
- LIMA, A. P. dos S. **O discurso iluminista de Balthasar da Silva Lisboa.** In: Anais do III Encontro Regional
- LIMA, Mons. J. de A. **Explicação didática da Santa Missa.** Salvador: Mensageiro da Fé, 1951.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MACEDO, J. R. **Espelho de cidade: fotografia e espaço urbano.** Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, ANPUH, 2005.
- MACEDO, J. O. de. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna:** uma história edificante. Itabuna: Colorgraf, 1985.
- MACHADO, R. **Nada do que é urbano lhe é estranho.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAHONY, M. A. **Instrumentos necessários:** escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Revista Afro-Ásia, nn. 25-26, Salvador, UFBA, 2001,
- _____. **The world made cacao:** society, politics and history in southern Bahia, Brazil (1882-1919). Faculty of the Graduate School of Yale University. Tese (Doutorado em História), 1996.

_____. “Afro-brazilians, land and the question of social mobility in southern Bahia, 1880-1920”. In: KRAAY, H. (Org.). **Afro-brazilians culture & politics: Bahia, 1790-1990**. New York: M. E. Sharp, 1998.

MANGABEIRA, F. **João Mangabeira: República e socialismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARANHÃO, J. L. de S. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCIS, T. **A hecatombe de Olivença: construção e reconstrução da identidade étnica, 1904**. Salvador-BA: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFBA . Dissertação (Mestrado em História), 2004.

MARIANI, B. S. C. “Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)”. In: PUCCINELLI, E. (Org.). **Discurso fundador – a formação do país e a construção de identidade nacional**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2001.

MARTINS, O. S. B. Hildebrando. **Pequeno ritual romano**. Rio de Janeiro: Edições Lúmen Christi, 1958.

MATTOSO, K. de Q. **Bahia no século XIX, uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Família e sociedade na Bahia no século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MORTON, F. W. O. **The Royal timber in late colonial Bahia**. In: *Hispanic American Historical Review*, n. 58, fev-1978.

MOTT, L. **Os índios no sul da Bahia: população, economia e sociedade, 1740-1854**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, n. 1:1, 1998

OLIVEIRA, W. F. de. **A saga dos suíços no Brasil, 1557-1945**. Joinville-SC: Editora Letradágua, 2007.

PARANHOS, M. da C. **Adonias Filho, representação épica da forma dramática**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia**. Salvador, Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1982.

PECHMAN, R. M. “O urbano fora do lugar?” In: RIBEIRO, L. C. & _____. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC – Marca d’Água, 1996.

PEREIRA FILHO, C. **Ilhéus, terra do cacau**. Rio de Janeiro: Andes, 1959.

PÉREZ-RIOTA, J. **Diccionario de simbolos y mitos**. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

PESAVENTO, S. J. “Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo”. In: RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Contexto, v. 15, n. 29, 1998.

- PESSOA, M. de C. **No tempo de Mário Pessoa**. Salvador: EGBA, 1994.
- PRADO JR. C. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru-SP, EDUSC, 1999.
- RAMA, A. **A cidade das letras**. São Paulo: s. n., 1985.
- RELPH, E. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- REIS, J. J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras 1991.
- _____. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2.
- RIBEIRO, A. L. R. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauera, 1880-1950**. Ilhéus: Editus, 2005.
- _____. **Família, poder e mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.
- RIBEIRO, L. C. & CARDOSO, A. L. “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil.” In: RIBEIRO, L.C. & PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbano moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- RIBEIRO, L. C. “Transparências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil”. In: _____. & PECHMAN, R. (Orgs.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbano moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados**. Ilhéus: EDITUS, 2003.
- RODRIGUES, J. C. **O tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ROUANET, S. P. “A cidade iluminista”. In: SCHIAVO, C. & ZETTEL, J. (Orgs.). **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ – Iphan, 1997.
- SALES, F. **Memória de Ilhéus**. São Paulo: GRD, 1981.
- SCHWARTZ, S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- _____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA F. C. T. & LINHARES, M. I. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SOUSA, M. A. S. de. **A conquista do sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista-BA: Edições UESB, 2001
- SOUZA, R. S. A. **A cidade e sua sombra: conformação urbana contemporânea e exclusão sócio-espacial em cidades de médio porte: Ilhéus-Bahia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU/UFBA, Salvador, 1998.
- THOMAS, L-V. **La muerte, una lectura cultural**. Barcelona: Paidós, 1991.
- _____. **La mort aujourd’hui**. Paris: Antropos, 1977.
- URBAIN, J-D. **La société de conservation: étude sémiologique des cimetières de l’occident**. Paris: Payot, 1978.

- VALADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, 2 v.
- VASCONCELOS, P. de A. **Salvador, transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2001.
- VIANA, I. L. **A estrada de ferro de Ilhéus a Conquista e a lavoura do cacau**. Dissertação (Mestrado em História), UFPE, Recife, 1986.
- VIEGAS, S. D. de M. **SocialidadesTupi**: identidade e experiência vivida entre os índios-caboclos, Bahia-Brasil. Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Tese (Doutorado em Antropologia Social), 2003.
- VIEIRA, E. S. **A posse de terras no sul da Bahia, na literatura de Adonias Filho**. São Paulo-SP: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação (Mestrado em História), 1990.
- COSTA, E da C. “Urbanização no Brasil do século XX”. In: _____. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: s.n., 1977.
- WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- WILDBERGER, A. **Notícia histórica de Wildberger & Cia.,1829-1942**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1942.
- WOLF, G. H. **Trilhos de ferro, trilhas de barro**. Passo Fundo-RS: UPF, 2005.
- ZIEGLER, J. **Les vivants et les morts**. Paris: Seuil, 1975.
- ZORZO, F. A. **Ferrovias e rede urbana na Bahia, 1870-1930**. Feira de Santana-BA: UEFS, 2001.